

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Antropologia

“O novo cluster da cooperação.

A responsabilidade social como ferramenta comum do sector público e privado.

(O estudo de caso de uma empresa petrolífera em Moçambique e o seu discurso ético na área da saúde)”

Sara Duarte Soares Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento e Saúde Global

Orientador:

Prof.^a Dr.^a Virginie Tallio

Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa

Co-orientador:

Prof. Dr. Joseph Comelles

Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa

[Outubro, 2012]

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à minha mãe, minha amiga e confidente que com o seu amor incondicional esteve sempre presente em todas as etapas da minha vida. Ao meu pai que mesmo não estando fisicamente esteve comigo em alma e pensamento.

Obrigada mãe e pai.

Agradecimentos

De forma muito especial quero agradecer a todas as pessoas que, nestes últimos tempos, me apoiaram e contribuíram para a concretização deste meu projecto.

Em primeiro aos meus entrevistados que me receberam com simpatia e profissionalismo durante a minha investigação de terreno.

A minha avó por todo o amor e carinho e ao Adolfo.

Ao meu amor, João Tomás, pela paciência, apoio e ajuda durante este último ano.

Às minhas melhores amigas Elisabete Bau, Diana Alcântara, Andreia Correia e Joana Ferreira (minha prima) por terem aturado as minhas lamúrias e rabugices durante este processo.

Às minhas colegas e amigas de mestrado Patrícia Cunha, Gefra Fulane e Cláudia Paixão, pela troca de ideias, companheirismo e pelo apoio mutuo desde o início desta jornada.

Agradeço também ao Dr. Tomé Jardim e Dr. Paulo Malheiro por terem facilitado e apoiado a minha viagem a Moçambique.

Quero agradecer à minha coordenadora de mestrado, Prof.^a Clara Carvalho pela sua dedicação, à Prof.^a Virginie Tallio, minha orientadora, pela orientação e por de certa forma ter influenciado a escolha do tema e ao Prof. Joseph Comelles, meu co-orientador, pelo incentivo e pelas palavras sabias.

Por último, devo os meus agradecimentos ao Centro de Estudos Africanos e à Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo financiamento ao meu projecto de investigação.

Obrigada.

RESUMO

A presente dissertação incide sobre o sector privado como actor no novo *cluster* da cooperação, através de acções de responsabilidade social das empresas extrativas em Moçambique e as suas estratégias discursivas. Desenvolvida através do estudo de caso da empresa GalpEnergia, numa primeira fase a pesquisa compreendeu o peso que o legado do período antes e pós independência teve na construção económica e social actual do país e no perfil das políticas implementadas. Através do cruzamento de dados entre os diversos actores e, fundamentado pela visão de Wayne Visser, que aplica o modelo de responsabilidade social de Archie Carroll às sociedades africanas, pretende demonstrar a volatilidade do conceito mediante o contexto onde este é aplicado. O foco para além da análise ao impacto das acções socialmente responsáveis compreendeu o debate em torno da interferência dos negócios no domínio público. No decorrer da investigação de terreno foram visualizados fenómenos particulares, respeitantes às empresas extrativas, em que a linha que separa o legalmente exigido e o carácter voluntário das acções de responsabilidade social é muito ténue, chegando a existir “falsas verdades” no discurso ético destas, comprovado pela análise aos seus relatórios de sustentabilidade.

ABSTRACT

This dissertation is focused on the private sector as actor in the new cooperation cluster, through corporate social responsible actions by the gas and oil industries in Mozambique and their discursive strategies. Developed through the case study of the GalpEnergia company, in a primary phase the research encompassed the weight that the legacy of before and after independence has in the current economical and social construction in the country and in the profile of the implemented policies. Through the data crossing between the several actors and, based on the vision of Wayne Visser, which applies the social responsibility model of Archie Carrol to the African societies, intended to demonstrate the volatility of the concept through which the context where it is applied. The focus beyond the analysis of the impact of the social responsible actions encompassed the discussion around the interference of business in the public domain. During the field investigation were observed specific phenomena, due to extractive companies in which the line that separates the legally demanded and the volunteer character of the social responsibility actions is very thin, creating the appearance of “false truths” in their ethical speech, proven by the analysis of their sustainability reports.

Palavras-chaves: responsabilidade social das empresas; cooperação; Moçambique; GalpEnergia; relatório de sustentabilidade.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
Objecto de Estudo.....	1
Contexto e Justificação.....	2
Metodologia.....	4
CAPÍTULO I.....	13
Revisão de Literatura	
1.1 Questões gerais sobre o desenvolvimento.....	13
1.2 Responsabilidade Social conceito com múltiplas definições.....	15
1.2.1 Evolução do conceito.....	18
1.3.2 Empresa e modelos de Responsabilidade Social.....	23
CAPÍTULO II.....	31
Contextualização da pesquisa de terreno	
2.1 Antes e pós independência.....	32
2.2 Agências de financiamento.....	35
2.3 Moçambique e actividade económica e social.....	38
2.4 Os mega-projectos e a sua contribuição para o desenvolvimento da economia ...	40
2.5 Iniciativas contra a corrupção e a implementação do ITIE.....	43
CAPÍTULO III.....	44
As empresas extractivas e o novo actor no panorama social	
3.1 Contextualização e a sua representação no terreno.....	44
3.2 Legislação e as suas alterações.....	48
3.3 Caracterização e o impacto do Fundo Social	50
3.3.1 Os projectos e as áreas de actuação	56
3.3.2 Género.....	59
3.4 O <i>cluster</i> de cooperação	62

CAPÍTULO IV.....	67
Estudo de caso da Galp	
4.1 Breve contextualização da história da Galp.....	68
4.1.2 GALP e a sua constituição actual.....	69
4.1.3 GalpEnergia em Moçambique.....	70
4.2 Responsabilidade social da Galp no panorama português.....	71
4.4 Relatório de Sustentabilidade – Discurso vs Prática.....	72
CONCLUSÃO.....	78
BIBLIOGRAFIA.....	80
ANEXOS.....	90
A Questionário GalpEnergia.....	91
B Questionário Empresas.....	94
C Questionário MIREM/INP/MPD/CIP.....	96
D Questionário MISAU.....	99
E Questionário Sociedade Civil.....	102
F Questionário Embaixada Canada.....	104
G Caracterização Económica.....	106
H Relatório Sustentabilidade GalpEnergia.....	108

ÍNDICE DE FIGURAS

1	Pirâmide de Responsabilidade Social	27
2	Responsabilidade ética e filantrópica.....	28
3	Pirâmide de RSE em África.....	30
4	Mapeamento de empresas petrolíferas a operar em Moçambique.....	46
5	Mapa de exploração e pesquisa.....	47
6	Organigrama estrutural do grupo GalpEnergia – Galp 2009.....	69
7	Participação actual dos accionistas – Galp 2009.....	70
8	Cláusula de contrato de concessão.....	74

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AE	Ajuda Externa
CPI	Centro de Promoção e Investimento
GMD	Grupo Moçambicano de Dívida
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
INP	Instituto Nacional de Petróleo
MIREM	Ministério dos Recursos Minerais
MISAU	Ministério da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
RS	Responsabilidade Social
RSE	Responsabilidade Social da Empresa
WWF	World Wide Fund for Nature
PSCRN	Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais

INTRODUÇÃO

Objecto de estudo

O presente estudo “trabalho de projecto” é o trabalho final do mestrado “Desenvolvimento e Saúde Global”, inserido no projecto de investigação do CEA “Gender & Health” e tem como objectivo o descortinar das questões em torno da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) petrolíferas no contexto moçambicano. Construído em torno do estudo de caso da empresa Galp, enfatizando a análise ao relatório de sustentabilidade pretende dar uma perspectiva dos diferentes intervenientes e as suas articulações. A intervenção do sector privado na esfera do desenvolvimento não é um facto novo, porém as mecânicas que introduzem nos países como um novo actor de cooperação são recentes, levando à criação de um novo *cluster* de cooperação.

De modo mais específico, o trabalho procura analisar (i) a contribuição que os mega-projectos têm para o desenvolvimento da economia no país; (ii) o quadro legal que envolve a RSE; (iii) e a percepção da linha que separa o legalmente exigido e o carácter voluntário das acções de RS, incluindo, discurso ético desta nos relatórios de sustentabilidade.

No que respeita à estrutura da presente tese encontra-se dividida em cinco capítulos:

- **Capítulo I – *Revisão da Literatura*:** neste capítulo são abordadas as principais questões que envolvem as questões de desenvolvimento e de que forma é estabelecida a cooperação e Ajuda Externa (AE) servindo de contextualização à segunda parte do capítulo de RSE. Neste ponto, compreendemos a evolução do conceito e as bases que o fundamentaram para se poder compreender a actual posição da empresa enquanto actor de desenvolvimento e as principais teorias que as definem.
- **Capítulo II – *Contextualização da pesquisa de terreno*:** é apresentado o contexto da pesquisa de terreno, ou seja, Moçambique, traçando uma análise histórica, bem como focando, o enquadramento actual das políticas do país direccionadas para o sector económico.
- **Capítulo III – *As empresas petrolíferas e o novo actor no panorama social*:** neste capítulo é posto em evidência a contextualização das empresas petrolíferas no sector e de que forma a RSE é articulada com as políticas do estado. Pretende transmitir quais as alterações legais bem como a caracterização e impacto do fundo social.

- **Capítulo IV – Estudo de caso da GalpEnergia:** este capítulo é dedicado ao estudo de caso da empresa Galp e à demonstração dos resultados de investigação do discurso de RSE à prática das acções.

Contexto e justificação

A actividade empresarial revestida de fundamentos sociais e ambientais, sem serem exclusivamente económicos, não é uma realidade recente. No século XIX e inícios do século XX com a crescente evolução tecnológica, as práticas responsáveis dos empresários, fundidas com a ideologia liberalista da economia, estavam correlacionadas com acções de caridade delimitadas num plano filantrópico. Contudo, posteriormente à segunda Guerra Mundial, a vida social e económica das populações começaram a estar mais sob o domínio do Estado (Giddens, 1998). Influenciado pelas dinâmicas contextuais, o sector privado começou a ser regulamentado economicamente pelos princípios keynesianos, contrariando o liberalismo que lhe antecedia, enquanto o bem estar-social era preconizado exclusivamente pelo Estado. Foi nesta atmosfera política, económica e social que, nos finais da década de 60 inícios de 70, o comportamento ético e social do sector privado começou a ganhar mais peso e os movimentos sociais a exercerem uma maior pressão no sector privado.

Na década de 80, com a crise do Estado Social, consequentemente do sistema keynesiano, com a proliferação de novos actores no panorama de intervenção social, cimentou-se a ideia que o sector privado deveria intervir no desenvolvimento das sociedades (Giddens, 1998). Não obstante, já na década de 70, teóricos afirmavam que o sector privado deveria estar imune de qualquer actuação a nível social, sendo o estado o único responsável pelo bem-estar das nações (Friedman, 1970). Num cenário de grandes desigualdades entre países do sul e do norte e com a crescente globalização comercial causando a dependência dos mercados entre estados economicamente pobres e ricos, conjecturou-se uma convergência de forças globais para a redução da pobreza¹. A partir deste consenso, cresceu a consciência de que o Estado por si só poderá não compreender recursos suficientes para garantir as estruturas básicas da sociedade. Numa última instância esta realidade poderá converter-se na crise do Estado de bem-estar. É então, objecto deste trabalho, a compreensão da ligação entre um Estado influenciado pela ideologia neo-liberal, uma sociedade cada vez mais dependente em diversos sectores das empresas privadas e a origem deste novo actor de intervenção social, através da responsabilidade social, abordando as directivas globais sobre a questão - UN Global Compact e a Global Reporting Initiative.²

¹ Em exemplo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. (<http://www.un.org/millenniumgoals/>)

² Esta última foi fundada com o objectivo apoiar e assistir as empresas aquando da criação dos seus relatórios de sustentabilidade numa iniciativa global que actua numa visão sustentável da economia. Mais informações consultar www.globalreporting.org

Através do estudo de caso da empresa Galp, focar-se-á o quadro de cooperação de um país africano – Moçambique - em que quase metade do orçamento de Estado depende da ajuda externa³ (AE). Se o financiamento a ONGs e agências internacionais decaiu na década de 90 pelas expectativas irrealistas dos doadores e pelo limitado grau de eficiência destas (Igoe e Kelsall 2005), compreende-se então a necessidade de se analisar a actuação de novos actores de intervenção externa, qual o seu discurso desenvolvimentista e a estratégia e fundamentações por estes percutidas no domínio público.

Fazendo o contraponto com as sociedades ocidentais, em que a RSE é construída num quadro de regulamentação, é de extrema importância conhecer-se os motivos que levam a uma gestão empresarial direccionada para o social, num contexto em que só muito recentemente os sectores que estavam tradicionalmente abrangidos pelo poder do Estado passaram para um domínio privado “Na esteira do modelo económico definido na Constituição de 1990 e consolidado na Constituição de 2004, é introduzido um conjunto de leis de base que regula o funcionamento dos mercados e consagra as regras de concorrência. E é neste sentido que, para propiciar oportunidades de negócios ao investimento privado, cabe ao poder legislativo dar sinais inequívocos de que a competitividade radica na dignidade da pessoa humana e no conteúdo constitucional de liberdade das empresas, pelo papel que as mesmas desempenham no mercado.” (Silva, Lourenço, 2009).

Não existindo muitos estudos científicos sobre Moçambique que façam a ligação entre políticas públicas, projectos de responsabilidade social (RS) do sector privado e relatórios de sustentabilidade, em especial sobre empresas petrolíferas, será pertinente, num contexto académico, uma investigação deste âmbito - a intervenção do sector privado num quadro de cooperação. Num ambiente global caracterizado pelo neoliberalismo e de uma conexão legitimada (pela falência do estado social) entre estruturas públicas e privadas tentar compreender, numa atmosfera geral de crise económica, o motivo que leva as marcas a despenderem recursos financeiros em prol de uma actuação direccionada para as questões sociais cujo o cenário é de extrema dependência - Moçambique.

Por outro lado, é patente a importância da compreensão de que estes projectos poderão não ser, exclusivamente, a cargo do sector privado (Sítima Luís, 116). Será pertinente analisar a interligação entre os projectos de RS num domínio privado (no caso específico de Moçambique) e o sector público e o seu quadro legislativo. Enfatizar-se-á a política económica do Estado Novo em África (GalpEnergia no país desde 1957), numa análise as intenções que movia a política de influência do Estado Novo, nas respectivas províncias ultramarinas, como instrumento de índole expansionista e corporativa “o período em referência, em que se define e pratica a política colonial do Estado Novo, é afinal o período em que se criam, ou pelo menos decisivamente se configuram, os fundamentos estruturais das novas economias africanas que

³ “(...) corresponde a 40% da renda nacional.” (Nipassa 2009)

surgem da descolonização portuguesa. Em palavras mais simples: neste contexto, a presença colonial do «Estado Novo» foi o berço daquelas economias africanas.” (Murteira, pág. 32)

Socialmente permitirá, depois da investigação de terreno, perceber qual a tipologia dos projectos, de que forma estão a ser formulados e quais as áreas alvos do mesmo. Muitos dos programas preconizados pelas empresas são alvo de inúmeras críticas, ou por imporem conceitos de desenvolvimento desenhados pelo mundo ocidental, por compreenderem jogos de interesses económicos e de poder, ou por fomentarem o desenvolvimento Norte-Sul prejudicando mais as comunidades locais do que beneficiando-as. Entendo que, a apresentação de um estudo antropológico no discurso ético da empresa, poderá ser enriquecedora para o descortinar dos problemas associados aos projectos de responsabilidades social e simultaneamente complementar os estudos económicos que se têm feito nesta área. Por se examinar a intervenção do sector privado no domínio público, em conjunto com o contexto social e cultural das comunidades locais, permitir-nos-ia uma visão mais completa de ambos os lados da questão.

Metodologia

O presente trabalho – trabalho final do mestrado de Desenvolvimento e Saúde Global, é um trabalho de projecto qualitativo e de índole exploratória. Esta investigação ambiciona, através do método “estudo de caso”: compreender melhor os significados da conduta empresarial responsável interligada com o sector público; perceber a actual gestão social das empresas apreendendo as lógicas de funcionamento, no caso específico, da empresa Galp; captar as implicações que esta atitude tem para o próprio funcionamento da empresa no contexto político em que se insere e por final para as narrativas e representações dos sujeitos que atinge, consolidado numa nova abordagem ao conceito de cooperação, formulando o novo *cluster* de cooperação pela inserção das empresas como actor precursor de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, foi tido como ponto de referência a análise aos relatórios de sustentabilidade e investigação de terreno, recorrendo a entrevistas semiestruturadas com os diversos actores como forma de entendimento da correlação entre sector privado, público, organizações da sociedade civil e comunidade.

O objectivo inicial da investigação de terreno foi sujeito a alterações e reformulações pela inexistência de projectos de RS por parte da Galp em Moçambique, contrariamente ao mencionado no relatório de sustentabilidade da mesma. Se o intuito era (i) perceber os impactos da intervenção socialmente responsável ao nível das comunidades; como são estabelecidas as relações entre empresa, comunidade e autoridades locais (ii) de que modo a empresa define o conceito de RSE; (iii) e, por último, em que moldes actuaria como percursora de políticas de saúde pública; a constatação de novos determinantes levou a uma reestruturação do objecto inicial.

Por ser uma investigação fundamentalmente de índole antropológica, irá dotar-se de uma metodologia igualmente antropológica dos fenómenos. Esta será dividida em três partes distintas, como Gaston Bachelard afirma serem os princípios fundamentais de toda e qualquer investigação social: “ O facto social é conquistado, construído e verificado.” (Quivy e Campenhoudt, pág. 23).

Área de Estudo

A área de estudo foi Moçambique e a recolha de dados restringiu-se à capital do país, Maputo, na província de Maputo. A investigação debruçou-se sobre o sector petrolífero desenvolvendo a actividade a norte do país, mais especificamente na província de Cabo Delgado – bacia de Rovuma, local de pesquisa e exploração de recursos petrolíferos e gás natural, porém os contactos foram efectuados exclusivamente ao nível dos polos de representação. Embora com tipologias e dinâmicas distintas, o grupo-alvo concentrou-se na capital do país, por os poderes políticos e económicos atingirem a sua representação na máxima na capital: empresas, ministérios, embaixadas, sede de organizações da sociedade civil. O único grupo da investigação que não foi sujeito a intervenção de estudo foram os receptores dos projectos de RSE pelas características específicas destes projectos e pelo tempo limitado de investigação de terreno.

Revisão Bibliográfica

Partindo da pergunta inicial da investigação - Como é formulado o novo *cluster* da cooperação através da intervenção de um novo actor - o sector privado – visualizado através dos projectos de RSE de uma empresa petrolífera em Moçambique?– num primeiro momento, a investigação compreendeu uma análise de revisão de literatura a fontes bibliográficas, tanto qualitativas como quantitativas, permitindo uma contextualização a quadros conceptuais existentes. Com este fim, o local de pesquisa incidiu em bibliotecas de ciências sociais e em documentos disponíveis na internet. Os elementos de análise e interpretação compreenderam a análise em obras e monografias especializadas sobre o assunto, não descurando a análise a artigos científicos em revistas especializadas do campo de investigação. Com teor mais quantitativo, foi dado relevância a estudos e dados disponíveis e publicados em centros estatísticos.

Nesta primeira fase e a par da revisão bibliográfica, foram iniciados os primeiros contactos e entrevistas exploratórias em Portugal. Pretendeu-se, com esta ferramenta, explorar o terreno (neste caso Moçambique), introduzir novos conceitos na investigação e compreender a viabilidade do presente trabalho. Os primeiros contactos foram realizados de um modo aberto e extremamente flexível, paralelamente criados com o intuito de preparação do campo de investigação. Além do acima exposto, esta primeira abordagem permitiu conhecer os indicadores de cooperação e conflito entre o investigador e o sujeito de investigação, uma

melhor visualização de variáveis externas e quais as estratégias preferenciais para ultrapassar obstáculos, originando uma reformulação do objecto de pesquisa.

Desenho de metodologia

a) Escolha dos métodos de investigação

Num contexto de descoberta (apud Lessard-Hébert e al. 2005) foram tidos em conta os dados históricos e cronológicos do objecto de estudo e a interligação dos actores políticos num espaço de actuação privada. Privilegiando o recurso ao método histórico dos dados, para criar o contexto actual do objecto de estudo e para a compreensão dos processos que estiveram na origem da realidade contemporânea. A organização enquanto entidade categorial: estrutural, organizacional e social e no sentido da compreensão das suas dinâmicas actuais, recorreu-se a publicações do início do séc. XX, relativa às condições históricas que levaram à criação da empresa petrolífera em estudo (estatutos, alvará de licença, constituição, entre outros). Em simultâneo, foram analisados programas políticos e económicos do Estado Novo – Planos de Fomento – pela sua característica instrumental de orientação política económica do Estado e de execução de um plano a nível nacional, bem como das províncias.

Importância dada às referências das normas do sector privado e nas medidas condicionantes, de protecção fiscal, concessão de créditos e participação de capitais do Estado. Os restantes dados basearam-se em relatórios de sustentabilidade, relatórios e dados facultados pelos sujeitos da investigação, sendo também enquadrados no processo indutivo exploratório, com a finalidade da formulação de teorias interpretativas e prescritivas (Van der Maren apud Lessard-Hébert et al., 2005:96). Pelo recurso ao estudo de caso e aos dados analíticos, delimitados num espaço diacrónico e sincrónico restrito, a teoria foi sendo testada à medida que a investigação decorria.

A dificuldade da utilização deste método compreendeu a obtenção de conclusões pertinentes a partir de dados brutos e desorganizados, como forma de formulação de teoria. Numa perspectiva interpretativa entre o pesquisador e os dados a investigação, manteve-se um limbo entre dados rígidos e formais, na premissa de relacionamento de conceitos como forma de descoberta de categorias.

O instrumento de investigação será fundamentado na pesquisa etnográfica, metodologia qualitativa, exploratória, por ser um “estudo de caso”. As técnicas, em Portugal, corresponderam à observação indirecta recorrendo à técnica de entrevistas semiestruturadas (menos rígidas de carácter flexível) e recolha de materiais informativos (com por exemplo actas e relatórios, etc.), com o intuito de produzir de informações adequadas e necessárias à verificação das hipóteses previamente formuladas.

Como forma de operacionalizar o conceito de RS, as informações pretenderam esclarecer os seguintes assuntos: compreensão da missão, valores e objectivos a curto, médio e longo prazo

da empresa; qual o funcionamento desta numa dimensão tanto interna como externa; levantamento dos projectos de RSE e a operacionalidade dos mesmos; quais as parcerias público-privadas estabelecidas com o governo Português e Moçambicano, quais os protocolos realizados; stakeholders, entre outras.

A metodologia seleccionada no terreno de campo⁴ continuou a privilegiar a técnica etnográfica, recorrendo-se a selecção de informantes chaves, diário de campo como forma de registo, conversas informais e entrevistas formais e semi-estruturadas.

O porquê compreende a importância de articulação de um sistema com os seus actores pelo carácter volátil das estruturas existentes, assim a mutação de sistemas existentes é determinado pelas práticas e racionalidades dos seus intervenientes (Crouzier, 1977), Em regime de não exclusão, a dimensão da RSE é definida mediante os seus actores e o contexto global que a envolve, podendo ser produzidas categorias distintas das clássicas. A etnografia foi, então, pertinente por permitir uma observação mais próxima da realidade em estudo e pela compreensão dos condicionalismos e redefinição de conceitos preconizados pelos seus actores.

b) Observação directa e indirecta

O método, nesta parte específica, englobou tanto a observação directa e indirecta. Sendo que a primeira constitui “(...) os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmo, sem a mediação de um documento ou de um testemunho” (Quivy e Campenhoudt, 1992:197). O motivo do uso deste método prendeu-se com o facto da imperatividade de compreensão dos comportamentos dos actores, manifestados nos seus sistemas de relações políticas e económicas na área da RS. Os assuntos em investigação são, de certa forma, sensíveis por pesquisar as ligações e normas internas entre governo e empresas petrolíferas, abordando as estratégias políticas económicas num contexto em que o acesso à informação é restrito sem o costume de práticas de divulgação de conteúdos.

Identificou-se limites e problemas na utilização deste método devido ao curto espaço de tempo disponível à observação. A consequência foi a não obtenção de estabelecimento de relações que permitissem a aceitação do grupo-alvo, condicionando os moldes de observação.

Paralelamente a observação directa foi utilizado a observação indirecta “ (...) acontecimentos e fenómenos estudados são reconstituídos a partir de declarações dos actores (inquérito por questionário e entrevistas) ou vestígios deixados por aqueles que testemunharam directa ou indirectamente (análise de documentos).” (1992:197). O uso deste método foi de extrema importância, em primeiro os sujeitos foram seleccionados através de pesquisa do investigador, porém, foi através de entrevista e na recolha de informação (adição de novos dados) que foram

⁴ Decorrido durante o período de vinte dias – Maio 2012

“encontrados” novos informantes de investigação em *rede social* e em *snow-ball* (Reis et. al 1996).

c) Amostra

A amostra foi uma amostra intencional (Richardson 2008) e dirigida, ou seja, os informantes foram escolhidos devido a determinadas características, não tanto o foco sobre o individuo mas sim, pelo lugar que ocupa na entidade em análise, tornando-se informantes chaves.

a) ao nível do Governo

– Instituto Nacional de Petróleo (INP): Dr. João Manjate – Director de Administração e Finanças com funções na Comissão Interministerial;

- Centro de Promoção e Investimento (CPI) – Eng.º Emílio Ussane;

- Ministério dos Recursos Minerais (MIREM) e Comissão Interministerial Eng.º Horácio Belenguese coordenador e secretário permanente da Comissão e responsável pelo Departamento de Carvão no MIREM;

- Ministério da Saúde (MISAU)

b) ao nível das organizações da sociedade civil

- World Wide Fund for Nature (WWF) e Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais (PSCRN) – através do mesmo representante Dr. Sean Nazareli: Esta organização tornou-se pertinente de observação pelo facto de estar em contacto com o governo através da PSCRN e por ser o receptor de financiamento da embaixada do Canada, na realização do estudo sobre RSE que decorre em paralelo com o financiamento da embaixada ao MIREM. Representa, desta forma, as organizações da sociedade civil;

- Joint – liga de ONGs em Moçambique: Dr. Simão Tila – Director Executivo;

- Grupo Moçambicano de Divida (GMD) – Dr. Jerónimo Nabido – Director Executivo: movimento da sociedade civil com missão de sensibilização para as questões mais latentes do país;

Estas duas organizações moçambicanas tornaram-se pertinentes de investigação pelo facto de serem plataformas de ONGs conhecedoras da actividade das organizações representando-as e permitindo uma visão global do peso, papel da sociedade civil no país em Moçambique.

- Keppa – ONG responsável pela realização de seminários de consciencialização para os problemas envolventes de RSE – Humberto Ossemane: Gestor de Projectos;

- Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) – Centro de investigação que actua como consultor e parceiro do governo em determinados temas – Dr. Rogério Ossemane: investigador do IESE;

c) ao nível dos doadores

- Embaixada do Canada; Dr.^a Chloe Baundery – Especialista de Cooperação da Embaixada do Canada e monitora dos projectos financiados sobre RSE. Este informante foi da máxima importância por ser um dos principais doadores de AE ao país e por ser financiador dos dois projectos a decorrerem para a definição de linhas orientadoras sobre RSE para o sector extrativo.

e) ao nível de empresas

- Do it – consultores do estudo sobre RSE financiado pela embaixada do Canada - Dr.^a Patrícia Bettencourt – Directora da empresa;

- Petrogal – Empresa representativa da GalpEnergia no país - Dr. Abílio Madalena (entrevista realizada via e-mail);

- Coca-Cola – esta empresa foi pertinente de análise (ver capítulo 3.4) por ser um exemplo do novo Cluster de cooperação - Sr. Francisco Tembe responsável pelo departamento de RS e de marketing.

d) Grupo-alvo

Pelas características dos projectos de RSE e pelo curto tempo possível no terreno, não foram realizados contactos ao nível das comunidades receptoras dos projectos de RS.

d) Entrevista

O método da entrevista, como já referenciado, foi de extrema importância e central neste estudo para compreender o objecto de estudo. Permitiu o contacto entre sujeito e entrevistado permitindo retirar as informações em torno aos assuntos em foco, bem como a recepção de material informativo importante. As entrevistas foram na sua totalidade marcadas previamente, pelo que o entrevistado teve contacto com o assunto e motivo desta na formulação do pedido. Os contactos ao nível das ONGs foram estabelecidas com elevado grau de facilidade, porém no que respeita ao governo e às empresas, o processo teve contornos mais morosos, com dificuldade de acesso à informação. O registo processou-se através de gravador, excepto quando o entrevistado recusava o seu uso, tendo, nessa situação se recorrido ao registo em papel.

Foram realizados seis guiões de entrevistas (ver anexos A,B,C,D,E,F e G), porém sendo as entrevistas semiestruturadas e no sentido de gerar um ambiente de partilha de informação, as

perguntas foram se seguindo em formato de conversa informal, sendo adaptadas e reformuladas no decorrer desta. A necessidade de fazer seis guiões proveio da diversidade de sectores dos entrevistados.

As questões com formato aberto estavam agrupadas em moldes diferente mas de essencialmente em três grupos, sendo que o primeiro grupo era idêntico para qualquer guião: "Identificação da Entidade/Caracterização do Respondente."

- a) *Sector privado*: foram realizados dois guiões, uma para as empresas (ver anexo B) e o guião específico para a Galp (Ver anexo A).

Se no segundo grupo as perguntas diziam respeito ao funcionamento geral da empresa, constando, história, missão, valores e objectivos e prioridades. O terceiro grupo interliga a empresa e as políticas de RS, tanto numa dimensão interna e externa, expectativas e relacionamento com os stakeholders, entrecruzamento com o sector público. O objectivo deste tipo de questionário, pretendeu recolher todas as informações possíveis sobre o discurso ético da empresa.

No que refere à Galp e por se tratar da empresa sobre qual recaí o estudo de caso, as questões apresentaram-se vinculadas a toda a informação recebida anteriormente, e ajustada ao contexto histórico em que esta se desenvolveu, bem como respeitando a análise profunda ao relatório de sustentabilidade.

- b) *Sector público*: os guiões foram sendo adaptados consoante as características dos ministérios e a sua articulação com os projectos de RS (ver anexo C e D)

O objecto de estudo inicial recaía sobre os projectos de RS da Galp na área da saúde, pretendendo-se observar a sua intervenção no domínio da saúde pública. Esta definição de objectivo além do fundamento de interesse científico formulou-se através da análise ao relatório de sustentabilidade e a alusão aos projectos na área da saúde, justificando a pertinência da entrevista ao MISAU. Porém foi no decorrer desta a constatação da inexistência de qualquer projecto em parceria, apoio ou outro com o ministério. O único projecto elaborado, até ao momento da investigação, seria com a Coca-cola, motivo pelo qual a pesquisa de terreno se debruçou-se em termos exemplificativos da existência de um novo *cluster*.

- c) *Sociedade Civil*: os guiões (ver anexo E) foram formulados no sentido à compreensão: (i) história, missão, valores, objectivos da organização (ii) qual é o ponto de situação das ONGs em Moçambique (iii) por último, RSE e a interligação entre ONGs, empresas, e governo.

- d) *Doadores*: guião específico para a embaixada do Canada (ver anexo F) no âmbito do financiamento aos dois projectos que estavam a decorrer.

Além destes contactos formais, foram tidos contactos informais com consultores do estudo financiado pela embaixada do Canada.

Com o intuito de compreender melhor o ITIE e o panorama geral sobre as contribuições fiscais e os parâmetros legais das empresas petrolíferas, o investigador assistiu à Conferência “Publish what you pay” realizada em Maio de 2012 em Maputo.

A duração das entrevistas variou entre quarenta e cinco minutos e duas horas e a língua foi o português e o inglês (esta última, exclusivamente, na entrevista na embaixada do Canada)

Análise de dados

A terceira parte do trabalho foi dedicada ao tratamento e análise de dados, a interpretação e discussão das informações recolhidas durante a investigação, pretendendo responder à pergunta de partida e aos objectivos da investigação, tendo como base o quadro teórico formulado e a revisão bibliográfica. Neste sentido e sendo uma amostra não probabilística a catalogação das entrevistas decorreram de forma distinta. Transcritas as entrevistas foram catalogadas através de perguntas-chaves seguidas de comentários. Depois de analisada a tabela, foram elaboradas as conclusões, compreendendo como é construído o conceito de RS naquele contexto, possibilitando a revisão a teorias conceptuais analisadas aquando da revisão bibliográfica.

Em tons de conclusão, objectivou-se indicar quais as linhas que orientaram o processo, apresentar quais os contributos do trabalho numa dimensão antropológica sobre RS das empresas.

Limitações do estudo

O estudo aqui apresentado deparou-se, ao longo da sua elaboração, com diversas limitações, quer no seu universo estrutural, quer na sua amplitude de aplicação.

Em primeiro lugar, embora a importância que esta matéria atinge num contexto global, não se verifica presentemente em Moçambique, existindo pouca informação e troca de ideias entre os diferentes actores, originando no pouco reconhecimento sobre a questão e sua utilidade. Em termos de recursos bibliográficos, pouco existe, especialmente numa abordagem antropológica, o que condiciona a comparação de material e comprovação de dados.

Em segundo, o acesso a informação não foi o pretendido, houve bastante dificuldade em obter esclarecimentos pela inexistência de políticas de informação, o que condicionou toda a pesquisa. Em termos das empresas, a falta de veracidade de informação nos relatórios levou um total reajustamento do objecto de estudo, extrapolando-se do tema central da dissertação de mestrado – Saúde Global. O conhecimento tardio da inexistência de projectos de RS exigiu que a investigação se revestisse de contornos diferentes.

Por último, não foi possível analisar a dimensão da comunidade através de contacto directo com estes, o que condicionou a verificação dos impactos que as empresas petrolíferas estão a ter no terreno e objectivação da reestruturação social de que são portadoras. A análise dos efeitos que os projectos inseridos no fundo social estão a ter também foi deixado à margem impossibilitando a respostas a questões pertinentes.

Capítulo I - Revisão Bibliográfica

Num contexto marcado pelos processos de globalização evidenciam-se os determinismos funcionais da acção dos Estados, que em prol do Desenvolvimento orientam acções políticas ancoradas em interesses de crescimento económico. Não devendo o crescimento económico ser portador de efeitos negativos, porém as evidências contemporâneas retratam uma crise de valores políticos e de desenvolvimento, caos social, perpetuação de desigualdades, corrupções e gestões danosas do património colectivo dos povos.

O crescimento económico globalizado desencadeia fenómenos complexos e assimetrias nas dinâmicas das sociedades contemporâneas. Actualmente vivemos num ambiente de crise das economias públicas e aumento da vulnerabilidade em determinados grupos.

A dominância da ideologia do progresso foi atingindo, através de sacrificio de uns pela hegemonia de outros, não respeitando as especificidades culturais e alguns segmentos populacionais (James Ferguson, 2006; Visser e al, 2005). Estes tipos de “sacrifícios” traduzem-se naquilo que alguns cientistas sociais referem ser a complexificação de questões sociais, económicas, culturais e humanas, as quais se tornam imperativas na discussão dos pactos e parcerias internacionais do desenvolvimento, numa perspectiva de evolução e adequação do seu teor conceptual às realidades complexas das sociedades contemporâneas.

1.1 Questões gerais sobre Desenvolvimento

O maior acontecimento social dos tempos modernos foi o nascimento de uma cultura de civilização urbana de massas estruturada a partir do desenvolvimento da indústria (tecnologias e investigação científica) que empurrou a civilização para uma rápida complexidade de evolução. Embora os primeiros sintomas se tenham revelado em Inglaterra nos meados do século XIX, foi nos Estados Unidos da América que ela atingiu a sua forma mais característica e generalizada. Daí radicou em todo o mundo, a partir do início do século XX, espalhando-se por toda a Europa Ocidental (McLuhan, 1964).

No campo dos direitos e das garantias, a progressão foi bastante positiva. Apareceram os primeiros sistemas de segurança social, a assistência médica, o direito às férias e o acesso a variadas formas de lazer e divertimento. O nível de vida foi aumentando progressivamente, graças também à interferência e rápida evolução dos meios de comunicação, especialmente os projectos através do espaço, como também a rádio, a televisão e as conexões cibernéticas, a

civilização ocidental transformou o mundo naquilo que McLuhan chamou de «aldeia global» (1964).

Mas o ritmo desenfreado transportou o processo da civilização para a “*era dos extremos*” (Buss e al. 2010) e para uma ininterrupta dialéctica sobre o conceito de desenvolvimento e de modernidade, reflectindo sobre as diferenças de oportunidades na conquista do desenvolvimento, sobre a dominância do mundo desenvolvido do Norte e sobre a perpetuação da subserviência e da pobreza do Sul.

Numa visão pessimista, o progresso marca o tempo contemporâneo pela interdependência civilizacional de aumento das assimetrias e desigualdades entre os povos do mundo. Este pessimismo defende que, as desigualdades acentuam-se essencialmente, devido ao modelo de desenvolvimento global. As principais críticas da actualidade ao modelo de desenvolvimento encontram força em verdades numéricas e estatísticas de desenvolvimento humano (IDH), até porque a percentagem de países pobres do Sul corresponde a cerca de 60% das nações alistadas na ONU. “Como apontam diversos relatórios internacionais (...) os determinantes sociais e económicos da saúde (WHO:2008) e o fenómeno da globalização injusta, com a pobreza e a iniquidade entre as nações e no interior das mesmas (...) estão na raiz da situação” (Buss e al, 2010: 94).

O modelo dominante de desenvolvimento Norte-Sul tem-se caracterizado como sendo ineficiente, uma vez que não providencia o desenvolvimento global “Os países do hemisfério sul congregam os maiores contingentes de pobres, razão pela qual os reflexos danosos das diferenças económicas sobre o bem-estar e a saúde das pessoas incidem mais nessa parte da Terra. As evidências compiladas por Benatar [“Global Health ethics (...)”,2003] sobre o agravamento da injustiça no mundo são incómodas: a diferença de renda entre os 20% mais pobres e a mesma proporção dos mais ricos do mundo partiu de um patamar de nove vezes no início do século passado, cresceu até trinta vezes ao longo de seis décadas e alcançou a cifra de um para oitenta no ano 2000” (Santana, 2010:1). Buss e al. refere sobre este tema que vivemos na “era dos extremos” ou seja, entre populações verificam-se grandes dissemelhanças geradoras de graves problemas em todos os sectores (2010).

O desenvolvimento do Norte é enormemente pautado por interesses industriais e da hegemonia dos mercados, camuflando versões neo-colonialistas (Visser e al, 2005) através de valores políticos de homogeneidade e de inclusão, de fundamentos e de pré-condições que perpetuam as relações de dependência mundial dos países mais pobres. De certa forma, compreendemos que o modelo de desenvolvimento está subvertido, por não respeitar as heterogeneidades geográficas e culturais das nações, desvirtuando os resultados e a sustentabilidade de acções de promoção do desenvolvimento do bem-estar humano global. Conforme refere A. Sen vivemos num “mundo de notáveis privações, indigência e opressão. Há

juntamente com os velhos, muitos problemas novos, incluindo a persistência da pobreza e das necessidades elementares insatisfeitas, a ocorrência de fomes e de uma subnutrição extensamente disseminada, a violação tanto das liberdades políticas e elementares como das liberdades básicas, o desprezo alargado pelos interesses e actividade das mulheres e as ameaças agravadas ao ambiente e à sustentabilidade da nossa vida económica e social.” (2003:13).

1.2 Responsabilidade Social conceito com múltiplas definições

A adopção do novo discurso e uma nova postura teve, desde os primeiros escândalos empresariais e devido à crescente globalização (Banerjee, 2007, Frynas, 2005), associado há ética nos negócios⁵, ou seja, não só os aspectos económicos como também os aspectos sociais e ambientais, permitindo-lhes gerir os conflitos que por vezes surgem com permanência e impactos no local onde estas operam. Com várias abordagens e perspectivas, convergência de vários conceitos – Desenvolvimento Sustentável⁶, RS⁷ e Cidadania Empresarial⁸ – embora com significados diferentes, conotam a existência de uma sociedade civil mais consciente e organizada, uma sociedade económica mais ambiciosa e competitiva, mas também poderá demonstrar a incapacidade do Estado em dar respostas sociais aos seus beneficiários. Neste ponto e com o prévio conhecimento de que esta atitude se traduz numa capacidade dinâmica das empresas para com os seus stakeholders⁹ (“teoria dos stakeholders” Clarkson, 1995) permite-nos desde logo reflectir sobre uma actividade ou um intuito paradoxal permeável a várias utilizações.

A literatura sobre RSE é vastíssima, todavia como já referido é um conceito complexo e tem associado inúmeras definições no sentido que se apresenta como dinâmico.

De acordo com o Livro Verde *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas* (posição da Comissão Europeia sobre o assunto), é um conceito segundo o qual “empresas decidem numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. (...) Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes interessadas afectadas pela empresa e que,

⁵ Utilizar-se-á o conceito ética, definido segundo os autores Stoner e Freeman (1985: 77-78) que compreende a forma como as nossas decisões e acções afectam directa e indirectamente os indivíduos que nos rodeiam.

⁶ “ (...) crescimento da economia e a melhoria da qualidade do ambiente e da sociedade, para benefício das gerações presentes e futuras.” Livro Verde, 2001)

⁷ “ (...) actuação com base voluntária e para além das prescrições legais.” (2001)

⁸ “ (...) participação activa de uma empresa na comunidade em que se insere, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da mesma”(2001)

⁹ “os administradores, os gestores, os trabalhadores, a inserção no meio ambiente, na comunidade científica e tecnológica e na comunidade local, e as relações de “up-grading” permanente com os fornecedores e clientes, entre outros.” (Gago:9)

por seu turno, podem influenciar os seus resultados" (Livro Verde, 2001:4). Ter uma atitude socialmente responsável "(...) não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais, implica ir mais além através de um maior investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais" (pág7.)

A definição do Banco Mundial¹⁰ refere que a RSE permite o desenvolvimento económico sustentável, porque para além de ultrapassar o legalmente imposto, possibilita o crescimento económico da própria empresa, em conjunto com o que o WBCDS (2010) refere "the commitment of business to contribute to sustainable economic development, working with employees, their families, the local community and society at large to improve their quality of life".¹¹

A definição patente neste trabalho corresponderá ao que foi referido anteriormente englobará claramente na discussão a esfera política na sua definição mais ampla, (sector privado como precursor de políticas públicas) visualizado no debate contemporâneo sobre o conceito. Será, complementarmente, demonstrado ao longo do presente trabalho, que o próprio conceito atinge diferentes significados mediante a entidade e o contexto que o aplica. Existindo normas standardizadas como a ISO 26000, quando a orientação é baixa a empresa aplica o seu próprio entendimento da questão no desenvolvimento de projectos de RSE.

Numa análise diacrónica do conceito como forma de explicar as definições contemporâneas, o estado de carácter social em que nos encontramos tem as suas raízes no início do século XX, após o término do liberal-fisiocracismo do século precedente que alterou princípios e axiomas em que este era baseado. Neste momento assistimos a um forte declínio da actual manifestação do estado o que poderá implicar uma mudança de direcção, provavelmente para um estado pós-social em que a sua intervenção social seja de menor monta, deixando esse nicho a cargo de privados, o que poderá alterar perigosamente o equilíbrio da balança social, aumentando ainda mais as diferenças de classes económicas, o que por sua vez aumentará de uma forma exponencial os problemas sociais decorrentes causando, em ultima instância, o colapso da sociedade actual tal como a conhecemos. (Castel, 2003)

Desde cedo que se compreendeu os problemas envolvidos numa organização cada vez mais complexa da sociedade, sendo inicialmente de iniciativa de determinados grupos conceber formatos em que poderiam assegurar a protecção dos seus direitos, do bem-estar das suas famílias e do seu sustento. Com as mudanças de valores e princípios da sociedade, o estado foi capturando essas responsabilidades para si, o que levou à necessidade da criação de instituições que o pudessem assegurar, quer na assistência dos mais desfavorecidos, na saúde

¹⁰ Veja-se a definição do Banco Mundial sobre a RSC em: <http://www.worldbank.org/privatesector/csr/>.

¹¹ "o compromisso do negócio para contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, trabalhar com os empregados, as suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar a sua qualidade de vida." (Tradução do Autor - T.A.)

ou a criação de legislação que imbuísse os indivíduos de direitos inalienáveis, sanando assim, possíveis instabilidades sociais que colocassem em risco o normal e frutífero funcionamento da sociedade. Com o desenrolar do tempo e com as alterações societárias cada vez mais rápido, começa a ser patente a dificuldade do estado se adaptar em tempo útil a estas flutuações, quer políticas, quer económicas, ao não conseguir dar resposta aos serviços a que se tinha proposto pois, com o aumento da população carente destes, com o aumento da esperança média de vida e com a conseqüente diminuição da população activa derivado ao envelhecimento demográfico que se verifica, o endividamento do estado começa a tomar contornos irreversíveis.

Foi Vives (Castel 2003) quem, primeiro, apresentou propostas de apoio aos mais desfavorecidos, não incorrendo numa perspectiva económica mas numa vertente social e religiosa, utilizando ambas como argumento para justificar o porquê desta necessidade. Utilizando os valores da religião cristã da qual era adepto, assim como a grande maioria da população e que norteavam ideologicamente os próprios direitos reconhecidos pelo estado, cujo governo era frontalmente cristão (ajuda ao próximo), demonstra os vínculos que a sociedade teria com esta responsabilidade, tendo a comunidade como motivação - interesse filantrópico/religioso expresso na misericórdia para com os desvalidos - o governo partilhava, de certa forma, a mesma motivação: religiosa e de interesse próprio pois caso se imiscuísse dessa responsabilidade, correria o sério risco de que a instabilidade social daí criada colocasse a sociedade num limiar perigoso.

Mais tarde, com a alteração do panorama internacional político e social provocada pelas grandes guerras que deflagraram por toda a Europa e que atingiram todas as grandes economias desse tempo, particularmente com a 2ª Guerra Mundial, os estados viram-se a braços com uma nova questão social: O que fazer quanto ao elevado número de homens activos empregue nos esforços bélicos? Era uma questão com implicações demasiado grandes para ser deixada ao acaso pois, com o final da guerra e com o retorno massivo destes indivíduos, após sofrerem as agruras que caracterizam um cenário de guerra, fortemente motivados e desgastados emocionalmente, querendo voltar para as suas famílias, proporcionar-lhes sustento e segurança. Era premente conseguir inseri-los de novo na sociedade “normal”, assegurando-lhes o seu futuro e o dos que a estes se encontravam dependentes ou os riscos sociais decorrentes seriam, possivelmente, incontroláveis.

Assim, é visível uma clara alteração entre o que podemos considerar RS e os seus agentes. Desde grupos de trabalhadores, ao estado, ao novo agente em cena representados pelos interesses privados. Estes últimos, ao aperceberem-se da incapacidade do estado de administrar e gerir determinados serviços públicos, apresentam propostas procurando explorar os nichos criados pela falta de assistência estadual. Numa perspectiva capitalista actual, em que o principal motor da sociedade é o lucro, parece fazer sentido. No entanto, na perspectiva

social encontramos contradições pois, se os privados privilegiam o lucro, o sector da sociedade incapaz de pagar por estes serviços ficará desamparado e à mercê dos detentores de um poder económico mais forte. Em casos extremos, à medida que estes sectores vão crescendo em número e desespero, ao verificarem que o estado de bem-estar para o qual contribuíam é incapaz de os proteger passam à iniciativa, começando assim uma época de instabilidade social que já presenciámos um pouco por todo o mundo desde o Brasil a França, passando pela Inglaterra e até por Portugal em tempos não muito longínquos.

Uma das faces da RS é a protecção na saúde, tendo o seu início na Alemanha nos finais do século XIX em que o estado, pela primeira vez, inclui na sua legislação a protecção em casos de doença dos trabalhadores (Henry E. Sigerist, 1999). Mas o princípio da assistência na doença ou na necessidade perde-se nos meandros do tempo, sendo ao início um princípio meramente altruísta e primeiramente codificado na Grécia antiga, foi transcrito e sofreu evoluções ao longo da história, levando à criação da instituição hospital. A própria origem etimológica da palavra denuncia uma relação com hospitalidade, que esteve na base da sua fundação e que, actualmente adopta uma direcção completamente diferente, umbilicalmente dependente do estado (e ainda mais recentemente dos privados), especializando-se na assistência na saúde e na progressão da ciência medica, representa um dos principais pilares da sociedade actual, sendo uma ferramenta usada pelo poder político com implicações de monta para a comunidade em que se insere.

1.2.1 Evolução do conceito de RSE

Numa tentativa de transmitir a forma como, actualmente, as empresas incorporam o discurso ético, deveremos contextualizar a natureza e evolução do conceito. Trata-se de uma forma radicalmente distinta dos modelos clássicos de responsabilidade e de regulação empresarial, como se explica seguidamente.

Actualmente, quando falamos de política (políticas públicas) e de economia num domínio privado, pensamos em dimensões operacionais e estruturais por vezes distintas. Contudo estes dois domínios - o político e o económico – desde sempre operaram de forma interligada e complementar com um *modus operandis* bastante distinto do actual.

Recuando no tempo, sabemos que o pensamento liberal teve a sua origem com os filósofos John Locke e Jean-Jacques Rousseau “(when they) took economics out of the private household where it was placed in the thought of ancients, and placed economics in the public or political realm.” (Capaldi, 2011:Xii). Antes da influência trazida por estes dois pensadores, no modelo clássico e medieval (reportando-nos à perspectiva aristotélica), a dimensão política económica era estática, cíclica e sem uma percepção universal de crescimento.

Já na época moderna, aquando dos avanços tecnológicos importados pelos físicos Galileu e Newton, a noção de um mundo encerrado em si mesmo transformou-se para a noção de um universo infinito. Paralelamente, René Descartes e Francis Bacon *“promoted the idea that wisdom consisted not in conforming to nature, but in manipulating it.”*¹² (2011:Xiii). Nesta época e com estes contributos, viu-se nascer o “Projecto Tecnológico”¹³ (séc. XVI) e com ele a concepção de progresso alastrou-se, especialmente para o sector económico, numa simbiose entre noções de crescimento, expansão e competição. A economia e o domínio dos mercados na nossa vida, deixaram de estar subjugados ao espaço local para passar para o nacional (actualmente ultrapassamos em grande escala o nacional para o global). Só a partir do século XVIII com os textos publicados pelo filósofo e economicista Adam Smith, sendo a sua obra mais famosa “A riqueza das nações”, que o liberalismo económico começou a ganhar mais expressão em muito devido ao colapso do mercantilismo.

Inúmeros foram os marcos da história que levaram a inserção de práticas e acções de RS nas empresas e à constatação que um quadro institucional, por si só, não permitiria garantir a gestão e a coesão social. Com escalas, desenvolvimentos e proporções não comparáveis aos dias de hoje, as práticas responsáveis dos empresários no tecido social eram cobertas como acções colectivas de caridade, iniciado com os primeiros sinais de industrialização e aparecimento das empresas (séc. XV a finais do séc. XVII). Tendo o sistema capitalista passado por diversas revoluções (duas das mais importantes - as industriais) desde o final do século XVIII, que modificaram enormemente o processo de produção capitalista, novos paradigmas societários que envolvem a empresa foram, simultaneamente, formulados. Para compreendermos melhor esta realidade teremos que regressar ao final do século XIX. Numa época em que as ideias clássicas liberais e democráticas da economia imperavam, o liberalismo começou a ganhar novos contornos, envolvendo empresas em acções de carácter social, construído originalmente segundo a óptica de igualdade de direitos para todos os trabalhadores, como o autor Macpherson refere “(...) John Stuart Mill e os liberais-democratas éticos que o acompanharam em fins do século XIX e inícios do século XX, uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades.” (1978:9)

Embora com contornos distintos dos contemporâneos verificamos, no final do século XIX, com a publicação da obra *The Gospel of Wealth* de Andrew Carnegie, uma das primeiras abordagens ao conceito de caridade a partir da premissa de que as organizações deverão ir

¹² “Promoveu a ideia de que a sabedoria consistia, não em conformar-se com a natureza, mas em manipula-la.” (T.A.)

¹³ “The TP (Technological Project) is the control of nature for human benefit. The TP (a) radically changed the way people in the west viewed the world and their relationship to the world, (b) led to fundamental changes in to a major institutions of the west (economic, political, legal, and social), (c) led to the expansion of the west and its domination of the non-Western world, and (d) finally to Globalization – the internationalization of Western institutions.” (Capaldi 2011:Xii)

mais além de uma actuação direccionada apenas para o lucro mas sim, com uma preocupação pelo quadro social em que se insere (Stonner e Freeman, 1985). Outro dos autores que encontra estas referências na história é Hower Bowen na sua obra *Responsibilities of the Businessman* publicada em 1953 “(...) cuja obra é um marco no campo da RSE, as primeiras manifestações desta ideia surgiram no início do século, em trabalhos de Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clark (1916). Tais ideias, porém, não tiveram maior aceitação nos meios académicos e empresariais, onde deviam soar - considerada a época – como heresias socialistas.” (Duarte e Dias, 1986:41)

Assim, a visão clássica de RS, no início do século XX, encontrava-se fundida com a ideologia liberalista da economia - corporação funcionava quase exclusivamente numa óptica de benefício para os seus accionistas, máxima obtenção de lucro - encontramos estas novas concepções de uma nova gestão empresarial associadas ao movimento socialista da época, que foi grandemente criticado. O conceito de RS estava ainda fortemente relacionado a um carácter de caridade, pessoal, impregnado de conotações religiosas efectuadas através de doações e delimitado num plano filantrópico, (Banerjee, 2007:5) causando grandes controvérsias numa época capitalista de produção, tendo sido combatidas pelo lado mais conservador deste.

Acontecimentos mundiais importantes desenvolveram de forma mais efectiva a ideia da actuação voltada para o social e o discurso de ética começou a acompanhar o processo de gestão empresarial. Os anos 20 ilustram a época em que este tipo de pensamento começou a ganhar mais peso na sociedade, embora por um grupo restrito de empresários e intelectuais, começou a ser inserido na actuação empresarial um “novo” tipo de comportamento. Surgiram assim, a par destes movimentos, as primeiras fundações filantrópicas, como por exemplo, a Rockefeller (1913) e a Ford (1936). Esta primeira fundada pelo John Rockefeller, dono da Standard Oil Company, foi um dos pioneiros da estrutura contemporânea de RSE. A filantropia atingiu uma valoração que não existia anteriormente, ganhando um sentido profissional, com planos e estratégias de intervenção definidos e com uma constante preocupação com o lado do receptor. Um de muitos marcos da actividade da fundação foi a campanha, que consistiu em doações e investimento, para erradicar a febre amarela no México e no Brasil (1910 a 1940) numa clara intervenção na esfera da saúde pública. (Marcos Cueto *apud* Benchimol,1994)

Acompanhando a história, um dos marcos mais basilares para a crítica de que a corporação só deveria responder às necessidades dos seus accionistas, incide nos efeitos da Grande Depressão. Registou-se um aumento significativo de uma actuação empresarial responsável com os seus colaboradores, contribuindo em cadeia para a noção de um melhor bem-estar societal a partir do sector privado. As empresas, com a crescente pressão da sociedade e do Estado, começaram a incorporar a dimensão social na sua gestão empresarial, sendo

promovida a acção filantrópica pela própria empresa – filantropia empresarial - considerada como um dos primeiros passos no caminho da RS.

Surgiu nesta mesma década um movimento mais acentuado em muitos países da Europa, em especial na Inglaterra quando, em 1942, surgiu um dos primeiros pactos por parte de alguns empresários que incluíam a comunidade envolvente, o bem-estar da nação, os funcionários como uma das preocupações empresariais (Duarte, 1986:41). Já nos EUA, embora tenham começado a surgir anteriormente as primeiras fundações, só a partir da publicação da obra de Howard Bowen (1953), que começou a ser difundida a questão da responsabilidade das empresas, ganhando terreno tanto no mundo académico, na sociedade civil bem como nos meios empresariais.

O comportamento socialmente responsável e a sua aceitação no mundo dos empresários, como já vimos, não foi um processo constante e isolado. Este esteve envolto no quadro dos acontecimentos mundiais e na percepção dos benefícios que poderiam alcançar, pela mudança de estratégia empresarial. Benefícios esses que passam pela publicidade positiva da marca, aquando da realização da actuação ética, numa dimensão tanto interna como externa. Nesta época começaram a surgir pelos conceitos mais depreciativos associados à prática de RSE, “greenwashing” (Johnson, 1958, apud, Banerjee, 2007) usualmente utilizado no léxico actual. Como a ONG CorpWatch, define “The phenomenon of socially and environmentally destructive corporations attempting to preserve and expand their markets by posing as friends of the environment and leaders in the struggle to eradicate poverty.”¹⁴

No contexto específico dos EUA verificamos, como um dos factores mais relevantes, os efeitos e motivos da Guerra do Vietname, que originou movimentos de boicote às empresas envolvidas no conflito. Novos determinismos criaram a necessidade de mudança de estratégia, e os movimentos da sociedade civil, mais influentes do que na Europa, pela composição estrutural do país (opinião pública, associações de luta pelos direitos humanos, igrejas, entre outros), nos anos 60 coagiram as empresas, de certa forma, a uma “lavagem de imagem” através da transformação das suas práticas. Na Europa, um dos movimentos que mais influenciou foi o Maio de 68 em França, que resultou no incremento da postura ética das actividades empresarias. Tanto na Europa como nos EUA começou a existir esta consciencialização, causado em muito pela crise dos princípios keynesianos e, conseqüentemente, foram publicados os primeiros relatórios da acção socialmente responsável. Em França, pela cobrança acérrima da sociedade, foi lançada a lei de obrigatoriedade do balanço socia-económico *Sociétés Coopératives Ouvrières* (Zarpelon, 2006). Já em Portugal, só começou a ser implementada esta política na primeira metade da

¹⁴ “Fenómeno social e ambientalmente destrutivo das corporações que tentam preservar e expandir os seus mercados, posicionando-se como amigos do meio ambiente e líderes na luta para erradicar a pobreza. ” (T.A.)

década de 90. A popularização do conceito de RS ocorreu também na dimensão estrutural da empresa. Esta nova reconfiguração deu-se também ao nível dos *stakeholders*, sendo que estes, anteriormente, restringiam-se exclusivamente aos accionistas, tendo sido alargado a todas as partes envolvidas directa ou indirectamente no processo de produção e na actuação da empresa (Ethos Valor, 2006:65).

Recorrendo a exemplos práticos que ilustram a disseminação efectiva da RS na segunda metade do século XX, podemos mencionar a evolução exponencial da empresa inglesa *The Body Shop*. Apelando a uma actuação responsável, na dimensão ambiental pela produção de produtos “naturais”, lutou de forma violenta contra as empresas que actuavam de forma “irresponsável” no que diz respeito ao meio ambiente. Fomentou o boicote a estas empresas, expôs casos de violação da natureza, organizou manifestações, juntou-se a associações ambientais e financiou organismos com a missão de protecção social e ambiental, resultando no aumento exponencial dos lucros. Se, em 1976, abriu a sua primeira loja, passado 20 anos a marca contava com 1.366 lojas em 64 países. (Torres:135)

No outro extremo da questão temos empresas que, seguidamente a denúncias por parte dos *média* e pelos movimentos da sociedade, foram acusadas de uma postura não ética nos negócios e mesmo de violação dos direitos humanos, causando o efeito oposto ao exemplo supra citado. “A gigante anglo-holandesa Royal Dutch Shell sofreu um enorme boicote nos EUA, na segunda metade dos anos 90. Entidades realizaram campanhas para que os motoristas não abastecessem seus veículos nos postos Shell, por esta encontrar-se envolvida e apoiar a tortura e a morte de duas lideranças na Nigéria (Ken Saro-Wiwa e John Kpuinen), que por questões ambientais e étnicas se opunham à permanência da empresa petrolífera naquele país africano, conforme amplamente noticiado pela imprensa mundial à época.” (Torres:137).

Nesta breve descrição da evolução do conceito, visualizamos uma alteração ideológica, tanto a um nível político como económico nas últimas décadas, para uma *Terceira Via* (Giddens, 1998) que insere a dimensão social, ambiental e ecológica no seu sistema de decisão, devido aos acontecimentos mundiais, pela razão de que as empresas apresentam-se envolvidas num sistema social e pelos movimentos sociais. Sabemos contudo, que estas acções surgem, quando inseridas numa linha estratégica bem delineada, como uma publicidade positiva para a empresa e potencialmente num modo de aumentar os lucros desta. Porém, a legitimidade das acções de RS envolvidas como uma estratégia de marketing e pela ideologia neoliberal que se vive têm sido postas em causa, levando a uma reformulação ideológica. Esta reformulação (global e corporativa) da ideologia política e económica compreendida como a *Terceira Via* foi levada a cabo por dois dos grandes ex-líderes políticos mundiais: Tony Blair e Bill Clinton (Giddens, 1998), moderando a especulação do mercado, com o fim de tornar as suas economias mais fortes e atractivas “(...) Esta nova ideologia promove a justiça social e políticas

emancipatórias, integrando estratégias ecológicas com o livre comércio. A *Terceira Via*, ao reforçar a democracia participativa e as relações económicas e sociais baseadas em valores comunitários, convida cidadãos a se mobilizarem por meio de movimentos sociais e ecológicos, os quais exigem que governo e companhias sejam responsáveis e transparentes” (Carvalho, 2002 apud Gustafson, 2001). A legitimidade das acções éticas das empresas baseia-se na transparência e na comunhão entre aspectos económicos, ambientais e ecológicos *Triple Bottom Line* (Elkington, 1999), sugerindo também a reestruturação entre economia e política fomentando as parcerias entre o domínio público e privado, *“Its social responsibility, once an integral part of its personality, now became a discretionary activity, a strategic choice influenced by market and competitive factors.”*¹⁵ (Banerjee, 2007: 10)

1.2.2 A empresa e os modelos de responsabilidade social

Compreendemos a importância da empresa pelas suas diversas dimensões, complexidades, inter-relacionamentos, graus de diferenciação e, sem dúvida, pelo seu poder económico, financeiro e político como agente de racionalidade produtiva *“These corporations are our corporations: they are our heart and soul. In them we invest our pensions, our working lives and our custom. When they act as both private and public entities.”* (McIntosh, 2003:forward). O crescente peso da empresa e do seu universo na sociedade, tornou-a alvo da opinião pública e, conseqüentemente, acresceu uma necessidade da criação de *prestígio* e de *boa imagem* junto desta. Empresa socialmente responsável tornou-se, a partir destes pressupostos, quase numa “obrigação” para uma boa gestão empresarial, fomentado pelas agendas internacionais e pactos globais (um exemplo disto UN Global Compact). E em que parâmetros poderemos observar esta responsabilidade? Como Carlos Gago refere no seu estudo, a responsabilidade é agrupada em três dimensões: responsabilidade de cumprir os Estatutos e as leis; perante os valores socialmente consagrados; e responsabilidade relativamente à economia e ao Estado. No primeiro observamos o domínio onde a lei impera, no segundo são-nos transmitidos os imperativos morais onde se ouve a opinião pública, no terceiro a empresa como entidade responsável pelo crescimento da economia da comunidade onde está inserida e pelo seu desenvolvimento social. Já Carroll agrupa-os (de forma semelhante) em quatro tipos ou categorias de responsabilidade social empresarial: económica, legal, ética e filantrópica, acreditando que *“the total corporate social responsibility of business entails the simultaneous fulfilment of the firm's economic, legal, ethical, and philanthropic responsibilities. Stated in more*

¹⁵ “É responsabilidade social, anteriormente uma parte integrante da sua personalidade, actualmente tornou-se uma actividade discricionária, uma escolha estratégica influenciada pelo mercado e factores competitivos.” (T.A)

*pragmatic and managerial terms, the CSR firm should strive to make a profit, obey the law, be ethical, and be a good corporate citizen*¹⁶ (Durrant:2)

É assim factual que RSE vai muito mais além do que cumprir com os requisitos legais impostos pelo Estado, existindo na sua essência toda uma dimensão de actuação interna e externa, ou seja, duas categorias de interesse. (Stoner, Freeman, 1985:47). Nesta primeira dimensão está compreendida a conduta da empresa e uma gestão dos recursos humanos, pressupondo um modelo de gestão participativa e onde é reconhecido o valor do trabalhador. Torna-se claro pelos fundamentos constitutivos da empresa, que esta dimensão interna é sustentada numa óptica de aumento de desempenho e de produtividade corporativa. Empresa inserida no projecto de vida dos seus trabalhadores pois, sendo socialmente responsável pela criação de ferramentas para uma melhor qualidade de vida, actua (ou deveria actuar) em várias áreas - saúde, segurança no trabalho, melhores condições no ambiente laboral, qualificação profissional, salários, programas de voluntariado, etc.

Já na segunda categoria, a RS prende-se com a parte externa da empresa e com tudo o que a envolve. Preocupação e obrigação para com os seus stakeholders que reclamam um discurso ético fora do enquadramento legal da empresa. Exemplos destas políticas de decisão da empresa visualizam-se na criação ou apoio a projectos e programas comunitários de forma voluntária¹⁷, estabelecimento de parcerias público-privadas ou, já noutra dimensão, mesmo como precursoras de políticas públicas. Os actores e parceiros são vários: governo, organizações ou comunidade civil organizada. Verificamos a utilização do termo de *investimento social privado* que vai mais além do investimento directo nas comunidades em que a empresa se insere, é realizada através da cooperação com agências internacionais, fundações, entre outros.

Sem dúvida que RSE tem sido um tema bastante abordado e discutido numa multiplicidade de canais e a uma escala internacional, comprovado pelas inúmeras Organizações que têm sido criadas, nas Declarações, Conferências, Programas, Relatórios, Cimeiras, Fóruns, Agendas¹⁸

¹⁶ “A total responsabilidade social corporativa do negócio comporta simultaneamente as responsabilidades económica, legal, ética e filantrópica da empresa. Colocando em termos mais pragmáticos e manuseáveis, a empresa RSC deve esforçar-se para produzir lucro, obedecer à lei, ser ética e ser um bom cidadão corporativo.” (T.A)

¹⁷ É necessário diferenciar esta dimensão de actuação com as de mecenato e de filantropia praticada numa época passada (analisadas no texto acima), sendo que, num mundo contemporâneo, estas compreendem pressupostos distintos por estarem inseridas na gestão e estratégia empresarial, promovendo o prestígio e a boa imagem, além das contrapartidas fiscais atribuídas por alguns Estados.

¹⁸ Enumerando as que me parecem de maior relevância para a evolução do conceito de RSE actual: 1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos; 1972 – Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente; 1987 revelou-se relatório *O nosso futuro comum* e o Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável; 1992 – Conferência das Nações Unidas do Ambiente e Desenvolvimento ou denominada como Cimeira da Terra de onde emergiu o programa global de acção designado de Agenda 21; 2002 – Declaração Milénio das Nações Unidas. Relativamente a alguns estudos elaborados gostaria de referir, Princípios Relativos ao Governo de uma Empresa e Guia com Directrizes para as Empresas Multinacionais (OCDE); Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (OIT); Livro Verde (2001), entre muitos outros.

que se têm desenvolvido em torno dessa mesma questão, *“These new governmental bodies established that national public policy now officially recognized the environment, employees, and consumers to be significant and legitimate stakeholders of business”*¹⁹ (Carroll 1991:39). O próprio tema em si é portador de imensas tensões, múltiplas definições, longe de ser consensual, não havendo homogeneidade de pensamento, tanto pelos académicos, precursores, *media*, etc. No campo de actuação, o movimento responsável desenvolvido pelas empresas tem-se verificado uma diversidade de práticas, muitas vezes contraditórias e divergentes, impregnadas de retóricas e ideologias incongruentes. Numa leitura a vários trabalhos realizados, verificamos vários pólos distintos de pensamento e de actuação de ética, como Windsor define *“Ethical CSR advocates impartial moral reflection tolerating strong corporate self-restraint and altruism duties and expansive public policy strengthening stakeholder rights. Idealized citizenship is this ethical CSR in alternative voluntarism language advocating focus of managerial discretion on forwarding universal human rights domestically and globally.”*²⁰ (Windsor, 2006:94)

Nestes dois polos encontramos os que defendem, como já referenciado, que a visão de actuação da empresa deveria apoiar-se exclusivamente na obtenção de lucro e nos interesses individuais dos detentores do capital (talvez os mais importantes Adam Smith e mais recentemente Friedman), em que o Estado deveria ser o único encarregue pelo apoio social. No reverso da medalha e, com irrefutável alteração de ideologia política e económica a uma esfera global, poderá uma empresa ter o “direito” a uma gestão direccionada exclusivamente para o lucro, ignorando os impactos que a sua actividade provoca na comunidade em que está inserida, bem como os impactos a uma escala mundial? Mais que direito, questiono, será possível actualmente uma empresa ser competitiva no mercado, caso se isole de uma actuação ética de RSE aquando das tomadas de decisão? Acreditando que não, porém este paradoxo leva-nos à formulação de novas questões. Defendendo que a empresa deverá ter um comportamento socialmente responsável e ética, quais serão os impactos e intenções deste movimento? Teóricos defendem que estas iniciativas, como forma de *redenção de empresa-cidadã* e no outro pólo interpretam estes esforços como “ (...) um simples simulacro da ideia de benevolência, por distrair a atenção dos genuínos problemas da ética nos negócios e dos problemas sociais que acarretam as populações mais pobres.” (Costa, 2005:13).

Um dos autores mais contestatários destas acções é Crook (2005), lançando críticas ferozes de depreciação, defendendo que os negócios não conseguem beneficiar o aspecto económico

19 “Esses novos órgãos governamentais estabelecido na política pública nacional, agora reconhecem oficialmente que o meio ambiente, funcionários e consumidores, são partes interessadas, importantes e legítimas do negócio.” (T.A.)

20 “RSE ética defende uma reflexão moral imparcial, tolerando uma forte auto-contenção corporativa, deveres altruístas e políticas públicas expansivas fortalecendo os direitos dos stakeholders. Cidadania idealizada é esta RSE ética numa linguagem voluntarista alternativa que defende uma maior atenção das gerências no critério de encaminhamento de direitos humanos universais, global e domesticamente.” (T.A.)

e, em simultâneo o social. Vai ainda mais longe ao declarar que os gestores empresariais não são competentes para tal, afirmando que “(...) *“corporate philanthropy is charity with other people’s money ...When Robin Hood stole from the rich to give to the poor, he was still stealing. He might have been a good corporate citizen, but he was still a bandit - less of one, arguably, than the vicariously chartable CEO, who is spending money taken not from strangers, but from people who have placed him in a position of trust to safeguard their property.”*²¹(Crook, 2005)” (Durrant:3) Por outro lado, Carroll afirma que *“philanthropy is icing on the cake”* Nestas duas citações verificamos a ambiguidade que existe no conceito de RSE. Não sendo objectivo deste trabalho o julgamento positivo ou negativo das práticas e do discurso de RSE mas sim reflectir sobre estas, utilizando o estudo de caso de uma empresa petrolífera que utiliza como ferramenta a acção ética como forma de marketing, implicado no desenvolvimento sustentável, num contexto de mudança ideológica.

É indiscutível que a RS dentro das empresas está em movimento e que é cada vez mais observada, como parte da gestão operacional e de decisão, definida estrategicamente, chegando as empresas a criarem departamentos específicos (ou fundações) no sentido de implementar, desenvolver e avaliar os projectos de intervenção social, “Porter e Kramer (2002) acreditam que a utilização da RSE permite o alinhamento dos objectivos sociais e económicos e incrementa o potencial de desenvolvimento da empresa a longo prazo. Além disso, actuando sobre o contexto, a empresa obtém mais rendimento, mas também alavanca as suas capacidades e os seus relacionamentos no apoio a causas sociais.” (Costa, 2005:14).

Os principais modelos de RSE

Pelo atrás exposto, compreende-se a dificuldade de consensos conceptuais no (Windsor, 2006:93) porém, para o presente trabalho serão, mencionados duas construções que me parecem pertinentes.

O primeiro, Archie Carroll (1991), que desenha um modelo de RSE formulado no contexto das corporações da América do Norte e Wayne Visser (2005) no seu texto “Revisiting Carroll’s CSR Pyramid – An African Perspective”, que aplica o estudo do primeiro ao contexto africano, pertinente para o presente trabalho, pelo contexto de estudo incidir em Moçambique.

²¹ “Filantropia corporativa é caridade com o dinheiro de outras pessoas. Quando Robin dos Bosques roubou aos ricos para dar aos pobres, ele continuava a roubar. Ele pode ter sido um bom cidadão corporativo, mas ele continuava a ser um bandido - menos do que indiscutivelmente, a caridade alternativa do CEO, que esta a gastar dinheiro retirado, não de estranhos, mas de pessoas que o colocaram numa posição de confiança para lhes salvaguardar a sua propriedade.” (T.A)

a) Archie Carroll

O modelo de Archie Carroll, como já referenciado anteriormente, foi um marco no que refere há interpretação multidimensional de RSE pela análise não isolada das estruturas distintas de actuação - económica, legal, ética e filantrópica (discricionária) - Figura nº 1. Como o autor refere, o desempenho da empresa sintetiza um contrato social entre esta e a sociedade (incluindo processos, políticas, princípios), defendendo que, independentemente de serem privadas, estão inseridas numa sociedade e deverão acompanhar, de certa forma, os interesses públicos.

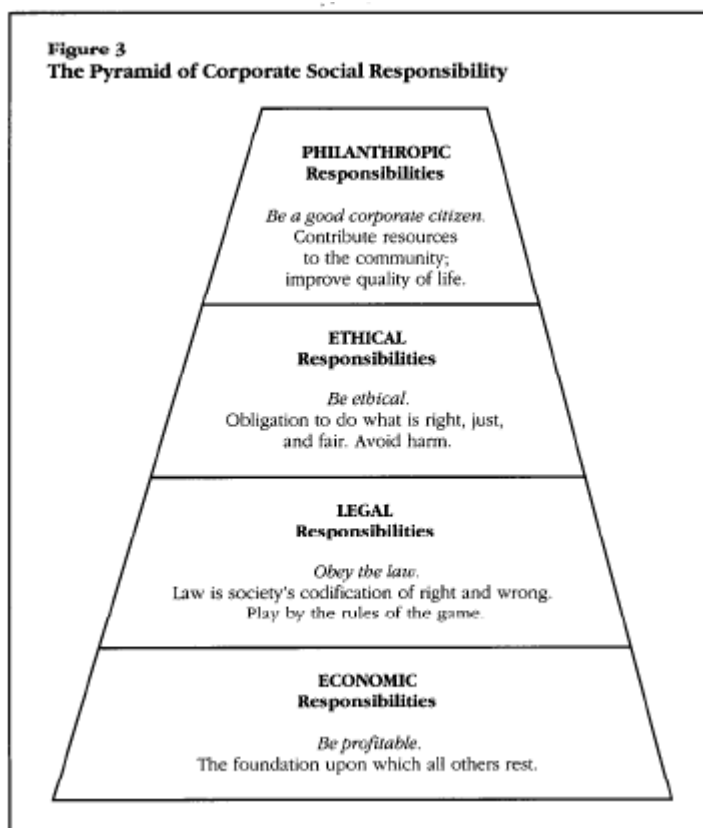


Figura 1 - Pirâmide de Responsabilidade Social (Carroll 1991)

Eells e Walton afirmam que Responsabilidade Social Corporativa refere-se aos “*problems that arise when corporate enterprise casts its shadow on the social scene, and the ethical principles that ought to govern the relationship between the corporations and society*”²² (apud, Carroll, 1991:39)

Observemos mais pormenorizadamente este modelo como o ponto de partida de um conceito

²² “Problemas que aparecem quando a empresa corporativa lança a sua sombra na cena social, e os princípios éticos que devem orientar a relação entre as corporações e a sociedade.” (T.A.)

global para a interpretação de outros modelos e, como meio de análise das actividades socialmente responsáveis da empresa em estudo, reconhecendo simultaneamente a sua *Performance Social Corporativa* que sugere “(...) an all-encompassing orientation towards normal criteria by which we assess business performance to include quantity, quality, effectiveness, and efficiency.”²³ (1991:40)

Pouco se precisa dizer no que toca às responsabilidades legais e económicas que abrangem as normas éticas sobre justiça por “regulações” governamentais tanto locais como estatais, referindo as actividades e práticas que são desejadas ou marginalizadas pelos membros da sociedade mas que não são abrangidas pelos decretos-lei.

Figure 2
Ethical and Philanthropic Components of Corporate Social Responsibility

Ethical Components (Responsibilities)	Philanthropic Components (Responsibilities)
1. It is important to perform in a manner consistent with expectations of societal mores and ethical norms.	1. It is important to perform in a manner consistent with the philanthropic and charitable expectations of society.
2. It is important to recognize and respect new or evolving ethical/moral norms adopted by society.	2. It is important to assist the fine and performing arts.
3. It is important to prevent ethical norms from being compromised in order to achieve corporate goals.	3. It is important that managers and employees participate in voluntary and charitable activities within their local communities.
4. It is important that good corporate citizenship be defined as doing what is expected morally or ethically.	4. It is important to provide assistance to private and public educational institutions.
5. It is important to recognize that corporate integrity and ethical behavior go beyond mere compliance with laws and regulations.	5. It is important to assist voluntarily those projects that enhance a community's "quality of life."

Figura 2 - Responsabilidade ética e filantrópica (Carroll 1991)

No que refere ao “contrato social”, numa dimensão ética e filantrópica e às expectativas da sociedade a esse respeito (Figura 2), o autor afirma “*Ethical responsibilities embody those standards, norms, or expectations that reflect a concern for what consumers, employees, shareholders, and the community regard as fair, just, or in keeping with the respect or protection of stakeholders' moral rights.(...) and philanthropy encompasses those corporate actions that are in response to society's expectation that businesses be good corporate citizens. This*

²³ Uma orientação abrangente através dos critérios normais pelos quais nós avaliamos a performance negocial para incluir quantidade, qualidade, eficácia e eficiência.” (T.A.)

*includes actively engaging in acts or programs to promote human welfare or goodwill.”*²⁴ (1991: 41/42)

Em síntese, no modelo do autor, a RS das empresas compreende o cumprimento destas quatro dimensões, como resposta ao seu objectivo primordial, obtenção de lucro e cumprir com as obrigações legais. Esta dimensão ética empresarial é contestada por vários sendo, talvez o mais feroz, Milton Friedman pela sua visão clássica da economia contudo, o que Carroll propõe e cria como um modelo de dimensões interligadas, abraça tanto essa dimensão como a dimensão ética e a da empresa-cidadã. O desafio é criado ao nível dos *decision-making process* e na capacidade de satisfazerem as necessidades de todos os numerosos stakeholders criando benefícios através deste espectro ético.

b) Wayne Visser

Se Carroll formula a RSE com o modelo anteriormente apresentado, Visser (2005) acredita que a disposição das fases dependem do contexto onde este é aplicado. Assim, aplicado ao contexto africano verifica-se uma alteração da fase quatro (filantrópica) para a fase dois (legal), devido ao fraco nível de investimento estrangeiro nas economias em causa, gerando altos níveis de desemprego. Através de dados estatísticos, até 1997, só 43% dos trabalhadores participavam na economia, em países caracterizados na sua generalidade com índices de pobreza extrema e com uma elevada dependência externa (Visser, 2005:37-38).

Resumindo, na pirâmide de Carroll (1991) as quatro fases da responsabilidade corporativa (ordem da base para o topo): (i) responsabilidades económicas; (ii) responsabilidades legais (iii) Responsabilidades éticas (iv) responsabilidades filantrópicas. Já Wayne Visser (2005) informa que o modelo de Carroll formula-se em sociedades ocidentais e que, quando transposto para o contexto africano, a organização da pirâmide é reformulada da seguinte forma: (i) responsabilidade económica; (ii) responsabilidade filantrópicas; (iii) responsabilidades legais; (iv) responsabilidade ética. Ou seja, sendo que a primeira se mantém estanque, a filantropia atinge o segundo lugar, “Companies also realise that they cannot succeed in societies that fail, and philanthropy is seen as the most direct way to improve the prospects of the communities in which business operates.”²⁵ (Visser, 2005:40).

²⁴ “Responsabilidades éticas incorporam esses padrões, normas, ou expectativas que reflectem uma preocupação pela qual consumidores, empregados, shareholders e a comunidade atribuem como equitativa, justa ou em manter com o respeito ou protecção dos direitos morais dos stakeholders, e a filantropia engloba essas acções corporativas que são em resposta às expectativas sociais de que os empresas sejam bons cidadãos corporativos. Isto inclui envolver-se activamente em actos e programas para promover o bem-estar ou boa vontade humanas.” (T.A.)

²⁵ “As empresas perceberam também que não conseguem prosperar em sociedades que falham e a filantropia é vista como a forma mais directa para melhorar as perspectivas das comunidades nas quais o seu negócio funciona.” (T.A.)

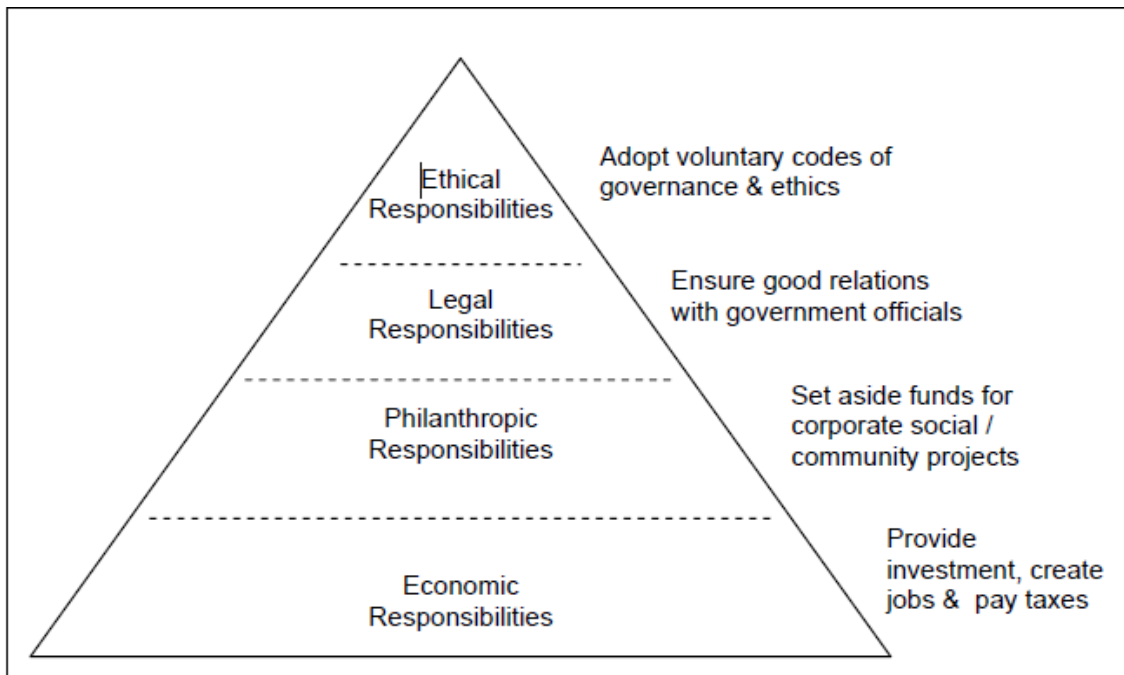


Figure 1:3 Africa's Corporate Social Responsibility Pyramid

Figura 3 – Pirâmide da RSE em Africa (Visser 2005)

Crane & Matten (2004, apud, Visser, 2005:38) afirmam que as empresas norte-americanas encontram-se norteadas para o lucro dos shareholders porém, a contribuição das empresas, no contexto africano, atinge uma dimensão diferente e o seu investimento é fortemente enaltecido tanto pelos governos como pela população.

No que respeita à responsabilidade filantrópica no contexto europeu, é atingida mais no quadro legal de regulamentação, enquanto que, tanto nos EUA como em Africa compreende uma versão mais arbitrária de actuação (2004:40). A importância desta fase no continente africano é visto, por vezes, em termos de segurança pelo próprio sucesso do negócio (Beyer, 2000), Porém, o comportamento das empresas como uma forma de “gerar” desenvolvimento nas comunidades, desenvolvendo e protegendo o seu negócio, estes como novos actores de desenvolvimento, gera uma nova definição de desenvolvimento que muita das vezes não responde às necessidades reais das comunidades “(...) *business is affecting the meaning of development itself.*”²⁶ (Blowfield, 2005:515)

Uma perspectiva antropológica original, desta nova redefinição do conceito de desenvolvimento, através do conceito de RSE funde-se com a teoria de Marcel Mauss, em referência à sua obra “Essai sur le don” Rajak (2006) cria esta interligação de conceitos. A reciprocidade existente entre as dádivas económicas formulam o contrato social. De forma semelhante, a empresa, enquanto “dá” algo à comunidade, cria uma ligação e uma

²⁶ “(...) o negócio está a afectar o próprio significado do desenvolvimento.” (T.A.)

obrigatoriedade de reciprocidade. Defende então que o discurso de RSE está imbuído neste paradigma quando concebido nestes moldes *“As a moral discourse, responsibility inspires a paternalistic duty of care on the part of the corporation, while placing the ‘beneficiary’ in a position of deference and subordination. In this way, CSR can serve to empower the corporation, rather than the supposed subjects of their empowerment and development initiatives.”*²⁷ (Rajak, 2006:199). A citação acima coaduna-se na maioria das sociedades africanas, em que o poder de decisão é reduzido assim, a empresa não poderá ser por si só o próprio actor de desenvolvimento isolado, por impor aos grupos-alvos a sua noção de desenvolvimento, num contexto em que por vezes as próprias autoridades locais pactuam e tornam-se cúmplices.

Capítulo II - Contextualização da pesquisa de terreno²⁸

A história de Moçambique²⁹ ficou assinalada com a independência do país em 25 de Junho 1975 depois de séculos de colonização portuguesa. Situado na costa oriental do continente africano, com uma área de 799 380km², dos quais 2500km são costa, tendo como capital a cidade de Maputo, fazendo fronteira com a África do Sul, Swazilândia, Malawi, Tanzânia e Zimbabue. Moçambique é possuidor de uma grande diversidade cultural e étnica, porém com poucos registos escritos derivado a uma transmissão de conhecimento realizada maioritariamente através da oralidade (Firmino, 2002). Com o português como língua oficial, o país contém uma multiplicidade linguística, percorrido de Norte a Sul por inúmeros dialectos. A representação religiosa no território também é bastante diversa, embora a religião com maior número de seguidores seja a cristã, com aproximadamente 5 milhões de aderentes, seguida da muçulmana com 4 milhões, contudo, cerca de 50% da população confessa as religiões tradicionais.

Através dos dados facultados pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (2012)³⁰ a população está estimada em 22.4 milhões de habitantes dos quais cerca de 12 milhões são do sexo feminino e 11 milhões do sexo masculino. Verificou-se entre 1997 e 2010 um crescimento populacional de 1%, em termos populacionais caracteriza-se por ser uma população jovem, 47% da população tem menos de 15 anos, demonstrando uma taxa de natalidade elevada e uma esperança média de vida baixa por apenas 3% da população ter mais de 65 anos. A

²⁷ “Como um discurso moral, responsabilidade inspira um dever paternalista de cuidado da parte da corporação, enquanto coloca a ‘beneficiário’ numa posição de deferência e subordinação. Desta forma, RSC pode servir para reforçar a corporação, melhor do que os supostos assuntos do seu reforço e iniciativas de desenvolvimento.” (T.A.)

²⁸ Neste capítulo além das referências indicadas consultar: Boaventura S. Santos, 2003; Orlando Nipassa, 2009; Forquilha 2008; Adriano Moreira, 1960; e Jorge Dias 1961

²⁹ Desenvolvida no ponto 4.1.

³⁰ www.ine.gov.mz

esperança média de vida tem aumentado estando nos 49,4% comparativamente a 1997 que aferia um valor de 42,3%. Em termos de distribuição, cerca de 70% da população vivem em espaços rurais e a restante em espaços urbanos. Actualmente a taxa de natalidade é de 41/1000 e a taxa de mortalidade diminuiu quase 8% entre 1997 (21%) e 2010 (13,5 % óbitos por cada 1.000 pessoas). A mortalidade infantil baixou consideravelmente entre 1997 (144/1000) e 2010 (86/1000). Contudo, a mortalidade infantil em Moçambique continua entre as mais elevadas do mundo³¹.

Em termos políticos, Moçambique é uma república, sendo o seu presidente Armando Emílio Guebuza, pertencente ao partido da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). É composto por onze Governos Provinciais, sendo cada um destes administrado por um Governador indicado pelo Presidente da República (Aicep, 2010). Com uma governação extremamente centralizada, Moçambique aprovou a Lei dos órgãos locais (2005) dando um *input* à descentralização e ao desenvolvimento local a nível distrital. Foi a partir de 2006 com a implementação do Estatuto Orgânico do Governo Distrital que cada distrito passou a ser uma unidade orçamental com uma gestão própria. Ao nível do Município (44 no território nacional) e, no sentido de dar voz e peso a estes, determinados governos municipais são escolhidos através de eleições.

2.1 Antes e pós independência

O período colonial

Moçambique é um país que tem passado por transformações em todos os seus sectores pelos acontecimentos históricos que da sua génese fazem parte. Tornou-se independente de Portugal em 1975, entrando em guerra civil três anos depois (1977). Nesta parte do trabalho será pertinente uma abordagem ao período colonial pelo simples factor que foi a partir da política colonial do Estado Novo que se configuram decisivamente as estruturas económicas do país, ou seja, criam-se as bases para as novas políticas económicas no período depois da independência.

Embora com registos diferentes podemos afirmar que foi no final do século XIX que o império colonial português se consolidou em África, moldando de certa forma as futuras economias nacionais, pelo não reconhecimento dos traços culturais existentes e pela imposição das características funcionais e estruturais do país colonizador. Antes do período do Estado Novo “(...) a presença «portuguesa» em África exprime-se em larga medida por senhores da guerra locais, negreiros e traficantes, sem domínio efectivo de um poder político, económico e militar

³¹ No décimo primeiro lugar dos países no mundo com a maior taxa de mortalidade infantil no mundo, com uma taxa de 77/1000. (CIA World FactBook, 2010)

da Metrópole.” (Murteira, 1997:32) Com o regime salazarista e as suas políticas colonialistas, foi possível a expansão do poder anteriormente visualizado de uma forma muito incipiente.

Resumindo, muito sucintamente, o regime Salazarista era um regime ditatorial, nacionalista, com uma ideologia corporativista fundamentada numa visão conservadora da economia de carácter intervencionista do sector económico, sendo o interesse nacional posto acima de qualquer interesse. No que refere ao intervencionismo “(...) manifestava-se de múltiplas formas como o regime jurídico do “condicionalismo industrial” que significava limitar o acesso da iniciativa privada a determinadas actividades, ficando nas mãos da burocracia estatal diversos meios de regulação da economia. Esse condicionamento foi também estendido às colónias e permitiria, em princípio, uma localização de capacidades produtivas conforme a uma estratégia de integração de todo o espaço económico controlado por Portugal” (1997: 33 e 34). Como já referido anteriormente, um dos instrumentos estratégicos utilizados pelo Estado Novo para aplicar este tipo de intervencionismo foram os Planos de Fomento, tendo existido três Planos de Fomento durante o período ditatorial que demonstravam além das directrizes políticas e económicas tanto para a “metrópole” como para o espaço ultramarino. Era representada simultaneamente a realidade social, cultural e económica destes dois territórios, suportados por estudos de investigação científica.

Através da análise destes Planos, decretos-lei, bem como da obra do autor Mário Murteira compreendemos o nível limitado de fiscalização que a metrópole tinha sobre a economia colonial. Verificamos, contudo, a importância estratégica que determinadas empresas obtinham no território ultramarino em que o Estado participava (administrava) e que actuavam, por vezes, como fonte de informação. Relativamente à fiscalização colonial, o decreto-lei 47743 de 1967 referia: “a fiscalização das empresas ultramarinas concessionárias ou respectivas subconcessionárias destina-se principalmente a verificar se compreendem disposições exaradas nos contractos celebrados com o Governo (...) e ainda de uma forma geral, se cumprem as leis, convenções ou tratados em vigor e as determinações do Governo.”

Compreendemos, pelo carácter dominante do regime, que os governos das colónias sofriam de uma extrema dependência com a metrópole e, de forma a limitar a sua autonomia, cedo foi eliminado o seu sector financeiro, aumentando a respectiva subordinação³². A industrialização das colónias só foi aceite no final do regime pelo deflagrar das lutas pela independência (década de 60), o que permitiu um certo bem-estar à economia nacional. Estas economias tinham a obrigação de especializar a produção no sentido de fornecerem a metrópole, “regime de Salazar, o poder político visava essencialmente dois objectivos da força de trabalho dos moçambicanos: a produção de matérias-primas úteis à industrialização da metrópole (...) e os ganhos em ouro e divisas que permitissem aumentar a capacidade de importar do estrangeiro.”

³² Há excepção da República da África do Sul pelos laços estruturais e pelo trabalho migratório. (Murteira:43)

(Murteira, 1997:44) Assim, a força braçal, era tida como um dos interesses primordiais do regime nas colónias, num objectivo egoísta de melhoria do nível de vida em Portugal, segundo o I Plano de Fomento - modernização e investimento -através da “(...) absorção de braços, em condições suficientemente remuneradoras, através da colonização interna, da colonização ultramarina e da instalação de novas indústrias” (I Plano de Fomento:14) Esta evidência clara do enquadramento de Moçambique na dicotomia desenvolvimentista Norte-Sul teve consequências irremediáveis no futuro das economias dos países já independentes, como vamos ver mais à frente.

Nos índices económicos verificamos contudo, que a dependência das colónias em relação à metrópole (em especial Moçambique e Angola), originou uma queda contrariamente às políticas de integração económica, traduzido paralelamente no reduzido peso da economia Portuguesa no contexto de mercado Ocidental. Este facto deve-se também às características geográficas das duas colónias e pela sua vantagem estratégica e de recursos naturais.

Período pós-independência

O domínio colonial foi contestado muito tempo antes da independência de diversas formas, artísticas, literárias, movimentos de trabalhadores, porém só no início da década de 60 que os movimentos nacionalistas começaram a ganhar mais expressão. Surge a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que inicia em 1964 a luta armada contra a dominação colonial que só veio terminar passados dez anos.

Foi em 1974/75 que o regime totalitarista de Salazar encontrou o seu fim e com ele todo o sistema político que envolvia Portugal e as suas colónias. Paralelamente, o mundo ocidental vivia um período complicado de crise dos valores capitalistas do pós-guerra, resultando numa alteração das relações económicas e numa necessidade dos estados novos das antigas colónias portuguesas acompanharem esta transição.

Ironicamente, o novo estado de Moçambique aderiu aos planos de financiamento de AE, contrariamente à política preconizada pelo regime de Salazar que imponha fortes restrições nesse sentido, na redução extrema de capital estrangeiro tanto na metrópole como nas suas colónias.

No período pós independência, a economia Moçambicana orientou as suas políticas para uma centralização do poder conforme a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, e com as alterações introduzidas pela Lei 11/78, de 15 de Agosto, o Estado passa a ser titular de quase todos os meios de produção (Decretos-Lei no 16/75, de 13 de Fevereiro, e nos 18 e 19/77, de 28 de Abril). Contudo, não durou mais de seis anos para que se tenham implementado novas políticas reestruturando o modelo económico (Constituição de 1990) - liberalização da propriedade privada e dos mercados, implementadas as primeiras leis que regulam o funcionamento destes e permitem a consagração da concorrência.

Num contexto complicado para a recente economia moçambicana, envolvida numa devassante guerra civil e com os efeitos negativos que o regime do *apartheid* do país vizinho criou no país, Moçambique foi “arrastado” para um dos índices mais baixos de desenvolvimento humano do mundo. Moçambique convergiu forças para que a sua fonte principal de receita fosse o imposto, é importante notar que estas reformas encontram o seu maior impulsionador nas agências internacionais de financiamento. Nesta conjuntura, o país viu-se obrigado a tomar medidas para alterar todo o quadro sócio-económico, assinando um acordo com as instituições de Bretton Woods - BM, FMI e Organização Mundial do Comércio (OMC) – a Conferência com o mesmo nome, realizada nos EUA em 1944 (cenário pós-guerra), com a participação de 44 países, é actualmente uma organização multilateral de 186 países-membros. Desde a sua fundação, formada por duas instituições: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, ou BM, e a Associação Internacional de Desenvolvimento, o primeiro com a missão de reduzir a pobreza nos países de renda média e nos países pobres, com capacidade de retorno, enquanto a segunda foca o seu trabalho nos países mais pobres do mundo.

2.2 Caracterização da actividade económica e social

No sentido de contextualizar a pesquisa de terreno, será feita uma breve caracterização das principais áreas de actividade económica em Moçambique (ver anexo G para a área de Pesca, Floresta, Serviços: Transportes terrestres, marítimos e aéreos e Comunicações), dando especial importância ao sector da energia, a actividade de excelência deste trabalho.

Agricultura

Como descrito no supra mencionado, quase dois terços da população habita em espaços rurais, conseqüentemente, a sua ocupação laboral é a prática da agricultura. Representando 25% do PIB nacional e demonstrativo de 80% do emprego no país, esta actividade é um elemento chave do desenvolvimento da economia de Moçambique, porém o tipo de agricultura praticada é frágil e sujeita às intempéries climáticas, criando níveis de produtividade baixos e instáveis. A distribuição e os mecanismos para tal são insuficientes e 80% das famílias utilizam a agricultura de subsistência, cultivando milho, mandioca, arroz, batata-doce, amendoim, entre outros (iremos ver posteriormente que medidas estão a ser preconizadas pelo Estado para reabilitar este sector, inserido por vezes em actividades de RS).

O território Nacional tem disponíveis 36 milhões de hectares de terra arável e apenas 4.4 milhões são cultivados. Embora este sector seja caracterizado como agricultura de subsistência, existem produtores que exportam para os mercados internacionais, geralmente associados ao investimento directo estrangeiro. No que toca à dependência externa neste sector o Governo, na tentativa de a reduzir, criou um plano estratégico para o desenvolvimento do sector agrícola entre 2008 e 2018, com o objectivo de torna-lo sustentável e auto-suficiente.

Interessante compreender que a terra é um bem do Estado (reflexo de no pós-independência este ter adoptado uma postura socialista) - artigo 111: "Na titularização do direito de uso e aproveitamento da terra, o Estado reconhece e protege os direitos adquiridos por herança ou ocupação, salvo havendo reserva legal ou se a terra tiver sido legalmente atribuída a outra pessoa ou entidade". Além das revisões constitucionais que têm sido levadas a cabo e que tendem a reconhecer o direito à propriedade privada em certos parâmetros, a terra continua a depender dos interesses do Estado, o que por vezes leva a conflito com as comunidades locais e a gestões danosas do património.

Indústria

O sector da indústria, concentrado essencialmente nas principais cidades – Maputo, Beira, Nampula - devido à constante privatização (evento protagonizado pela mudança de corrente ideológico-política), tem crescido em grande escala, especialmente a partir de 2001 com a entrada da Mozal (fabrica de alumínios) no país. Entre 1995 e 2000 o crescimento do sector foi em média de 10% tendo passado para os impressionantes 31% a partir de 2001.

Outras evoluções significativas no sector respeitam aos bens de consumo, indústria alimentar e bebidas alcoólicas e materiais de construção. A indústria transformadora, embora ainda pouco desenvolvida, contribui para 15% do PIB do país, em consequência do investimento estrangeiro aplicado no país através dos mega-projectos (iremos analisar mais à frente qual é a sua real contribuição para a economia do país). Embora a Mozal represente 70% da indústria transformadora e a sua exportação seja de 55% do bolo total de exportações, a contribuição das receitas para os cofres do estado são diminutas.

Construção

O sector da construção encontrou-se estagnado durante duas décadas devido ao clima de instabilidade sentido pela guerra civil. Todavia, recentemente tem-se verificado um crescimento notável através do investimento público e estrangeiro de forma a suprimir as necessidades de procura³³, no sentido de dinamizar e reconstruir as infra-estruturas. De notar que o mercado da construção é controlado em grande parte por empresas portuguesas e sul-africanas a um nível nacional, mas verifica-se o aparecimento de pequenas e médias empresas moçambicanas em bastantes províncias.

Inserido no Programa de Diagnóstico Nacional de Infra-estruturas em África, o Banco Mundial conclui que é imperativo o crescimento deste sector em Moçambique, referindo que deve existir um aumento de investimento anual acima dos 250%.

³³ Devido a implantação de empresas estrangeiras na área energética, com a descoberta recente de gás e petróleo e, de forma a criar condições aos trabalhadores expatriados, bem como no processo de reassentamento das populações, irá verificar-se uma ascensão acentuada.

Energia

Moçambique é um país com um grande potencial hidroeléctrico. A principal barragem hidroeléctrica e a principal fonte de produção encontram-se na Central Hidroeléctrica de Cahora Bassa. Moçambique possui também grandes e importantes reservas de gás natural e carvão. Está estimado que o potencial do país ronda os 125.000 MW.

Em termos de distribuição de energia, assume uma gestão monopolista da empresa pública EDM (Electricidade de Moçambique), sendo o maior consumidor do país a Mozal com a utilização de 85% da sua totalidade. Pelo contínuo aumento da procura de energia nos países circundantes, bem como a um nível interno, estão em desenvolvimento grandes projectos: central de Mpanda Nkuwa (central hidroeléctrica), de Pande e Tamene (central de gás) explorados numa parceria público-privada entre a Sasol (empresa sul africana), ENH (Empresa Nacional de Hidrocarbonetos) e a central da Moatize (carvão).

Um importante marco neste sector foi em 2006 quando Portugal transferiu para Moçambique 85% do capital da central hidroeléctrica de Cahora Bassa por um acordo assinado entre os dois países. A central foi então reabilitada possibilitando a exportação de energia para o Malawi, Zimbabwe e Africa do Sul.

Turismo

Moçambique tem um enorme potencial no que respeita ao sector turístico. Com uma extensão de 2700 kms de costa marítima, que percorre o país de norte a sul, com arquipélagos (como exemplo, Bazarute e as Quirimbas), seis Parques Nacionais e seis Reservas Nacionais com uma grande diversidade de fauna e flora, é um local de excelência para a prática do turismo, estando gradualmente a aumentar as suas receitas provenientes do sector, embora grande parte oriundas de capital estrangeiro.

Com uma beleza natural única e com a atual estabilidade política vivida no país, a mais relevante condicionante ao bom desenvolvimento deste sector é, sem dúvida, as parcas infra-estruturas e os exorbitantes preços da viagem, em especial quando se trata de deslocações internas, por só existir uma única companhia aérea. Neste sentido e como forma de reverter a situação e aumentar o desempenho do sector, o governo lançou dois instrumentos estratégicos ao crescimento do sector - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2004-2013) e a homologação da Lei do Turismo, promovendo a imagem do país tanto para lazer como negócios.

2.3. Agências de financiamento

Numa conjuntura de guerra e de grande instabilidade política e económica Moçambique, na década de 80, aderiu às duas maiores instituições financeiras multilaterais - FMI e Banco Mundial - sendo, em simultâneo, apoiado por donativos directos aos programas do Estado, maioritariamente por países da OCDE. Contudo, os efeitos dessa ajuda têm sido por vezes mais prejudiciais que benéficos tornando-o, simultaneamente, o maior receptor de AE em toda a África, no entanto, extremamente dependente desta mesma ajuda e sofrendo grandes influências dos países doadores, tendo sido “forçado” a reformar o sistema político vigente. Como refere Mbembe “(...) *power is exercised with a degree of violence and naked exploitation that has its antecedents in previous colonial regimes.*”³⁴(1992:1).

A AE “entrou” em Moçambique em 1987, contudo, só em 1992, com o Acordo Geral de Paz, se verificou uma intervenção mais directa do FMI e BM nas políticas do país, condicionando a assistência ao desenvolvimento e assumindo a gerência das políticas macro-económicas do país. As instituições financeiras impuseram as suas máximas e “forçaram” Moçambique a abandonar a política “socialista” e a implementar reformas neo-liberalistas e programas de ajustamento estrutural (Pfeiffer, 2007). Moçambique, da mesma forma que diversos outros países da África Subsariana, foi alvo do processo de globalização e de reestruturações neo-liberais, copiando o modelo político e económico do Ocidente e perdendo as suas relações particulares, criando graves desconexões (Ferguson, 2006). A par desta situação em inícios da década de 90 deu-se o “boom” das ONG’s que alterou por completo as estruturas de trabalho vigentes. (Pfeiffer, 2007)

O período marcado entre 1992 e 2005 corresponde ao período de transição política e de abertura da economia. Os sectores que anteriormente estavam reservados ao Estado foram liberalizados através de reformas sucessivas e de reajustamentos estruturais. A pressão das agências de financiamento gerou o aceleração desta abertura do mercado ao exterior e à prática da iniciativa privada, permitindo que as empresas desempenhassem um papel mais marcado na economia e com mais impacto. A um nível social estas reformas, de certa forma abruptas e, na tentativa de moldar os níveis de consumo ao modelo económico, a par da incapacidade do Estado de desenvolver um modelo eficaz para promover e proteger a população originou no agravamento dos níveis de qualidade de vida e no aumento de situações de pobreza.³⁵ Este agravamento e esta nova realidade económica levou ao crescente financiamento pelos doadores externos, reconvertendo-se na dependência externa do país.

³⁴ “(...) o poder é exercido com um grau de violência e exploração nua que tem os seus antecedentes nos regimes coloniais anteriores,” (T.A.)

³⁵ (Silva, www.ces.uc.pt/emancip/gen/mozambique.html)

Atualmente e com os efeitos da crise económica mundial, Moçambique incorre o risco de aumentar a sua dependência de donativos externos, com vista ao cumprimento do Plano de Acção Redução da Pobreza Absoluta III – PARPA III. O PARPA III é um instrumento subordinado ao Programa Quinquenal do Governo 2011-2014, constituindo a estratégia de redução da pobreza através do aprofundamento do desenvolvimento económico e do capital humano pela promoção da cultura do trabalho, bem como da melhoria da governação. “O PARPA 2011-2014 dá continuidade ao PARPA II, cuja implementação cobriu o horizonte temporal de 2006 a 2009, estendido até 2010, tendo como meta principal, reduzir o índice de incidência da pobreza alimentar de 54.7% em 2008/09 para 42% em 2014” (Conselho de Ministros Maio 2011, PARPA III 2011-2014: 5).

No que respeita à AE, nos anos mais recentes em África, “(...) *has come under fire from all sides. It is widely criticized for having failed in its stated objective of promoting economic development and it is increasingly viewed as having engendered a dangerous dependency in the recipient nations of the Africa region.*”³⁶ (Walle, 2001:190). Como o autor refere, as últimas duas décadas, têm sido grandemente criticadas por estudiosos pela comprovação de que as políticas adoptadas pelos doadores condicionavam a ajuda mediante reformas tanto políticas como económicas, contrariamente ao que se passou anteriormente em que a assistência baseava-se no respeito entre um polo e o outro.

Porém, como já mencionado, verifica-se um “novo” fenómeno, um novo actor de desenvolvimento, o sector privado que poderá inverter de certa forma esta realidade, pela recente descoberta de gás e petróleo no país, podendo ser um elemento crucial para o desenvolvimento do país e para a redução da dependência externa.

Desenvolvimento económico

Ao longo dos últimos anos, Moçambique tem realizado diversos esforços no sentido de atingir a estabilidade económica, implementando políticas e reformas estruturais para a redução da pobreza (PARPA³⁷ – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta), em consonância com as exigências impostas pelos doadores externos e tentando atingir as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Tem preconizado, em simultâneo, inúmeras reformas no sentido de melhorar e tornar o país mais atractivo ao investimento externo.

No PARPA III (pág. 7) menciona que o país tem registado avanços substanciais socioeconómicos, motivado pela estabilidade macroeconómica e pelo crescimento médio anual

³⁶ “Veio de baixo de fogo de todos os lados. É amplamente criticado por ter falhado no seu proclamado objectivo de promover desenvolvimento económico e é cada vez mais visto como tendo engendrado uma perigosa dependência nas nações beneficiárias da região de África.” (T.A.)

³⁷ Instrumento subordinado ao Programa Quinquenal do Governo 2011-2014.

de 7.6% e um rendimento per capita médio anual de 5%, no período 2005-2009. Em termos de indicadores sociais: acesso à saúde, educação, qualidade de habitação, posse de bens também têm aumentado, demonstrando o cumprimento dos objectivos governamentais.

É irrefutável que os números indicam melhorias e um crescimento económico surpreendente (de 1996 até 2007 é demonstrado uma taxa média de crescimento de 8%), como no supra citado, demonstrando um país abundante em recursos naturais (hidroeléctrico, reservas de gás natural, carvão, minas, recursos pesqueiros, até às indústrias do alumínio). Infelizmente, Moçambique continua a fazer parte dos países mais pobres do mundo, reflectindo que a pobreza não pode ser vista como um facto isolado, interpretado através de taxas económicas, é um fenómeno multidimensional que transmite especialmente problemas subjacentes às zonas rurais do país (agricultura de subsistência, poucas redes de distribuição, inexistentes infra-estruturas, disparidades entre género), sendo os principais determinismos: o baixo nível de educação, a falta de acessibilidade aos cuidados de saúde, precariedade no trabalho, entre outros.

Independentemente desta realidade, é considerado que “Há muito tempo que Moçambique tem sido considerado como uma história de sucesso e um querido dos Parceiros de Desenvolvimento. Taxas impressionantes de crescimento económico desde o fim da guerra civil que se seguiu à independência, a implementação de inúmeras reformas, um Governo estável e democraticamente eleito, um progresso assinalável de um grupo de indicadores sociais e uma aparente grande redução nos índices de pobreza, conduziu aos grandes fluxos da ajuda ao país” (Declaração de Paris, 2010: 11), transformando-se num problema de extrema dependência e com os efeitos da crise económica actual incorre no risco de aumentar esta dependência para conseguir cumprir os planos programados e as exigências dos dadores externos.

Compreende-se estranho que com o crescimento económico verificado no país, o bem-estar da populações em geral, bem como o seu poder de compra se mantenha sem alterações significativas, demonstrando um país extremamente pobre e dependente de AE. Necessário, será então, analisar o impacto e a contribuição que os mega-projectos têm para a economia do país dando especial atenção à indústria extractiva.

2.4 Os mega-projectos e a sua contribuição para o desenvolvimento da economia

Como Carlos Castelo-Branco refere “Mega-projectos são actividades de investimento e produção com características especiais. Primeiro a sua dimensão é definida, pelos montantes de investimento (acima de US\$500 milhões) e impacto na produção e comércio, é enorme. (...)”

Em segundo, em contrapartida, os mega-projectos são geralmente intensivos em capital e, portanto, não geram emprego directo proporcional ao seu peso no investimento, produção e comércio. (...) Terceiro, são geralmente concentrados em torno de actividades mineiras e energéticas (...) Quarto, são estruturantes das dinâmicas fundamentais de acumulação e reprodução económica em Moçambique por causa do seu peso no investimento privado, na produção e comércio. (...) Quinto, os mega-projectos são área quase exclusiva de intervenção de grandes empresas multinacionais por causa dos elevadíssimos custos, das qualificações e especializações requeridas, da magnitude, das condições competitivas e especialização dos mercados fornecedores e consumidores, geralmente dominados por oligopólios e monopólios. (Castel-Branco, 2008:1-2).

Utilizando o caso da Mozal, maior empresa em Moçambique, como ponto de exemplificação de um mega projecto, em 2006 a produção bruta era superior ao próprio orçamento de Estado do país. Porém, não é condição *sine qua non* de contribuição para a economia nacional, especialmente, antes da recentemente alteração da lei que reduziu os benefícios e isenções fiscais. Os lucros são, neste caso, do monopólio e pouco é retido da produção para o desenvolvimento do país, não esquecendo do repatriamento. Pela sua constituição normalmente vertical, pela produção de produtos serem primários e pelo elevado grau de especialização requerido aos trabalhadores, pouco interferem numa esfera pública de desenvolvimento efectivo, mesmo a um nível regional. A retenção e a sua forma de aplicação é a questão essencial para o impacto social e económico da corporação, ao serem isolados, não conduzem ao desenvolvimento.

Por não serem atractivos, pela baixa exigência e fraca procura no mercado nacional, os mega projectos exportam principalmente para os mercados internacionais. Com mercados internos pouco desenvolvidos, as próprias produções tecnológicas são subaproveitadas.

Os megaprojectos podem ser importantes, no sentido de, (i) permitirem acesso a capital estrangeiro, (ii) importação de novas tecnologias e a trabalho qualificado, (iii) fortalece as ligações do país com os mercados internacionais e torna o país atractivo para investimento (iv) fomenta a competitividade e impulsiona a otimização da performance das outras empresas pelos padrões standardizados e certificados internacionalmente. O lado negativo da questão é que (i) geram poucas receitas para a economia nacional, especialmente pelo repatriamento dos lucros e estabelecem poucas ligações com o país acolhedor (ii) força de trabalho qualificado é expatriado, não investindo na formação dos trabalhadores nacionais (iii) criam graves assimetrias sociais (iv) asfixiam as pequenas e médias empresas nacionais do sector (Castel-Branco, 2008).

Neste sentido, as ligações que estabelecem com o país (Castel-Branco, 2008) são produtivas – os fornecedores geralmente são estrangeiros pelo elevado grau de exigência dos produtos, o que não permite o desenvolvimento das empresas nacionais; tecnológicas – ao produzirem produtos primários não desenvolvem a área tecnológica do país, exportando para

consumidores estrangeiros; de emprego – ao não estabelecerem ligações com os mercados e empresas nacionais não desenvolvem a oferta/procura do mercado de trabalho e a grande parte do trabalho qualificado é expatriado; e, por último, poupança/investimento - os megaprojectos pela sua dimensão seriam grandes potenciadores do desenvolvimento económico, porém não geram receitas significativas pelos incentivos fiscais estipulados.

Os mega-projectos, se legislados de forma a obter contrapartidas positivas para o governo, poderia ser um instrumento impulsionador de diminuição da dependência externa, de diversificação dos mercados, de consolidação da capacidade de assistência social e de serviços públicos contudo, actualmente, os dez maiores mega projectos apenas contribuem com menos de 1% do PIB.

No que respeita ao impacto dos mega-projectos para a comunidade estes, muitas das vezes, são contraditórios. Em primeiro, não esquecendo que a terra é um direito do Estado, quando a empresa se implementa ou se expande, cria problemas ao nível do deslocamento das populações e no seu reassentamento. Neste sentido, as grandes empresas, camufladas pelo termo RS (Barnes, 2010), constroem infraestruturas para melhorar a vida das comunidades reassentadas ao nível da saúde, de educação, agricultura, entre outros. Através de entrevista ao Centro de Promoção e Investimento, tive conhecimento que este “desenvolvimento” é contratual e compensatório, ou seja, pelo reassentamento das populações no âmbito da implementação do novo mega-projecto, as empresas são obrigadas a contribuírem para colmatarem as necessidades das populações (em grande medida criadas por estes).

Resumindo, em primeiro, não é claro a definição das necessidades nem a participação das comunidades no processo de decisão; em segundo, não existe fiscalização de qualquer tipo, no sentido de se averiguar que a empresa está a cumprir com o legalmente exigido; terceiro, na maioria dos casos as empresas aproveitam-se do capital destinado ao desenvolvimento da comunidade para construírem infraestruturas que sirvam os seus próprios interesses: estradas, furos de água perto das instalações, etc., sendo que, através desta postura, a empresa diminui a possibilidade de conflitos com a população e cria uma imagem de poder da empresa. Outro problema é que as empresas, ao construírem infra-estruturas, entram no domínio da actuação pública, criam pressão ao orçamento do Estado para capacitar as infraestruturas. Se a empresa constrói uma escola, será o estado o responsável pelo seu funcionamento (professores, materiais, etc.), o que sai do orçamento previamente estipulado. Ainda “(...) há casos em que as dívidas comunitárias dos mega-projectos são, de facto, se não de jure, uma alternativa a pagar impostos e/ou engajar a comunidade, de facto, na gestão dos recursos e oportunidades de desenvolvimento locais.” (Castel-Branco, 2008:8).

Não desvalorizando a intervenção que os mega-projectos têm ao nível da comunidade, a actual actuação tem sido gerador de mais malefícios do que benefícios, e ao nível da contribuição para a saúde fiscal do estado, pouco ou nada interferem, embora sejam estas as que mais

poderiam contribuir. Neste sentido, deveriam ser formuladas políticas específicas para os mega-projectos, tendo em conta as suas características especiais.

2.5 Iniciativas contra a corrupção e a implementação do ITIE

“A Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) é uma iniciativa de carácter voluntária, lançada pelo antigo Primeiro Ministro do Reino Unido Tony Blair, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Mundial decorrida em Setembro de 2002 em Joannesburg e, mais tarde, na Conferência Inaugural em Junho de 2003 em Londres tem, como principio fundamental, a verificação do que as companhias pagam e o que os governos recebem, através de um processo de monitoria efectuado por um órgão conjunto que envolve o Governo, as companhias e a sociedade civil.

A ITIE visa melhorar a governação nos países ricos em recursos extractivos através da verificação e publicação dos pagamentos das companhias e das receitas colectadas pelo Governo nos sectores de petróleo gás e mineração.”³⁸

A Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) é a demonstração, como referido anteriormente, que existe uma vontade por parte do governo em criar uma atmosfera nacional de transparência, baseando-se na experiência internacional para esse efeito. Infelizmente, esta vontade não é visualizada noutros aspectos, como por exemplo, no Orçamento de Estado (CIP, 2010). No site do ITIE verificamos os princípios pelo qual se rege esta iniciativa que, resumidamente, se baseiam em: (i) recursos naturais como motor de desenvolvimento económico e social das populações (ii) gestão desta em benefício das comunidades (iii) Maior conhecimento sobre receitas e despesas provenientes do sector levando a um maior debate na opinião pública gerando opções sustentáveis (iv) maior transparência por parte do governo e empresas para uma melhor gestão financeira e legal (contratos) (v) maior transparência e melhor ambiente para o investimento estrangeiro (vi) principio e prática de prestação de contas pelo governo (vii) aumento dos níveis de transparência e prestação de contas na vida pública, na governação e no comércio (viii) divulgação de pagamentos e receitas (ix) envolvimento de todas as empresas na publicação dos pagamentos (x) inclusão de todos os actores - governo e os seus órgãos, empresas do sector extractivo, empresas de serviços, organizações multilaterais, organizações financeiras, investidores e organizações não-governamentais.

Através da análise a relatórios, bem como a presença no congresso “Publish what you pay” (Maputo, Maio 2012), tornou-se bastante perceptível que a legislação moçambicana tem grandes lacunas no que refere a políticas de informação, pelo que é de extrema dificuldade o acesso a qualquer tipo de informação: relatórios, publicação de rendimentos, pagamentos sociais, entre outros. O ITIE tem como principal objectivo desenvolver um clima de boa

³⁸ (<http://www.itie-mozambique.org/index.html>)

governança da indústria extractiva, melhorando a gestão de recursos criando consequentemente um clima de estabilidade económica e política, reduzindo o risco para as companhias e investidores de desenvolverem a sua actividade num ambiente de corrupção e pela implantação de uma política de transparência, tanto por parte do estado como das empresas, “gerando” desenvolvimento socioeconómico do país. Com a inclusão das organizações da sociedade civil e com as políticas de informação pública sobre os pagamentos canalizados ao governo pelas companhias, conseguir-se-á monitorizar e avaliar os impactos que a aplicação dos fundos sociais têm para as comunidades e de que forma pode ser a inserção de outros actores de cooperação.

Sucintamente, o governo de Moçambique apresentou a candidatura, tendo sido reprovada em 2011, por não ter cumprido 6 dos 18 critérios que compõem a matriz de aprovação. O prazo para suprimir as lacunas e reformular a proposta termina a Fevereiro de 2013 e, embora seja inegável o esforço preconizado pelo governo, existe grandes alterações estruturais a realizar. Numa análise à matriz verificamos que, essencialmente, se trata de o não cumprimento dos requisitos de publicação de todos os pagamentos e recebimentos, o reporte da actividade das empresas, bem como a remoção de obstáculos à implementação da ITIE, demonstrado através de uma avaliação independente.

Capítulo III - As empresas extractivas e o novo actor no panorama social

3.1 Contextualização e a sua representação no terreno

A indústria extractiva em Moçambique só recentemente, com o arranque dos mega-projectos na área do carvão, gás natural e areias pesadas, é que se começou a desenvolver e a ganhar relevo na produção e exportação do país, influenciando a balança económica moçambicana, apesar dos dados do INE³⁹ remontarem a 1904, aquando da descoberta das bacias sedimentares. Nessa época, devido aos fracos recursos tecnológicos e aos instrumentos artesanais, os projectos não tiveram sucesso e só posteriormente a 1948 é que se descobriu efectivamente o gás, em Pande, Buzi e Temane. Interessante notar que de acordo com o indicado no site da GALP⁴⁰ a empresa está representada no país desde 1957 porém, não

³⁹ www.ine.gov.mz

⁴⁰ www.galpennergia.com

existem registos da sua presença no país em documentos referentes à época do Estado Novo ou nos websites, que serviram de suporte de pesquisa na presente parte da investigação⁴¹.

No que respeita à exploração dos hidrocarbonetos (com a guerra colonial, seguida da guerra civil e num clima de instabilidade política, reflectindo-se em mercados pouco desenvolvidos e não atractivos pelas políticas socialistas do novo regime pós-independência) só na década de oitenta e com a aprovação da lei do petróleo (lei 3/81) é que foi fundada a Empresa Nacional Hidrocarbonetos (ENH) gerindo o monopólio das explorações. Foram realizados alguns trabalhos na Bacia do Rovuma e em Xai-Xai, porém sem um real impacto para a economia de Moçambique. Este sector presenciou verdadeiras mudanças aquando de uma alteração de ideologia política e aprovação de decretos de lei⁴² que permitiram a abertura de pesquisa a outras empresas que não a ENH, passando esta a ser parceira das concessionárias e a existir uma entidade reguladora - Instituto Nacional de Petróleo (INP)⁴³.

Um dos marcos mais importantes para o desenvolvimento deste sector foi a parceria protocolar, criada em 2000, entre uma empresa sul-africana Suid Afrikaanse Steenkool en Olie (Sasol), o governo e a Empresa Nacional de Petróleos (ENH), sendo o principal empreendimento - Pande e Temane.

Foi, contudo, a recente descoberta de petróleo e gás natural na Bacia do Rovuma, província mais a norte de Moçambique, que tem sido percursora de grandes agitações e mudanças no país. E será sobre este facto que o presente trabalho tomará contornos mais definidos. Muito sucintamente, antes da caracterização da distribuição das concessionárias em Cabo Delgado, estas alterações encontram-se essencialmente na esfera económica e social, *“Increased levels of immigration by non-indigenous communities in search for jobs and business opportunities may result into social conflicts over farming and fishing grounds and over land for settlement and cattle grazing.”*⁴⁴ (WWF Report, 2010:10.), por outras palavras, tem se verificado um choque entre a actividade de exploração de petróleo e as actividades tradicionais da população. Os baixos índices de educação e de recursos tecnológicos geram graves assimetrias culturais e tornam as comunidades marginalizadas pela desigual distribuição da riqueza originária do petróleo. Outro sector que é atingido pela exploração do petróleo é o turismo (derivado ao impacto negativo no ecossistema), que tende a diminuir reflectindo-se no conseqüente decréscimo das actividades económicas ligadas ao turismo que, nesta zona de Moçambique, têm um peso determinante para o sustento das comunidades.

No que respeita à distribuição dos mega-projectos na província, existem sete áreas com concessões de Contrato de Pesquisa e Produção de Petróleo. A ENH faz parte de quase todos

⁴¹ www.ine.gov.mz e www.inp.gov.mz/pt

⁴² Nova Lei do Petróleo nº 3/2001

⁴³ Esta entidade viu o seu início seguidamente á aprovação nº 25/2004

⁴⁴ “O aumento dos níveis de imigração de comunidades não-indígenas em procura de emprego e oportunidades de negócio pode resultar em conflitos sociais por terras de cultivo e territórios de pesca e por terra pra estabelecimento e criação de gado.” (T.A.)

os consórcios com 10% do capital. Relativamente as empresas referidas na tabela 1 ou na ilustração nº 1, são grandes empresas representadas nos mercados internacionais e actuam, no caso específico de Moçambique, através de consórcios. O consórcio da ENI será a empresa com maior relevo no presente trabalho pela ligação à GalpEnergia. Assim, a sua ficha técnica⁴⁵ é constituída da seguinte forma:

Consórcio: Galp Energia (10,0%), Eni (Operador, 70,0%), ENH (10,0%) e Kogas (10,0%)

Área: 17.646 km²

Tipo: Águas ultra-profundas

Profundidade de água: 0 – 2.600 metros de blocos: 1

“A Galp Energia está presente em Moçambique desde 2007⁴⁶. A entrada no país foi marcada pela assinatura do contrato de farm-in com a Eni e com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para a exploração da área 4, localizada nas águas ultra-profundas da bacia de Rovuma.

A exploração das áreas concessionadas pelo Estado moçambicano é regulada através de contratos de partilha da produção assinados entre o Estado e o consórcio.”⁴⁷

COMPANHIA	País de Origem	Área de Pesquisa
ANADARKO	E.U.A	Bacia do Rovuma, Área 1
ARTUMAS	Canadá	Bacia do Rovuma, “onshore”
ENI	Itália	Bacia do Rovuma, Área 4
Statoil Hydro	Noruega	Bacia do Rovuma, Áreas 2 e 5
PETRONAS	Malásia	Zambézia “offshore” e Bacia do Rovuma. Áreas 3 e 6
BANG	E.U.A	Zambézia e Sofala
DNO	Noruega	Zambézia e Sofala

Fonte: MIREM *apud* (Castel-Branco, 2009:12)

Figura 4: Mapeamento de empresas petrolíferas a operar em Moçambique

⁴⁵ www.galpenergia.com

⁴⁶ Informação incongruente quando em outras partes do mesmo site refere que está em Moçambique desde 1957.

⁴⁷ www.galpenergia.com

3.2 Legislação e as suas alterações

A constituição de Moçambique refere que “A República de Moçambique é um Estado independente, soberano, democrático e de justiça social.” É a partir desta base ideológica que o regime fiscal terá de operar com vista a permitir que os recursos disponíveis no país sejam distribuídos de forma a beneficiar as várias comunidades, criando a edificação de uma sociedade de justiça social e o *empowerment* das populações, com o consequente aumento da qualidade de vida. Porém não é claro, actualmente, legislação que regule a participação da comunidade no processo de decisão e na definição das necessidades, no que refere aos projectos que respeitam às empresas petrolíferas, comprometendo o consagrado na constituição.

Em termos fiscais e, em consonância com os últimos avanços no sector, o regime fiscal tem sido alterado e ajustado. Grande parte destas alterações respeita à pressão que os doadores estrangeiros têm realizado, bem como a influência dos mercados estrangeiros. A falta de transparência⁴⁹ por parte do governo moçambicano tem sido um entrave ao desenvolvimento da nação, criando conflitos pela bruma criada que envolve a gestão das receitas, sendo estas últimas um dos pontos fulcrais para o impacto na economia.

Os contratos dos projectos da indústria mineira e petrolífera eram assinados individualmente, sem serem conhecidas as suas cláusulas, aprovados em Conselho de Ministros e concediam isenções fiscais, direitos aduaneiros e de IVA, bem como reduções de taxas (Lei de Investimentos nº 3/93 e nº 26/2002).

Com a pouca visualização que as contribuições dos mega-projectos tinham nas receitas da economia do país, o FMI⁵⁰ sugeriu que se criasse um modelo de contratos para os futuros investidores e concessões em que, só restringidas cláusulas ficariam em segredo entre o Estado moçambicano e as empresas concessionárias. Pelo clima de desenvolvimento do sector vivido no país, a continuação da política das isenções fiscais não faria sentido e a proposta foi feita nesse sentido. Em 2007 foram aprovadas as Leis 11/2007 e 12/2007 que aumentaram o Imposto sobre Produção de Petróleo e Produção Mineira. No primeiro caso, que é o que se encontra em análise no presente trabalho, aumentou para 6% (aumento de 1%) no caso do petróleo, e do gás natural o aumento foi na ordem dos 2%, sendo a percentagem actual de 10%. Outra questão importante refere-se ao imposto de águas profundas que passou a ter a mesma taxa, enquanto que, anteriormente, era calculada mediante a profundidade.

⁴⁹ Será mencionado mais à frente os esforços que o governo está a preconizar para alterar esta realidade, especificamente com a intenção de se tornarem membros do IETI.

⁵⁰ A ajuda externa “entrou” em Moçambique em 1987, contudo, só em 1992, com o Acordo Geral de Paz, se verificou uma intervenção mais directa do FMI e BM nas políticas do país, condicionando a assistência ao desenvolvimento e assumindo a gerência das políticas macro-económicas do país. As instituições financeiras impuseram as suas máximas e “forçaram” Moçambique a abandonar a política “socialista” e a implementar reformas neo-liberalistas e programas de ajustamento estrutural (Pfeiffer, 2007).

Outro imposto importante para a compreensão dos quadros legais é o Imposto sobre o Rendimento Corporativo que está, actualmente, nos 35% (depois do período de pesquisa e exploração). Fazendo um contraponto, Angola recebe 60% das receitas de produção. Contudo, não será nas receitas que se determina o sucesso das políticas e o seu impacto para as populações, mas na sua gestão e na transparência, que recai o factor determinante. No decorrer do trabalho de campo compreende-se que existe uma enorme lacuna em termos de fiscalização das receitas recolhidas, de estruturas eficazes de planeamento da sua aplicação, com fracas políticas de transparência, conduzindo a que a própria sociedade desconheça totalmente a forma como os fundos são geridos e aplicados. Como indicado pelo entrevistado do WWF “Por vezes o INP recebe projectos do governo provincial, por vezes do distrito, às vezes regional. O problema é que o processo não é muito transparente, não existe muita participação das comunidades ou da sociedade civil. Supostamente deveriam consultar com os parceiros, com a população para se apreender o que é necessário. Mas na prática o que está a ser feito são grandes sistemas de água, que o governo acredita que são importantes, caros e tiram mais benefícios que a própria capital distrital. Por vezes são mais estratégias de visibilidade do governo. Por exemplo com uma pouca quantia podiam reabilitar os postos de água que se encontra sem uso, mas preferem construir novos sistemas. No que refere ao contacto com as comunidades verifica-se muito pouco e tem a ver com o distrito se tem capacidade ou vontade para tal. Existem administradores que utilizam os mecanismos para o efeito contrariamente a outros. Os mecanismos estão bem formulados e estruturados o problema é a utilização ou não por parte dos administradores.”⁵¹

Outro problema se coloca com a falta de instrumentos fiscalizadores e de colaboradores incorruptíveis. Num clima mundial de crise económica e com os efeitos da globalização, a redução dos isentivos fiscais têm criado espaço a que os mega-projectos inflacionem os custos pagando, consequentemente, menos aos governos. Outra questão que se coloca é o tempo de pesquisa em que as empresas estão isentas, embora com a alteração da Lei nº 13/2007 os incentivos só são aplicados aos direitos aduaneiros e ao IVA até 5 anos, triste realidade acontece quando as empresas informam que se encontram na fase de pesquisa, quando na verdade o processo de exploração já se iniciou. Porém com a alteração à legislação, a probabilidade desta situação acontecer reduziu, sendo que o tempo máximo é apenas cinco anos.

3.3 Caracterização e o impacto do Fundo Social

O artigo mais importante de análise no presente trabalho e o que trouxe mais incongruências durante a pesquisa de terreno foi o artigo 11 da Lei nº 12/2007 que refere:

⁵¹ Entrevista WWF – Sean Nazareli – Director de Projectos (Maio 2012)

“ARTIGO 11
(*desenvolvimento local*)

1. Uma percentagem das receitas geradas na actividade petrolífera é canalizada para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos projectos petrolíferos.
2. A percentagem a que se refere o número anterior é fixada na Lei Orçamental, em função das receitas previstas e relativas à actividade petrolífera.
3. Compete ao Conselho de Ministros inventariar as receitas resultantes das operações petrolíferas e publicitá-las periodicamente.”

Este artigo indica uma obrigação exigida por lei às empresas que assinam contratos com o governo Moçambicano, nomeadamente no sector da indústria extractiva, em particular petróleo e gás, exigindo-lhes o pagamento de um montante específico para aplicação em projectos de cariz social.

Como referido no subcapítulo anterior e com as imposições por parte dos agentes financiadores externos, o governo de Moçambique concebeu um modelo pró-forma dos contratos a serem celebrados entre empresas e governo. Este modelo encontra-se disponível na página do INP porém, determinadas cláusulas são negociadas em privado, não sendo tornadas públicas, o artigo referente aos fundos sociais é um exemplo disto. Assim, a cláusula nº 18 dos contratos refere:

*“ The Concessionaire shall pay to the Government United States dollars (USD ...) per year during the term of this EPC, for social support projects for the citizens of the Republic of Mozambique in areas where Petroleum Operations take place. The first payment shall be made on the first anniversary of the Effective Date of this EPC and each subsequent payment shall be made on the subsequent anniversaries thereof”*⁵²(EPC Model, 2008: 55-56).

Cada contrato demonstra condições e montantes a serem aplicados nos respectivos fundos em prol da comunidade. Porém, não é tornado publico quais são as condições e qual o montante a transferir e de que forma serão aplicados.

⁵² “O concessionário devera pagar ao Governo...dolares americanos (USD...) por ano durante o termo do seu EPC, para projectos de apoio social dos cidadãos da Republica de Moçambique em areas onde Operações de Petroleo têm lugar. O primeiro pagamento devera ser pago no primeiro aniversario da Data Efectiva desta EPC e cada pagamento subsequente devera ser feito no aniversario subsequente dai por diante.” (T.A.)

O fundo social, que não é mais que um imposto, é gerido por uma Comissão Projectos Sociais⁵³ representativa dos três ministérios envolvidos no processo: MIREM, INP, MPD, criado em 2008 sob proposta da Ministra dos Recursos Minerais.

Em termos gerais, o imposto denominado de Fundo Social, tem como principal objectivo o financiamento de programas que promovam o desenvolvimento das comunidades que sofram os impactos da actividade da indústria extractiva “(...) tem por objectivo principal identificar, propor e implementar projectos sociais com base nos fundos disponíveis resultantes de obrigações contratuais das companhias operando na Bacia do Rovuma.” (Relatório da Comissão de Gestão de Projectos Sociais) Na entrevista ao INP⁵⁴, ao questionar como era a mecânica da gestão e aplicação dos fundos sociais, foi-me referido que o processo baseia-se numa estreita ligação entre os governos provinciais, as comunidades e as empresas. O processo decorre ao nível das províncias (são assim as províncias que definem as suas prioridades de acção) existindo um concurso para se apurar quais os projectos seleccionados. Compreende-se que, antes destes projectos irem a concurso, ao nível das definições das prioridades, haja uma consulta às comunidades e aos seus representantes. Relativamente aos parceiros de cooperação, não existe espaço para estes actuarem “O que é que as ONGs têm a ver com isto?” (ver nota de rodapé 54). Com esta afirmação compreende-se o facto de não serem realizados quaisquer protocolos, acordos ou financiamento a projectos desenvolvidos pelos agentes estáticos de cooperação.

Contrariamente ao transmitido pelo INP, através de informação facultada pela ENI, no que se refere às empresas, não existe uma acentuada interferência ou consulta a estas, ou seja, não existe consulta na fase de decisão. São entregues porém, relatórios anuais que especificam onde o fundo social foi aplicado, com possibilidade da empresa visitar no terreno o desenvolvimento dos projectos.

Em termos de regulação, é deixada a cargo da Comissão dos Projectos Sociais - entidade que gere o capital e tem a função de fiscalizar o bom decorrer dos mesmos, sendo o INP a entidade máxima em todo o processo. Embora seja uma comissão interministerial, compreende-se estranho, ao entrevistar elementos do MPD, estes pouco ou nada saberem sobre a existência e aplicação deste fundo, mais uma vez é demonstrativo do fosso de informação existente mesmo entre ministérios, o que transporta para uma total inexistência no que respeita à opinião pública. “A responsabilidade social é essa coisa que tem haver com ONGs, não é?”⁵⁵ Seguidamente, a ter mencionado que não tem necessariamente a ver com ONGs e referir que existia a colaboração do MPD na gestão dos fundos sociais o entrevistado referiu que “Nós não fazemos essa gestão.” (nota de rodapé 55)

⁵³ Contrariamente à informação fornecida pelo Director do INP, sobre o actual funcionamento da Comissão, ao entrevistar o máximo representante desta, foi-me indicado que estava suspensa por tempo indeterminado e que provavelmente não iria voltar a funcionar.

⁵⁴ Entrevista (08-05-2012): Dr. João Manjate – Director de Administração e Finanças do INP.

⁵⁵ Entrevista MPD-CPI em Maio 2012 a Emílio Ussene

A dicotomia entre fundo social e RSE ponto central para o presente debate, será enfatizada à *posteriori* contudo, no que refere ao fundo social por si só, e acreditando que tem um bom propósito, todo o seu mecanismo é exemplificativo da falta de transparência na gestão governamental. Com base na investigação de terreno, não existem quaisquer marcas, registos e regulamentos sobre a sua administração “Presentemente, o INP e as multinacionais estão a decidir, isoladamente, como gastar estes fundos e que projectos podem ser apoiados.” (Castel-Branco, 2009:23). Paralelamente, não existe registo que demonstre a participação das comunidades na selecção dos projectos (ver Frynas, 2005), embora, no relatório refira “(...) estreita colaboração com as autoridades provinciais e locais e representantes das comunidades e associações profissionais” (Relatório da Comissão de Gestão de Projectos Sociais:2).

Estando o conceito de RS distante, na sua definição basilar, de uma imposição legal, este fundo pode ser possuidor de confusões conceptuais e de limites pouco definidos. O Centro de Integridade Pública (CIP) afirma sobre a problemática da inexistência de regulamentos que “Moçambique deve adoptar melhores práticas de gestão de recursos petrolíferos.” e que pelas características que definem actualmente o fundo, empresas que estão mais preocupadas com a imagem da marca “(...) tomam iniciativas próprias de investir em projectos sociais de alegada visibilidade, com ou sem consulta comunitária (...)” (CIP, 2010).

Mediante as definições do Livro Verde (pág.4) que indica que RSE é uma decisão das empresas assente numa vontade exclusivamente voluntária, o fundo social não poderá ser interpretado como RSE pelo não enquadramento conceptual.

(...) CSR activities should go beyond the law and exceed its ‘minimum obligations’. Thus, a corporation that meets environmental legal requirements in terms of its emissions is not necessarily a socially responsible corporation because it is merely abiding by the law. If, however, it contributes corporate resources to promote community welfare such as providing free day care for its employees or lowering its emissions beyond the legal requirement then these actions can be termed socially responsible.”⁵⁶ (Banerjee, 2007:17-18)

Compreende-se que a corporação ao cumprir com as imposições legais e superando-a gerando, conseqüentemente, um impacto na comunidade poderá ser compreendido como RSE. O conceito em si é portador de discussão contudo, anexado ao conceito de fundo social, envolve um dinamismo difícil de conciliação.

⁵⁶ “As actividades de RSE devem superar a lei e exceder as suas obrigações mínimas. Assim, uma corporação que cumpre os requisitos legais ambientais em termos de emissões não é necessariamente uma corporação socialmente responsável porque está a cumprir a lei. Se, contudo, canalizar recursos corporativos para promover o bem-estar da comunidade tal como providenciar serviços de creche gratuitos aos funcionários ou baixar as suas emissões para além dos requisitos legais, então, estas acções podem ser denominadas socialmente responsáveis.” (T.A.)

No que refere à participação das comunidades, adoptando a vertente que defende que estas como o promotor principal no seu próprio desenvolvimento, devemos ressaltar que o próprio termo encerra em si diversos componentes e vários modelos; “(...) o tipo de participação em que as pessoas são gradualmente envolvidas e convidadas a participar em projectos concebidos de «fora», e aquela participação em que as pessoas estão no cerne dos próprios projectos de desenvolvimentos” (Milando:45).

Fundamentado no último modelo e visando o *empowerment* da população, este obriga a que a participação, num processo de decisão eficiente e consciente, compreenda indivíduos com capacidade para determinar quais são as prioridades e de que forma o dinheiro deverá ser investido a médio e a longo prazo.

Um dos maiores problemas para a aplicação deste modelo respeita ao poder das elites e aos níveis elevados de corrupção em Moçambique⁵⁷, potenciado pela inexistência de regulamentos e por não existir uma política de informação, tornando os relatórios privados. Sem este mecanismo a intervenção dos grupos-alvos poderá não ser consistente e o risco na fase de “decision-making” (transposto exclusivamente para as elites dominantes locais) é enormemente ampliado. Informações fornecidas através de entrevista⁵⁸, as elites são geralmente elementos com ligações políticas e partidárias, sujeitos aos lobbys, o que resultará na exclusão total das populações. Através desta análise compreende-se o porquê de vários autores referirem *“Resource extractive industries are often located in poor countries, and the benefits tend to flow to elite groups in these regions while further marginalizing poor communities who depend on the land for their survival and who become the victims of development by bearing the brunt of negative environmental and social impacts.”*⁵⁹ (Banerjee, 2007:59). Embora este fundo exista desde 2008, poucos são os impactos positivos observados nas comunidades envolvidas - o poder de compra e os índices de qualidade de vida mantêm-se praticamente estagnados⁶⁰ o que demonstra a pouca eficácia da implementação destes.

Os sistemas estruturais existem e encontram-se regulamentados e organizados da seguinte forma (Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado, Decreto nº 11/2005):

⁵⁷ ver relatório CIP: “Níveis de Corrupção permanecem bastante preocupantes”

⁵⁸ Indivíduo entrevistado colaborador de uma organização da sociedade civil quis manter o anonimato.

⁵⁹ “As empresas extrativas de recursos estão muitas vezes localizadas em países pobres e os benefícios tendem a fluir para grupos de elite dessas regiões enquanto marginalizam ainda mais as comunidades pobres que dependem da terra para a sua sobrevivência e que se tornam as vítimas do desenvolvimento submetendo-se às consequências de impactos sociais e ambientais negativos” (T.A.).

⁶⁰ (www.ine.gov.mz)

"Artigo 8
(Escalões Locais do Estado)

Para o exercício das suas funções, os órgãos locais do Estado organizam-se nos escalões de província, distrito, posto administrativo, localidade e de povoação.

Artigo 9
(Província)

1. A província é a maior unidade territorial da organização política, económica e social da administração local do Estado.
2. A província é constituída por distritos, postos administrativos, localidades e povoações.
3. A província abrange também as áreas das autarquias locais compreendidas no respectivo território.

Artigo 10
(Distrito)

1. O distrito é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique.
2. O distrito é composto por postos administrativos, localidades e povoações.
3. O distrito abrange também as áreas das autarquias locais compreendidas no respectivo território.

Artigo 11
(Posto Administrativo)

1. O posto administrativo é a unidade territorial imediatamente inferior ao distrito, tendo em vista garantir a aproximação efectiva dos serviços da administração local do Estado às populações e assegurar maior participação dos cidadãos na realização dos interesses locais.
2. O posto administrativo é constituído por localidades e povoações.
3. O posto administrativo abrange também as áreas das autarquias locais compreendidas no respectivo território.

Artigo 12
(Localidade)

1. A localidade é a unidade territorial base da organização da administração local do Estado e constitui a circunscrição territorial de contacto permanente dos órgãos locais do Estado com as comunidades locais e respectivas autoridades.
2. A localidade compreende povoações, aldeias e outros aglomerados populacionais situados no seu território.

Artigo 13

Povoação

A povoação compreende aldeias e outros aglomerados populacionais localizados no respectivo território.”

A Lei dos Órgãos Locais do Estado foi uma política necessária à descentralização e à regulamentação da participação das comunidades. A utilização deste mecanismo na aplicação dos fundos sociais seria, sem dúvida, uma mais-valia para seu bom sucesso porém, a escolha dos projectos e das necessidades ficam a cargo do Governador Provincial e, como referido em entrevista ao WWF, quando a estrutura funciona, o governador recorre às instâncias designadas para o efeito “garantem a participação activa dos cidadãos, incentivam a iniciativa local na solução dos problemas das comunidades aplicando nomeadamente os recursos aos seu alcance.” (Decreto nº 11/2005 – artigo 4º). O problema coloca-se quando as estruturas organizacionais não funcionam devidamente e não existe consulta às populações, especialmente, quando se trata de zonas rurais e pelo desconhecimento efectivo deste fundo limitando a participação. Outra problemática é a escassez de quadros qualificados nos organismos estatais.

Uma primeira conclusão se pode reter, dever-se-á realizar um esforço para aprimorar as ligações e o círculo de contacto entre as comunidades locais, as autoridades locais, nacionais e as empresas, criando um espaço de diálogo e uma dinâmica que reflecta as necessidades dos beneficiários. O caso das organizações da sociedade civil não é aqui abordado, porque no caso específico dos fundos sociais, não se aplica pela não inclusão destas em todas as fases do processo, embora sejam as organizações os actores que, por vezes, operam mais de perto das comunidades, a sua participação seria enriquecedora para o presente debate.

Outra questão a reter é a falta de informação e regulação destes o que torna a selecção dos projectos, a aplicação dos fundos e sua monitorização obscura e de certa forma elitista por dar primazia a apenas um dos múltiplos lados da equação.

A recente descoberta do petróleo pode tornar-se numa importante alavanca para o desenvolvimento económico e social do país porém, não é mecânico e necessita de uma adaptação política. O governo moçambicano (através do MIREM) consciente deste facto e, de forma a maximizar o impacto do sector no país, solicitou um estudo sobre RS de forma a formular políticas e a potenciar a contribuição dos mega-projectos no país. O estudo está a ser levado a cabo por consultores da empresa Do It e Interpraxis financiado pela embaixada do Canada que, paralelamente, financia a Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Indústria Extractiva no âmbito da mesma pesquisa.

3.3.1 Os projectos e as áreas de actuação

Os projectos prioritários seleccionados pela Comissão de Projectos Sociais dão especial primazia às necessidades de saneamento⁶¹ porém, não se encontram em articulação com outros programas públicos. Importante referir que Moçambique desenvolve desde 1985 o Programa Nacional de Saneamento a Baixo Custo (PNSBC) – programa nacional financiado através parcerias internacionais com vista a melhorar e alargar os serviços de saneamento. Todavia, os projectos sociais não estão englobados na política nacional, transmitindo a falta de cruzamento de dados e a dificuldade de articulação que existe entre as políticas governamentais, como referido na nota explicativa do programa “(...) ausência de uma política clara para o sector de águas, as tarefas e responsabilidades dos vários órgãos governamentais não estavam claramente definidas e a coordenação entre esses órgãos era fraca, particularmente na ligação entre o saneamento suburbano e outros serviços tais como o abastecimento de água e habitação. “ (Colin, Jeremy, 2002:3). Primeiramente, a eficácia dos projectos financiados pelos fundos sociais seria seriamente superior se inserido na política nacional de saneamento. Evitar-se-iam casos que potenciam o poder das elites dominantes, casos de corrupção, sendo que este programa ao ser financiado (57% por agências estrangeiras – CIP, 2010), o grau de fiscalização e de obrigação de cumprimento com o pré-definido é superior, sendo os seus relatórios tornados públicos, o que permite o conhecimento da opinião pública e um espaço para o debate sobre a eficácia das políticas preconizadas, impedindo situações menos transparentes.

Muito sucintamente, o ponto de situação do relatório para 2012 compreende os seguintes pontos de acção:

- Distrito de Macomia, Mocímboa-da-Praia e Palma, as prioridades da Administração recaíram na extensão da rede de abastecimento de água e reabilitação de pequenos sistemas – reabilitação de fontes de captação e de reservatórios, construção de fontanários e de tanques, aquisição de equipamentos de bombagem, levantamento topográfico.

Antes de passar para o Distrito de Quissanga, por desenvolver projectos que provêm de financiamento distinto, a leitura ao relatório, mesmo de uma forma leiga, demonstra logo à partida a incipiência deste. O montante total pago pelas petrolíferas seria um dado interessante de se analisar, porém, estes são mantidos em segredo. A ENI, por informações oficiais facultadas pela Galp, paga anualmente, 250 mil dólares por ano; no que se refere à Statoil (CIP, 2010:4), esta pagará um milhão de dólares e, através de fontes não oficiais, foi-me indicado que a Anadarko paga também o mesmo valor que esta última.⁶² O relato do montante anual (desconhecido), pago pelas concessionárias ao governo e, conseqüentemente, gerido pela Comissão de Projectos Sociais, caracteriza-se em apenas setes páginas de texto escrito e em oito páginas com fotografias, em que a descrição dos projectos é feita em tópicos, sem indicação de datas, estado das construções, tempo de duração de cada e o seu ponto de

⁶¹ Saneamento diz respeito ao abastecimento de água potável, gestão da água pluvial, esgoto, a limpeza urbana, resíduos sólidos, o controle de pragas, que visa a saúde das comunidades.

⁶² Entrevista WWF – Sean Nazareli – Director de Projectos (Maio 2012)

situação, montantes aplicados em cada projecto e se existe diferenciação da proveniência do fundo (ou seja, se existe um montante comum ou cada projecto é aplicado por uma concessionária específica pela proximidade da exploração com o distrito), quais as empresas que operam na realização do mesmo, relatórios de necessidade, quais os critérios de selecção e atribuição do projecto, municípios dos distritos abrangidos, programas concursuais, entre outros. Foi-me indicado pelo INP que é este o relatório entregue às concessionárias no sentido de informar a aplicação dos impostos pagos. Existe uma ambiguidade e incongruência de pressupostos no que respeita ao próprio fundo social e, mais especificamente, ao relatório. Se o Fundo Social é um imposto pago ao governo e, se nas cláusulas contratuais, não existe a obrigação da entrega de relatório sobre a aplicação dos montantes, de certa forma encontra-se justificada o carácter superficial do relatório, por ser meramente informativo, partindo da “boa vontade” do governo em explicitar onde é aplicado o imposto. Por outro lado, as concessionárias “aproveitam-se” deste relatório para criarem os seus próprios relatórios de sustentabilidade, indicando como RS os tópicos descritos no relatório da Comissão dos Projectos Sociais. Sem esmiuçar muito a questão torna-se confusa esta interligação; o governo entrega relatórios anuais às empresas, quando não lhe é exigido contratualmente a informação sobre a aplicação de um imposto entregue aos cofres do estado e, mais confuso se torna quando as corporações “fazem” a sua RS através deste relatório. Debruçar-nos-emos mais à frente sobre esta questão, com o estudo de caso da Galp pertencente à concessionária ENI.

No que respeita ao distrito de Quissanga “Foi reabilitado o Pequeno Sistema de Abastecimento de Água da Vila sede do Distrito, directamente pela empresa StatoilHydro, encontrando-se neste momento em condições de utilização.” (Relatório:3) Porém, outros projectos de reabilitação que inicialmente seriam executados pela concessionária, deixaram de o ser, não especificando no relatório o motivo, implicando, como refere no documento um “financiamento adicional.”

A StatoilHydro tomou a iniciativa própria de comprar um frigorífico para armazenamento de pescado, no valor de USD 80.000 (Relatório:3)

Outras actividades implementadas através dos fundos sociais, dizem respeito a:

- a) Abertura de Furos de Água no Distrito de Palma, pela concessionária Artumas. Não se compreendendo se foi através do imposto pago ou se por auto-iniciativa.
- b) Parque Nacional das Quirimbas: instalação de vedação devido aos problemas homem-fauna realizado pelo Ministério de Turismo.
- c) Antenas de Rádio em Macomia, Mocímbo da Praia e Palma. Relativamente a este assunto, embora o relatório não especifique, as compra das antenas foram adquiridas pela Anadarko, não estando incluídas no fundo social. Inclusive, fazem comunicações através da rádio, o que

demonstra que faz parte de gastos operacionais da empresa e não sociais. A empresa gastou USD 200.000 para estender este sinal de rádio entre Macomia e Palma. (CIP 2010)

No domínio da saúde, o relatório refere que a Artumas ofereceu material hospitalar para o Hospital Rural de Palma e que, na área da educação, também disponibilizou material para escolas. Mais uma vez não é perceptível o porquê de projectos a partir do fundo social e actividades de RS se cruzarem no mesmo relatório.

Por último, indica que houve a reabilitação do Estádio Municipal de Pemba, Instalações de Centros de Conhecimentos⁶³, construções de escolas e construção de pequeno sistema de abastecimento de água em Membra (no distrito de Nampula o que pressupõe uma abertura dos projectos a outras províncias, porém não existem indicações a tal).

Através da análise do relatório compreendemos a não clareza do mesmo, as informações são poucas, confusas, misturadas, não explicita os parâmetros de todo o processo. Foi, porém, uma mais-valia a possibilidade de o ter analisado pois este não é público, a linha estratégica é mantida em segredo, a comunidade pouco ou nada intervém na fase de decisão, o que também torna difícil seguir o rasto por essa via e, em geral, as próprias autoridades locais não têm conhecimento dos acordos entre província e o governo.

Parece-me interessante notar, embora sem uma estratégia definida, as áreas da saúde e saneamento, educação, inclusive o turismo estão abrangidas pelos projectos sociais, mas as questões de género e projectos associados ficam fora da equação. A Comissão é, como já referido, constituído pelo MIREM, INP, MPD, mas o Ministério da Mulher e da Acção Social não faz parte do comité, quando é este o principal órgão governamental para os assuntos relacionados com RS:

“From the Government’s perspective, the responsibility for Corporate Citizenship is placed within the Ministry for Women and Coordination of Social Affairs (MMAS). The Ministry’s key role is to promote corporate citizenship, provide political leadership on relevant key issues, ensures that government approach to corporate citizenship is taken into account as well as the coordination of corporate citizenship activities across all government agencies at central and decentralized levels.”⁶⁴ ((UN Global Compact Report, 2007:8)

Perante esta afirmação não se compreende como é que este Ministério se encontra excluído. Seguidamente à leitura ao Plano Estratégico do Ministério não existem, todavia,

⁶³ Centros de conhecimento são, sem dúvida, uma iniciativa do governo a louvar. Têm como objectivo formação em projectos de geração de rendimento, nomeadamente em horticultura, avicultura, apicultura, empreendedorismo e associativismo e comunicação.

⁶⁴ “Da perspectiva do Governo, a responsabilidade da Cidadania Corporativa é colocada dentro do Ministério da Mulher e Coordenação dos Assuntos Sociais (MMAS). O papel -chave do Ministro é o de promover cidadania corporativa, providenciar liderança política em assuntos chave relevantes, assegurar que a aproximação do governo à cidadania corporativa é tomada em atenção assim como a coordenação das actividades de cidadania corporativa através de todas as agencias governamentais ao nível central e descentralizado.” (T.A.)

quaisquer referências a actividades que envolvam RS e o estudo que está a ser efectuado sobre a definição de uma política sobre RS também não conta com a participação deste ministério.

3.3.2 Género e empresas extractivas

“Investors in the extractive industries sector rarely assess adequately the negative gender impacts and the possibilities of compensating and empowering local women through local development programs. Indeed the associated knock-on effects witnessed repeatedly such as damaged access to subsistence sources and the temporary increase of cash incomes in the investment area, combined often with social inequalities almost as a rule increase both the burden for local women and gender inequality.”⁶⁵ (Eftimie, 2009:1)

A pertinência de se fazer uma breve alusão à importância das questões de género relacionadas com a indústria extractiva é compreendida pela vulnerabilidade existente das mulheres em Moçambique. Incontornável o facto das mulheres, em muitas sociedades, serem o suporte económico da estrutura familiar, situação visualizada em Moçambique. Inquestionável, também, a igualdade de género como factor determinante para a redução da pobreza e para o desenvolvimento humano, não fosse um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM nº 3) evidencia a promoção da igualdade de género e o *empowerment* das mulheres. Inclusive será na constituição de ambientes tanto sociais como políticos igualitários que permite o aumento do poder de decisão da mulher e da sua integração reduzindo a desigualdade entre géneros.⁶⁶

A autora Stolcke (1980) numa análise a diversas teorias sobre género e pobreza defende que “Se a subordinação das mulheres é atribuída a sua exclusão da «produção», então, a igualdade entre homens e mulheres dependerá da incorporação das mulheres na «produção»” (pág. 112) No contexto africano o peso da mulher é indissociável dos mercados informais todavia existe uma tremenda disparidade quando se remete a questão para a integração no mercado formal, constrangimentos de acesso socioeconómicos e culturais e de acesso a recursos. Grassi (1999) associa as diferenças de género ao nível de desenvolvimento, consequentemente mais profundo nas dinâmicas estruturais dos países africanos.

⁶⁵ “Investidores no sector das indústrias extrativas raramente avaliam adequadamente os impactos negativos no género e as possibilidades de compensar e reforçar as mulheres locais através de programas de desenvolvimento locais. Na verdade os efeitos knock-on associados, testemunhados repetidamente tais como acesso danificado a fontes de subsistência e a temporário aumento de rendas de numerário na área de investimento, combinado muitas vezes com desigualdades sociais quase como uma regra aumenta tanto o fardo das mulheres locais como desigualdade de género.” (T.A.)

⁶⁶ www.countdown2015europe.org

Numa transposição para o sector extractivo os efeitos positivos e negativos da actividade são, geralmente, mensurados ao nível das populações locais. Existem poucos estudos que abranjam esta questão mas acreditando na sua relevância pois, se na esfera pública os esforços aplicados não estão a obter os efeitos pretendidos, poder-se-á gerar resultados positivos e menos morosos a partir da responsabilidade interna das empresas e da consciencialização da sociedade para este assunto, numa constante integração das mulheres no mercado formal.

“Evidence suggests that a gender bias exists in the distribution of risks and benefits in extractive industries projects: benefits accrue mostly to men, in the form of employment and compensation, while the costs, such as family or social disruption and environmental degradation, fall most heavily on women.”⁶⁷

Porquê a pertinência deste debate? São as mulheres as que mais sofrem com a actividade das empresas petrolíferas, em primeiro porque a poluição afecta o seu sistema reprodutivo bem como a saúde dos seus filhos, em segundo o risco decorrente do processo de reassentamento, em especial quando se trata de um país em que a terra é propriedade do estado. Por outras palavras, *“Women discussing the issue of oil identified three primary areas of concern: environmental pollution, lack of transparency in the oil sector, and the lack of participation by women in decision making related to the extraction, production, and transport of oil.”⁶⁸* (SSWEN, 2011:1) Pelo supra citado, a falta de transparência, já demonstrado, é uma das questões mais problemáticas no que toca à actual gestão governamental sobre as indústrias extractivas. Se, em termos generalistas:

- a) muitas das clausulas dos contratos com as petrolíferas são mantidas em segredo;
- b) o imposto pago – Fundo Social – não tem um regulamento delineado;
- c) o relatório da Comissão dos Projectos Sociais não chega às mãos da sociedade civil;
- d) se a participação das comunidades não deixa de ser uma mera intenção, não sendo aplicada na prática;
- e) não existem políticas específicas para a actividade socialmente responsável das empresas;
- f) se a taxa de empregados compreende, na sua maioria, o género masculino.

Sem dúvida que os grupos mais marginalizados de todo o processo são os grupos de risco, neste caso, o segmento das mulheres.

⁶⁷“Evidências sugerem que um preconceito de genero existe na distribuição de riscos e beneficios nos projectos das indústrias extrativas: beneficios advêm principalmente para os homens, na forma de emprego e compensação, enquanto os custos, tais como rupture familiar ou social e degradação ambiental, recaiem mais pesadamente nas mulheres.” (T.A.) - <http://www.worldbank.org/eigender>

⁶⁸ “Mulheres discutindo o assunto od petróleo identificaram três áreas principais de preocupação: poluição ambiental, falta de transparência no sector do petróleo, e a falta de participação das mulheres na elaboração de decisões relacionadas com a extração, produção e transporte de petróleo.” (T.A.)

Embora se verifiquem empresas com grande sensibilidade para as questões de género, tal não atinge uma grande dimensão em Moçambique. Inclusive, pela análise aos relatórios de sustentabilidade de algumas concessionárias no território, bem como no relatório da Comissão dos Projectos Sociais, não existe qualquer indicação a projectos que abranjam as questões de género. As empresas não se encontram alertadas sobre as medidas assertivas que deverão prosseguir, nem são portadores de uma capacitação técnica que lhes permita criar uma linha estratégica de forma a minimizar o fosso que existe entre uma gestão mais sustentável da actividade da empresas e igualdade de benefícios entre géneros.

Conscientes que a equidade de género é um importante veículo, se não o principal, para o desenvolvimento sustentável e um direito humano consagrado na Carta Universal dos Direitos do Homem, o governo moçambicano começa a direccionar algumas das suas políticas neste sentido mas numa base mais de oportunidades de trabalho do que a disseminação de projectos de desenvolvimento que enfatizem as questões de género (Lele, 2011). O Ministério da Mulher e da Acção Social (MMSA) está pouco informado sobre as ligações entre empresas petrolíferas e o género porém, o MIREM pretende desenhar uma política nacional – Política Nacional de Género, em parceria com o INP e a ENH contudo, sem grande formação sobre a questão será complicado a eficácia deste. Existe, também, a nível local pouco conhecimento e consciencialização das autoridades locais e, nesse sentido, será difícil ser encarado como necessidade proposta a financiamento no âmbito dos projectos de apoio social.

O aumento da participação da mulher na comunidade funciona como efeito em cascata no que toca ao desenvolvimento, sendo que as empresas petrolíferas poderão ter um peso determinante para o impulso do mesmo: maior participação, mais trabalho, gera mais *in come* para a família, maior conhecimento e educação, maior protecção das doenças sexualmente transmitidas, maiores cuidados de saúde com a própria bem como para a sua família (aumento da esperança média de vida das crianças) e aumento dos níveis de segurança.

O Banco Mundial tem realizado esforços para a consciencialização tanto das empresas como dos governos, em países de baixa renda, para esta problemática afirmando, *“Indeed, where companies do solicit the input and participation of women, women’s approval and social license may be viewed as a litmus test for the success of a company’s employment, environmental, social, community consultation and gender related policies and activities.”*⁶⁹ (pág 6). Uma visão holística da problemática, em que todos os actores estejam envolvidos, poderá criar um ambiente de equidade de género e consequente de desenvolvimento em comunidades mais carenciadas, seja através de projectos de RS, políticas governamentais como o diálogo e o apoio a projectos das organizações da sociedade civil.

⁶⁹ “Na verdade, onde companhias realmente solicitam a introdução e participação de mulheres, a aprovação e licença social das mulheres pode ser vista como um teste decisivo para o sucesso das políticas e actividades relacionadas com o emprego, ambiente, sociais, consulta social e género da companhia.” (T.A.)

3.4 O *cluster* de cooperação

Num quadro de cooperação multidimensional, será necessário compreender como é que os vários actores actuam neste novo *cluster*, como formulam o conceito de desenvolvimento e a sua representação num panorama específico. Descreve-se como “novo”, não porque é novo o sector privado na esfera do desenvolvimento mas porque este acontecimento é, de certa forma, recente num contexto global, sendo que há duas décadas atrás não foi previsto pelas agências internacionais, comunidade internacional, investigadores, governos, entre outros, o peso que os investimentos privados⁷⁰ iriam ter em África num cenário de cooperação, (Nils Bhinda, 1999) e, em segundo, pelos novos determinismos que este inflige no sector público.

Os actores de desenvolvimento são diversos e com a nova intervenção do sector privado, no domínio dos actores convencionais (agências internacionais, associações da sociedade civil, igreja, comunidade), surge o novo *cluster*⁷¹ da cooperação. Pela definição do IPAD, *cluster* de cooperação transmite o objectivo global de “Promoção de pólos endógenos de desenvolvimento rural integrado e sustentável, indutores de qualidade de vida e criação de bem comum, através do fortalecimento dos actores sociais, inclusão social, capacitação e eficiência colectiva, aumento da segurança alimentar, criação e diversificação de rendimento, transformação e qualificação da oferta e acessibilidade aos mercados, ao crédito e aos financiamentos.”⁷²

Analisando a relação de interdependência mundial sabemos que, na cena internacional, surgem uma pluralidade de actores que intervêm na AE com vários papéis de actuação e provenientes de diversos sectores, incluindo o sector privado e parcerias público-privadas, que se vão juntar às organizações não-governamentais (ONGs) e às agências intergovernamentais, originando mudanças conceptuais desenvolvimentistas. Existem autores que chegam mesmo a afirmar que “*Business, much more than governments or non-governmental organizations (NGOs), will be in the driving seat.*”⁷³ (Elkington, 1999:3) transparecendo a mudança e transição global que estamos a viver na entrada do novo Millennium.

Relativamente às outras agências e ONGs internacionais, enquanto parte da comunidade doadora, estudiosos demonstram opiniões distintas na análise do investimento externo e dos seus efeitos, por um lado defendem que: a actividade das organizações internacionais em

⁷⁰ Em Moçambique, de acordo com o relatório Anual do Banco de Moçambique em Dezembro de 2010 foi registado o montante de USD 788.9 milhões de investimento directo privado estrangeiro no país. Relativamente aos fundos externos, estes são realizados através de empréstimos e donativos, assim no passado ano, excluindo os Grandes Projectos (por não compreenderem reflexos junto da economia nacional pelas contas bancárias serem mantidas fora do país) o sector privado nacional foi financiado em USD 31.8 milhões e as empresas públicas em USD 160.2 milhões.

⁷¹ “Promoção de pólos endógenos de desenvolvimento rural integrado e sustentável, indutores de qualidade de vida e criação de bem comum, através do fortalecimento dos actores sociais, inclusão social, capacitação e eficiência colectiva, aumento da segurança alimentar, criação e diversificação de rendimento, transformação e qualificação da oferta e acessibilidade aos mercados, ao crédito e aos financiamentos.” (<http://www.ipad.mne.gov.pt/Paginas/default.aspx>).

⁷² (<http://www.ipad.mne.gov.pt/Paginas/default.aspx>).

⁷³ “Negócios, muito mais que governos ou organizações governamentais (ONGs) encontrar-se-ão no lugar do condutor.” (T.A.)

função das suas características estruturais e dinâmicas, determinando as políticas de ajuda em consonância com os seus objectivos, em detrimento das políticas do país beneficiário (Foster, 1999); a crença de serem os países industrializados, “detentores” de know-how e de capital, os responsáveis pelo planeamento e execução dos projectos, não tendo em conta as especificidades de cada povo; a constante sobreposição e substituição das ONG’S ao papel do governo, com programas não inseridos nas políticas nacionais, acabando por criar outras vulnerabilidades e fragmentações nos sistemas existentes geram, ao mesmo tempo, profundas desigualdades (Pfeiffer, 2003). Assim, os organismos internacionais deveriam desempenhar mais um papel catalisador, de prestação de serviços, de apoio e recursos, numa função compartilhada com os governos, principais responsáveis pela implementação e gestão do sector de público, saindo da cena como actor principal (Hartwig, 2006).

Outra crítica apontada, fundamenta-se pela inadequação do diálogo, coordenação e colaboração entre as diversas agências de ajuda humanitária e entre estas e os serviços locais; por vezes pouca transparência na utilização dos fundos, dificultando o seu controlo por parte do governo; agências preocupadas e “pressionadas” com os resultados da intervenção e com as “imagens comercializáveis”, passando para segundo plano a sustentabilidade e o desenvolvimento futuro dos programas; as burocracias que envolvem o próprio investimento, mesmo que a situação exija soluções urgentes (Goyens, 1996).

No decorrer do trabalho compreendemos as questões de desenvolvimento através do novo actor de cooperação, o sector privado. No contexto específico de Moçambique, incidindo no sector das empresas petrolíferas, este atinge uma normativa particular. A forma como as empresas empregam o seu discurso ético no país está intrinsecamente ligado, salvo algumas excepções, às políticas do estado e a cláusulas contratuais. A percepção de RSE envolve, desta forma, apenas dois actores, a empresa e o governo, utopicamente a comunidade pois na prática não se tem concretizado.

Na intervenção dos actores privados, que é o tema central do presente trabalho, no contexto específico de Moçambique, numa continuação da crítica aos motivos e efeitos das políticas de cooperação, observamos exemplos de empresas petrolíferas e turísticas, que projectam África e, conseqüentemente em Moçambique, uma potencial fonte de lucro, investindo no continente através da expansão de novos mercados, bem como no uso de novas tecnologias em nome do desenvolvimento das comunidades, mas sem a participação das mesmas. Por outro lado, sendo um país que apresenta grandes lacunas a nível de infra-estruturas (importante no sucesso dos seus investimentos) e de forma a colmatar estas insuficiências, intervêm com estratégias “filantrópicas”, projectos de RSE, de forma a facilitar o acesso às comunidades locais e à sociedade civil, protegendo e expandindo os seus mercados, fazendo “desenvolvimento comunitário” em seu próprio benefício (Barnes, 2005).

Apesar destas opiniões, de certa forma extremistas, da cooperação e do investimento na AE, porém, não se deverá menosprezar os esforços dos agentes de cooperação, bem como negar

os resultados positivos que se têm verificado, nomeadamente a nível da saúde e da educação no país, ou no fortalecimento da cooperação entre organizações internacionais e na criação de parcerias com o sector privado.

Porém, esta cooperação ainda se encontra em estágios muito incipientes respeitante ao sector petrolífero. O governo de Moçambique, por informações facultadas em contexto de entrevista⁷⁴, é extremamente fechado no que respeita à colaboração das organizações da sociedade civil no que respeita à integração destes nos projectos desenvolvidos no âmbito do fundo social. Como referiu o Director Executivo da Joint – Simão Tilã (Maio 2012) “Nada está a ser feito de RSE em Moçambique e as poucas acções são eventos mediáticos, com o objectivo exclusivo de retorno para a marca.” Afirmando que não existe cooperação entre empresas e ONGs e que “Tudo o que fazem aliados ao governo é para lavagem de dinheiro, caso contrário, fariam junto de ONGs”.

Pelas parcas políticas de informação e transparência, a sociedade civil encontra-se à margem do debate e pouca informação é lhes transmitida. Como já referido, as ONGs em Moçambique têm alcançado um papel principal nas questões de desenvolvimento, gerando por vezes conflito com os próprios interesses do Estado todavia, em termos de projectos de RSE, seria enriquecedor a contribuição destes no debate. O papel das ONGs, além de parceiras, a sua intervenção poderá contribuir para a criação de uma critica construtiva da actividade da empresa, assegurando que estas sejam “*socially responsible to communities and to the environment they operate in*”⁷⁵ (UN Global Compact Report, 2007:10). Desempenhando um papel de monitorização do cumprimento das obrigações legais por um lado e, por outro, ao serem as entidades que se encontram mais próximo das comunidades, de fiscalização das informações reportadas nos relatórios de sustentabilidade, criando pressão para a veracidade destes.

Após diversos contactos - GMD; Joint; WWF⁷⁶ – compreende-se que o conceito de RSE é um conceito recente no país, pouco regulamentado, denotando-se a pouca vontade tanto das empresas, bem como do governo em demonstrar os mecanismos do investimento em projectos sociais. Se, como Frynas (2009) refere que as empresas petrolíferas desenvolvem estratégias bem delineadas de melhoramento da performance no domínio social, devido à dependência dos mercados e da reputação a nível internacional e, se nos países onde estas estão sediadas, trabalham, de modo geral, directamente com organizações da sociedade civil, torna-se difícil de justificar a discrepância de estratégia e falta de ligação que esta dimensão atinge em países de baixa renda, neste caso específico, em Moçambique.

⁷⁴ Entrevista (08-05-2012): Dr. João Manjate – Director de Administração e Finanças do INP.

⁷⁵ “responsabilidade social para a comunidade e para o ambiente onde operam” (T.A.)

⁷⁶ Entrevistas Maio 2012:

GMD – Jerónimo Napido – Director Executivo;

Joint – Simão Tilã – Director Executivo;

WWF – Sean Nazareli – Director de Projectos

Pelas informações transmitidas (em contexto de entrevista - ver nota de rodapé nº9) e, e pelas organizações da sociedade civil entrevistadas serem plataformas de outras organizações, dispondo informações sobre as mesmas, verifica-se que, actualmente, não existe nenhuma parceria, apoio ou articulação entre este actor, as empresas e o governo originada por uma sociedade civil com poucos recursos financeiros e de know-how. Um exemplo demonstrativo da crescente consciencialização da necessidade de se colmatar esta lacuna, entre os três actores, foi o financiamento da Embaixada do Canada a ONGs. Esta financia, actualmente, dois projectos paralelos sobre RSE, um direccionado ao MIREM e outro a ONGs, motivado pelos poucos recursos destas ultimas em Moçambique “Tendo em conta que grande parte das ONGs não têm fundos disponíveis para participarem nos debates, faltando-lhes capacitação, conhecimento e *awerness*, a embaixada está a financiar a WWF, por ser a organização que gere os fundos da plataforma da sociedade civil, para que possa participar no debate e trazer ideias e dados novos para a discussão”⁷⁷

O *cluster* de cooperação encontra-se então desfragmentado⁷⁸, sem articulação de responsabilidades dos actores afectos a este. A mecânica poderá ser definida da seguinte forma:

- empresas aproveitam-se do imposto pago ao estado para informarem os seus stakeholders e a opinião pública da sua actuação socialmente responsável, produzindo uma imagem credível nos mercados internacionais, como visualizado através da análise aos relatórios de sustentabilidade da Galp;
- o governo utiliza o imposto pago para o fundo social para conduzir, segundo as suas directivas, os projectos de investimento social, pois o processo que envolve a selecção, monitorização, implementação fica exclusivamente a cargo deste⁷⁹;
- as organizações da sociedade civil encontram-se à margem, não contribuindo para o debate nem para a definição das estratégias, sem qualquer tipo de acesso a informação⁸⁰;
- a comunidade não intervém no processo de decisão nem de consulta de necessidades (Castel-Branco, 2008).

Podemos, então, concluir que não são estabelecidas ligações eficazes entre os diferentes intervenientes, condicionando o desenvolvimento eficiente das comunidades que são sujeitas aos impactos das actividades de exploração das empresas, vislumbrando a necessidade de novas orientações e formulações estratégicas de RSE, incluindo todos os actores e germinando o *empowerment* das comunidades e a minimização dos impactos do sector.

⁷⁷ Entrevista Chloe Baundery – Especialista de Cooperação da Embaixada do Canada – 14-05-2012

⁷⁸ Na perspectiva da comunidade.

⁷⁹ Informação facultada em contexto de entrevista com INP

⁸⁰ Informação facultada em contexto de entrevista com INP

O exemplo da Coca-Cola

Desviando o foco da pesquisa, como forma de exemplificar o acima mencionado, o caso da Coca-Cola num projecto específico de RSE demonstra o espaço de entrecruzamento de todas as partes, neste novo *cluster* cooperação. A Coca-cola é uma empresa multinacional americana representada em todo o mundo, não necessitando de apresentações. Moçambique não é excepção e encontramos a sua presença em qualquer local de norte a sul do território nacional. Numa análise superficial, a empresa atinge a imagem de “good corporate citizenship” nos EUA, na dimensão económica, social e ambiental. Como refere Dartey-Baah (2011), um dos maiores erros é transpor pressupostos formulados num contexto para outro sem se proceder a reformulações. O caso da Coca-cola é exemplo disso. Ao analisar o relatório de sustentabilidade da empresa, frases como *“Reasons to believe in a better world” encontram-se em grande plano, demonstrando o compromisso com a comunidade. Inserido no Global Reporting Initiative o relatório reporta às actividades sociais num mundo global onde “across our system, good things are happening”*⁸¹ (Coca-cola, 2010/2011)

Em Moçambique a situação é brutalmente diferente. Não existe nenhuma estratégia definida de RSE ao contrário do que acontece noutros locais. Através de informações facultadas por entrevista ao chefe de departamento⁸² de Marketing (departamento que também desenvolve as acções de responsabilidade), compreende-se que apenas agora começam a dar os primeiros passos nessa direcção. Sem nenhuma estratégia prévia, é disponibilizado por ano 1% do lucro da empresa para projectos de cariz social, sendo este montante aplicado consoante a proposta para a realização de projectos⁸³, posteriormente aprovados em conselho de administração, delimitados no formato de apoio e/ou patrocínio. Não existe monitorização, acompanhamento ou avaliação do desenvolvimento do projecto sendo, inclusive, este o primeiro ano em que empregaram esforços na elaboração de um relatório de sustentabilidade social (ainda não tornado publico).

O interesse desta empresa prende-se exclusivamente em termos exemplificativos da cooperação entre os diferentes actores, formulado no conceito do *cluster* da cooperação. Entre o Ministério da Saúde (MISAU) e a Coca-cola foi celebrado uma parceria na área da saúde entre estes dois e a Clinton Foundation. Devido aos poucos meios de distribuição do MISAU e pelo stock deficitário de medicamentos deste, foi concebido um projecto que permitisse responder às necessidades de fornecimento de medicamentos às comunidades mais isoladas. A Coca-Cola tem excelentes meios de distribuição, obtendo uma cobertura quase total do território nacional, a Clinton Foundation tem verbas disponíveis para a aquisição de

⁸¹ “Razões para acreditar num mundo melhor” encontram-se em grande plano, demonstrando o compromisso com a comunidade. Inserido na Iniciativa do Relatório Global o relatório reporta às actividades sociais num mundo global onde “ao longo do nosso sistema, coisas boas estão a acontecer” (T.A.)

⁸² Importante notar que só há um ano e meio é que foi criado este departamento.

⁸³ Poderá ser das autoridades locais, de informações de trabalhadores, ONG's que solicitam apoio, entre outros.

medicamentos, sendo o acesso à saúde um dos pilares estruturais da fundação. Num contexto de graves assimetrias entre populações em contexto urbano e rural (70% vive em espaços rurais, segundo dados do INE), estas últimas não têm disponível uma rede de sistema de saúde eficaz estando, neste contexto, a índole do projecto justificada e de grande utilidade.

Embora seja precipitado retirar conclusões deste, por ainda não ter sido iniciado, este projecto além da sua extrema importância, faz transparecer uma colaboração eficiente entre todos os intervenientes: o sector privado, através da actuação socialmente responsável, coloca ao dispor os seus mecanismos de distribuição; a fundação, cumprindo um dos seus pilares fundamentais, apoia no fornecimento de medicamentos não sustentáveis pelo plano orçamental do ministério; ambos interferindo de forma benéfica no domínio público, suprimindo as necessidades do governo e, criando o essencial apoio às comunidades com graves carências na área da saúde.

Capítulo IV - Estudo de caso da GALP Energia SGPS

A Galp Energia, SGPS S.A.⁸⁴, com centro de decisão em Portugal, é empresa portuguesa do sector energético e a responsável pela reestruturação deste sector no país. Em Abril de 1999 foi constituída tendo ficado com 100% do capital da Petrogal⁸⁵ e da Gás de Portugal⁸⁶. O intuito da fusão destas duas empresas foi, em primeiro lugar, a criação de competitividade nos mercados internacionais, uma gestão dos recursos integrada, melhorando significativamente a produtividade da mesma e capacitação para a solução de respostas aos clientes.

Neste sentido a empresa, desde a sua constituição, passou por diversas fases de privatização do grupo. Se o Estado Português, maior accionista em 1999, era detentor de 55% do capital, em 2002 com as privatizações culminou com a alienação na bolsa de valores de 21% e actualmente detentora de 7% da empresa.

Contudo, antes de nos debruçarmos mais sobre este assunto teremos que compreender o enquadramento histórico-político que levou à existência desta empresa.

⁸⁴ Os presentes dados foram retirados da tese de mestrado realizado por Luís Sítima no ISCTE em 2002: A Mudança Estratégica e Impacto ao Nível da Cultura e Clima Organizacional (O Caso da Galp).

⁸⁵ Empresa responsável pela produção e exploração de petróleo e na refinação e comercialização de produtos petrolíferos.

⁸⁶ Empresa responsável pela importação e transmissão de gás natural da Transgás, e à distribuição de gás natural.

4.1 Breve contextualização da história da Galp

Desde o século XIX até 1938 conseguimos visualizar as primeiras relações ao petróleo, através da comercialização deste por companhias internacionais que, através de parcerias, se expandiram no território.

Porém, só a partir de 1938 a SACOR - Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos de Portugal efectuou a escritura “Estatutos foram reduzidos a escritura pública outorgada aos 28 de Julho de 1938 e publicada em “Diário do Governo”, 3ª Série, 30 do mesmo mês e ano” (*in* Estatutos SACOR). O alvará de licença foi concedida três meses antes da escritura à Sociedade Romena REDEVENTZA para exploração e comércio de produtos e criação da refinaria de petróleo e seus derivados “ A Redeventaza, no prazo de cento e vinte dias, a contar da data do alvará, terá constituído uma sociedade portuguesa com o capital de 15:000.000\$, que será a única titular reconhecida desta licença. O Estado reserva-se o direito de opção sobre o terço deste capital. A escritura de constituição de sociedade será submetida a prévia aprovação do Governo.” (*in* Alvará de Concessão 4º: 4). Tendo a SACOR sido constituída por 1/3 do capital do Estado Português e presidida pelo Dr. Eduardo Fernandes Oliveira (ex-ministro da Agricultura) e por Martin Sain da Redeventza (vice-presidente).

Os investimentos seguiram-se em força a partir do momento da criação da SACOR, em consequência das necessidades do mercado interno e ultramarino e pela crise do carvão, pelo que o Estado Português em 1951 exigiu o aumento da refinaria, prorrogando a licença por mais 25 anos e estendendo-o às colónias portuguesas.

O Estado Novo, embora apenas com 1/3 do capital, exercia um papel controlador no que respeita à intervenção e tomadas de decisão da empresa, “este protecçãoismo governamental, embora exagerado, justificava-se pela imposição de um número fixo de anos de exploração, findos os quais a empresa se tornaria pertença do Estado. A própria refinaria assumia-se como um pólo de bem-estar social, via criação de emprego e desenvolvimento industrial” (Sítima 2002:120).

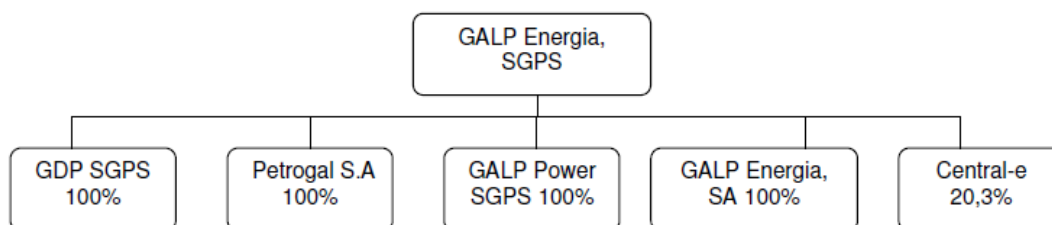
Verificada esta intervenção do Estado Novo no sector privado através dos relatórios dos Planos de Fomento, contudo o que está descrito nestes, “ é um plano imperativo no tocante aos investimentos exclusivamente públicos; é um simples plano programático no que respeita aos investimentos da iniciativa privada” (I Plano de Fomento: 14) têm, contudo, na prática (como vimos no acima descrito) uma actuação interventiva e condicionante percutida pelo regime. Resumidamente, “Pode se dizer afoitamente que I Plano de Fomento, aprovado pela Lei nº 2058, de 29 de Dezembro de 1952, marca uma nova fase nos métodos da administração pública em Portugal. Com efeito, uma vez assegurado o equilíbrio das contas públicas, graças à ordem financeira instaurada a partir de 1928, foi possível iniciar-se a prática de subordinar a resolução dos grandes problemas económicos nacionais à disciplina de um programa administrativo e financeiro sistemático para cada caso, de forma a permitir uma acção

continua, por vários anos, com a garantia da inscrição orçamental dos recursos necessários” (pág 11).

Contudo, dois anos após o fim do regime, com a mudança da ideologia política e com a constante liberalização dos mercados, surgiu a Petrogal – Petróleos de Portugal, S.A. que foi constituída pela fusão de quatro empresas a SACOR (1938), a SONAP (1933), a CIDLA (1940) que detinha 51% da SACOR e por fim a PETROSUL. Após diversas fusões e na tentativa de acompanhar os mercados globais aumentando a competitividade, foi constituída a GALP Energia, resultado do legado histórico que remonta ao início da indústria energética em Portugal contextualizado no ponto acima indicado. Actualmente é a principal empresa integrada de produtos petrolíferos e gás natural do país, com uma actividade em desenvolvimento no sector da produção e de fornecimento de energia eléctrica.

4.1.2 GALP e a sua constituição actual

A empresas anteriores à constituição da GALP passaram por diversos processos de internacionalização, fruto do legado do sistema colonizador de Salazar. Actualmente, a empresa é composta organizacionalmente pela junção de várias empresas (ver Figura 6 e 7 - organigrama estrutural do grupo Galp Energia). Com a missão de internacionalização, a empresa tem apostado em diversos mercados, com uma forte evidência dos antigos mercados coloniais de Portugal, em que o país mantinha relações de poder e domínio político e económico, nomeadamente, Angola, Moçambique, Brasil, Timor-Leste. Neste sentido, verificamos a motivação desta expansão fundida com a herança deixada pelo Estado Novo, impulsionado pelos objectivos nacionais de monopólio. Identificamos porém, como a estratégia basilar da empresa o mercado ibérico, mas nunca descurando o desenvolvimento de actividades em outros pontos do globo,



Fonte: Relatório e Contas GALP 2008

Figura 6. Organigrama estrutural do Grupo GALP Energia – Galp 2009



Figura 7. Participação actual dos accionistas – Galp 2009

4.1.3 GalpEnergia em Moçambique

A Galp, com presença em Moçambique, é representada no território por uma empresa denominada Moçacor que, até há bem pouco tempo, era responsável, em regime de exclusividade, pela distribuição do gás em Moçambique. No final de 1997, foi criada a Petrogal Moçambique que tem como objectivo a pesquisa e exploração de petróleo e gás natural, exploração de postos de combustíveis e comercialização de produtos de refinação. A *Holding* portuguesa GALP Energia (anteriormente Petrogal SA) é, então, a actual titular do capital social da Petrogal Moçambique.

A Petrogal Moçambique detém 76% da Moçacor e os restantes 24% são detidos pela Petromoc-Petróleos de Moçambique, SARL. A criação da Petrogal Moçambique visou, não só apoiar a Moçacor a melhorar a sua qualidade de serviços na distribuição do gás, bem como construir uma rede de postos de abastecimento para a distribuição de líquidos e lubrificantes. Tendo esta empresa iniciado a sua actividade no primeiro semestre de 1999, possui já 12 postos de abastecimento no território moçambicano, designadamente nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Nampula e Cabo Delgado.

A guerra civil afectou praticamente todos os sectores económicos de Moçambique, a Moçacor não foi excepção, tendo passado por uma fase de estagnação, motivado por problemas políticos, sociais e económicos. Na tentativa de combater estas dificuldades têm-se vindo a verificar a implementação de políticas no sentido de a tornar mais competitiva, objectivo alcançado pelo facto de esta ser a empresa no sector com maior peso e predominância no território nacional.

4.2 Responsabilidade social da Galp no panorama português

As empresas, particularmente as do petróleo, sofrem com a pressão dos mercados internacionais e são extremamente dependentes destes, o que lhes impõem em termos de concorrência, a criação de uma boa imagem e boa reputação. Existem diversas teorias, como já vimos, sobre modelos conceptuais de RSE, uma das principais formas de análise é através da relação entre a corporação e os seus stakeholders (“teoria dos stakeholders” Clarkson, 1995). Defendendo esta perspectiva de análise, no caso específico da GALP, pela mudança brutal de estratégia de actuação socialmente responsável, mediante o local onde opera. O que pressupõe que poderá depender, tanto do contexto, como pela pressão e influência que os stakeholders atingem no domínio público. Os stakeholders, como Clarkson refere (1995:106 e 107), podem ser o principal condutor de transmissão para a opinião pública do comportamento adequado ou inadequado da empresa, atingindo positivamente ou negativamente toda a sua performance. A Galp não é excepção e, não acreditando em boa vontade das empresas porque, como vários autores referem, não é essa a sua função primordial, têm levado a cabo diversas estratégias socialmente responsáveis nos países onde desenvolvem a actividade.

A partir da análise ao site e aos textos e imagens facultados neste local podemos, desde logo, compreender o discurso cuidado e estratégico que a empresa quer transmitir a todos os seus visitantes. Responsabilidade Corporativa e Sustentabilidade é o slogan de marca da empresa, no sector da sustentabilidade, com alusões a um mundo global em que todo o sistema que nos rodeia vive em harmonia. A produção discursiva da Galp transporta-nos para uma empresa consciente e sustentável “A Galp Energia tem plena consciência da sua responsabilidade em fornecer soluções energéticas integradas de uma forma segura e sustentável e esforça-se continuamente na garantia do bem-estar de todos os mercados onde opera no mundo”⁸⁷ São enfatizadas quatro dimensões (i) “o nosso compromisso”; (ii) “uma actividade sustentável”; (iii) “segurança, ambiente e qualidade” (iv) “dimensão social”. O desenvolvimento sustentável, ou por outra, “a eficiência sustentável” é uma das maiores estratégias da empresa demonstrando a preocupação com os impactos ambientais da sua actividade. A dimensão social atinge diversas formas estratégicas, as que incorporam o discurso prático e as que, depois da pesquisa de terreno, se revelaram bastante distintas das mensagens textuais transmitidas.

Antes de nos debruçarmos sobre o estudo de caso da Galp em Moçambique, e para que sirva como ponto de comparação da actuação da mesma empresa em contextos diferentes será, muito brevemente, analisado a fundação Galp, veículo da actividade socialmente responsável da empresa em Portugal.

⁸⁷ www.galpennergia.com

A fundação GALP foi criada em 2009 estabelecendo-se como a *social-brand* do Grupo, pretendendo responder às necessidades sociais das populações onde realiza as suas actividades lucrativas. Estas são levadas a cabo através de protocolos, apoios e parcerias com entidades públicas e sem fins lucrativos e públicas, através da inserção do discurso ético responsável.

A missão da fundação “ (...) consiste em integrar e gerir as preocupações sociais e ambientais na cultura e na actividade da organização e na interacção com todas as partes interessadas, implementando boas práticas, princípios de ética, de transparência e de bom governo e projectos de responsabilidade social. Deste modo, consegue-se envolver todos os colaboradores nos vários países em que a Empresa actua.” (Relatório de Sustentabilidade 2010:148).

Sucintamente os objectivos da fundação resumem-se em quatro:

1. “Contribuir para a comunidade nos domínios social, ambiental, cultural, educativo e científico;
2. Contribuir para a conservação do património histórico e tecnológico do sector energético em Portugal;
3. Participar em projectos de carácter científico que promovam a investigação em energia;
4. Desenvolver iniciativas que visem a minimização do impacte da actividade do sector energético no ambiente.” (Relatório de Contas, 2009)

A fundação compromete-se, por este meio, com a sociedade para o seu bem-estar. Através dos lucros, sem os quais a fundação não existiria, funda todo um departamento constituído por especialistas, para satisfazer as necessidades da comunidade. Um esforço notável, longe do conceito de filantropia, com o objectivo de gerar uma boa imagem junto da opinião pública e satisfazer as exigências dos seus stakeholders, actuando de forma sustentável. Porém, a realidade em contextos diferentes revela contornos bastante distintos.

4.3. Relatório de Sustentabilidade – Discurso vs Prática

A empresa está inserida no contexto social onde opera e as acções de cariz social fazem os relatórios de sustentabilidade o seu veículo de excelência (Reichardt, 2006). São estes que lhes permitem comunicar as suas acções, demonstrar o seu valor e revelarem-se transparentes no conjunto das dimensões de actuação: económicas, sociais e ambientais, ao que Elkington denomina de “*triple bottom line*” (Elkington, 1999).

A GalpEnergia não é excepção, publicando as suas responsabilidades, tanto a nível nacional como internacional num discurso directo aos stakeholders, à disposição de todos no sítio da internet. Apresenta um relatório cuidado, demonstrando a preocupação no domínio social, em todos os locais que desenvolve a sua actividade lucrativa. No caso específico de Moçambique, é nos transmitido pelo relatório de sustentabilidade que desenvolvem acções de RS no consórcio na Área 4 *offshore* do Bloco de Rovuma, que conta com 10% da participação da empresa.

No que respeita aos relatórios de sustentabilidade em Moçambique (ver Anexo H referente ao relatório recebido via e-mail pelo departamento da Galp Internacional quando questionados sobre os projectos de RS no país), não existe uma obrigatoriedade legal das empresas para publicarem as suas actividades, criando que esta seja disseminada de forma pouco clara e pouco metódica, inclusive no contexto africano, os relatórios são muito incipientes e as poucas que fazem “(...) *are still not using the anual or sustainability report as na effective tool to build stakeholders relationships and trusts*”⁸⁸ (Reichardt, 2006:172)

Porém, a Galp, ao ser uma empresa portuguesa, publica o seu relatório de sustentabilidade anualmente, informando das suas actividades. Neste relatório, são salientados as seguintes acções desenvolvidas em Moçambique:

- “• Continuação da implementação de um plano de emergência médica a nível nacional em Moçambique;
- Estudos de análise de impacto ambiental para a campanha de perfuração de 2011 em fase de finalização;
- Continuação da implementação de projectos sociais na província de Cabo Delgado, em colaboração com o Ministério de Minas (MIREM-INP) e as autoridades locais, para a reabilitação de infra-estruturas de abastecimento de água às populações dos distritos de Palma, Mocímboa da Praia e Macomia;
- Realização de um estudo prévio de exequibilidade de saúde (health pre-feasibility study) na província de Cabo Delgado, com o objectivo de criar uma lista de prioridades nas intervenções que melhorem o serviço de saúde no distrito de Palma (relatório final em fase de preparação);
- Formação e apoio institucional aos técnicos do Instituto Nacional de Petróleo e da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos;
- Participação na iniciativa moçambicana Extractive Industries Transparency Initiative, uma iniciativa de transparência das indústrias extractivas, com o patrocínio do Ministério de Minas (MIREM).” (Relatório de Sustentabilidade 2010:152/153 – consulta on-line).

⁸⁸ “continuam por não usar o relatório anual ou de sustentabilidade como uma ferramenta efectiva para criar uma relação de confiança com os stakeholders” (T.A.)

Antes da análise ao relatório, é necessário referir que a primeira questão, que no decorrer da investigação surgiu quando, ao inquirir o responsável máximo da Galp em Moçambique⁸⁹ sobre o ponto de situação dos projectos mencionados no relatório, este demonstrou o total desconhecimento da existência destes ou de qualquer outra acção de RSE no país. Ao se ler o relatório de sustentabilidade, existe todo um discurso sobre a motivação que leva a empresa a actuar de forma responsável em todos os locais onde opera. Verifica-se um inexistente conhecimento das mesmas acções pelos elementos representativos da empresa em Moçambique onde estas acções são desenvolvidas "(...) no nosso relatório de sustentabilidade (ver cópia em anexo) vêm referências a estas situações a qual eu desconheço completamente." (informação transmitida pelo Dr. Abílio Madalena – representante da Galp em Moçambique- por correio electrónico – Março 2012)

Através dos contactos estabelecidos com a Galp⁹⁰, fui informada que a actividade da empresa, na área 4 da bacia de Rovuma, corresponde a 10% de investimento de capital financeiro sendo a operadora a ENI e, então, esta a portadora da informação sobre os projectos de âmbito social. Foi-me facultado o relatório das actividades de RSE pela operadora, sendo a informação equivalente à do relatório de sustentabilidade da Galp. Junto desta informação veio anexada a cláusula do contrato, (ver figura 8)

18.7 The Concessionaire shall pay to the Government two hundred and fifty thousand United States dollars (US\$ 250 000) for social support projects for the citizens of the Republic of Mozambique in areas where Petroleum Operations take place. The Concessionaire may recommend social programs to be funded by the Concessionaire and if agreed by the Government the agreed amount of funding shall be used as a credit against the following year social support obligation. The first payment shall be made within thirty (30) days from the Effective Date. Such annual amount to be paid by the Concessionaire until a total amount of one million United States Dollars (US\$ 1,000,000) has been paid in full.

Figura 8 – Cláusula contrato de concessão

A mencionada cláusula refere que a concessionária encontra-se obrigada, mediante a celebração do contrato de pesquisa e exploração, a pagar 250 mil dólares por ano para projectos de apoio social, ou seja, para o imposto denominado de fundo social, já abordado anteriormente, até completarem o total de 1 milhão de dólares (equivalente a quatro anos de exploração e pesquisa).

⁸⁹ Dr. Abílio Madalena – informações facultadas via correio electrónico em Abril de 2012

⁹⁰ Colaboradores indicados pelo responsável máximo do departamento da Galp Internacional, Dr. Carlos Bayan Ferreira – informações facultadas via correio electrónico em Abril de 2012

O entendimento desta cláusula reporta o relatório de sustentabilidade da Galp para um espaço vazio. Como já indicado, um imposto não poderá ser considerado como RS, no âmbito que esta é de carácter voluntário (Carroll, 1991, 1999; Banerjee, 2007; Frynas, 2005; Blowfield, 2005). A situação seria diferente caso existisse legislação específica sobre RSE, mas tal não acontece em Moçambique.

Posterior análise das acções referidas compreende-se a sua inserção em duas esferas distintas, a primeira: projectos de apoio social no âmbito do imposto e a segunda: estudos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), exigido à empresa antes do início da pesquisa e exploração. Não são conhecidos quaisquer projectos para o desenvolvimento da comunidade realizados pela concessionária fora do limite do fundo social, como se verifica na Statoil (aquisição de frigorífico) e a Anadrako (extensão da rede de rádio).

A deliberada utilização do exigido legalmente pela empresa, como forma de preenchimento do seu relatório, gerando uma falsa veracidade de informação, em carácter especulativo, poderá originar em diversos factores (i) pressão dos mercados internacionais para a imagem da empresa com um bom código de conduta (ii) necessidade do relatório social satisfazendo os stakeholders (iii) pressão a nível internacional com maior peso desde a comunicação de Kofi Annan para a importância do Global Reporting Initiative, (iv) falta de entidades fiscalizadoras da informação patente nos relatórios, (v) redução do conflito entre a empresa e as comunidades, (vi) pressão dos governos, entre outras.

Se verdadeiros estes factores, a RSE encontra-se intrinsecamente ligada ao contexto onde é aplicada. A conduta responsável da Galp em Portugal atinge uma performance exemplar de envolvimento com a comunidade, desempenhada pela Fundação Galp, independentemente do carácter mediático das acções e o marketing para a marca. Em contrapartida, quando observamos o seu desempenho em Moçambique, o carácter responsável é estritamente imposto. Se, para o governo de Moçambique, este imposto significa investimento directo para o desenvolvimento em áreas com escassez de assistência social (Blowfield, 2005), para as empresas, ao procurarem novas zonas de exploração, que necessitam de licenças, geralmente operando em áreas com graves lacunas de apoio social, através deste mecanismo é lhes “permitida” a despreocupação de toda a parte operacional e definição de políticas de RS, ficando esta, exclusivamente, a cargo do Estado. Questões de participação da população, diagnóstico de necessidades, articulação com os diferentes actores, incluindo o estado, deixa de ser uma preocupação, passando apenas a pagarem pela sua presença e pelos impactos da sua actividade a nível ambiental e social. As opiniões poderão divergir neste domínio, como Frynas refere, *“Most basically, perhaps, as oil companies are not development agencies, they*

do not tend to prioritize overall development goals, so there are inherent limitations on the contribution social initiatives can make to the greater whole."⁹¹ (2005:593).

Se existem autores que afirmam que as empresas não têm condições nem motivação para serem actores de desenvolvimento, do outro lado há quem defenda que, ao estarem inseridos num contexto social e gerando impacto às comunidades envolventes e para o meio ambiente, torna-se impreterível o apoio social e a sua actuação sustentável, pois a sua actividade não é uma ilha isolada do restante contexto.

O contexto africano compreende particularidades que levam à criação de modelos diferentes dos formulados noutras realidades, porém a sua análise deverá compreender movimento e uma visão holista, contrariamente, a uma interpretação estanque das suas dimensões. Se, num passado recente, a função primordial das empresas era a vertente económica, actualmente, com os efeitos da crise económica e das catástrofes ambientais, a empresa não poderá funcionar numa vertente exclusivamente de obtenção de lucro, menosprezando as outras dimensões. Numa visão holística as dimensões não são colocadas em posições diferentes, porém podem atingir significados e importâncias distintas aquando da sua aplicação. No caso, destes dois autores (Carroll e Visser) a fase filantrópica disposta numa fase anterior à legal, iria gerar conflitos de diversas ordens, inclusive entraria em conflito com a supremacia do estado e dos seus cidadãos. A empresa não deverá, dar mais importância às acções filantrópicas do que cumprir os requisitos legais que o estado lhe impõe.

A aplicação de um modelo conceptual que englobe todas as dimensões de responsabilidade, tanto ao nível interno como externo à empresa; em que o discurso empregue nos relatórios fosse fiscalizado por entidades independentes, exigindo a veracidade dos mesmos; o entendimento que a exploração dos recursos naturais de um país deverá ser benéfico para as comunidades, gerador de riqueza e um elemento impulsionador de desenvolvimento em que a participação destas no processo é imprescindível; aliado à boa gestão governamental; e à activa participação das organizações da sociedade civil; poderia diminuir o risco de aumentar o fosso entre ricos e pobres tão característico em países "abençoados ou amaldiçoados" com recursos naturais. Moçambique encontra-se nesta fase crucial e os relatórios de sustentabilidade tornam-se necessários como forma de mensurar as actividades da empresa, não só como forma de dar a conhecer dados financeiros aos stakeholders, como transmitir à comunidade e à opinião pública, material consistente e fiel da performance transparente, ética e sustentável desta. Defende-se, então, que um dos pontos de partida seria a sua regulamentação e conseqüente fiscalização.

⁹¹ "Basicamente como as comunidades de petróleo não são agências de desenvolvimento, não tendem a priorizar metas gerais de desenvolvimento, por isso há limitações inerentes na contribuição que as iniciativas sociais podem fazer para melhorar o bem-comum." (T.A.)

Outro dos desafios, numa visão mais antropológica (Rajak, 2006), é que a RSE seja vista no rol de interligações estabelecidas entre a empresa e o contexto envolvente e não como uma máquina separada do seu contexto. Os relatórios seriam uma forma de excelência para este fenómeno. Como analisamos, o relatório da Galp, explicita exclusivamente, actividades incorporadas no fundo social ou na AIA, sem existir qualquer referência ao colectivo social que a compõe. As imagens do relatório e os slogans incorporam esta vertente mas o discurso factual não. A promoção deste discurso e envolvência da empresa criaria uma ligação maior à comunidade, um maior conhecimento das suas necessidades, o verdadeiro empowerment da população, delineando estratégias eficientes, afastado do actual conceito da comunidade enquanto sujeitos passivos das suas impostas “boas acções” de RSE e de consequente “lavagem da imagem”.

Conclusão

O presente estudo, incidindo sobre os mega-projectos, teve como objectivo verificar a existência de um novo *cluster* da cooperação através das actividades socialmente responsáveis do sector privado petrolífero em Moçambique. Uma primeira conclusão se pode retirar: o “paradoxo da abundância” é uma realidade inalienável da maioria dos países do hemisfério Sul. Moçambique sendo uma das economias mais emergentes, com a descoberta de existência de gás e petróleo, mantém um dos Índices de Desenvolvimento Humano mais baixo do mundo, sem significativas melhorias da qualidade das populações envolvidas à actividade. (Castel-Branco, 2011). Autores questionaram esta controvérsia, países de baixa renda mas ricos em recursos naturais serão na realidade “abençoados ou amaldiçoados”. Diversos exemplos mostram que, não é tão linear o desenvolvimento económico e social pela existência e exploração dos recursos do país. Facto aplicado a Moçambique, caso o governo não tome medidas e políticas de protecção no que respeita a este sector e não utilizando uma boa gestão dos fundos, o vácuo entre ricos e pobres tornar-se-á mais evidente, incluindo as populações envolvidas que deveriam ser as principais beneficiárias pelo impacto socio-ambiental criado por estas.

Se em termos de impacto financeiro os mega-projectos contribuem com uma mínima parcela, em termos de sociais e através da actividade socialmente responsável a situação não é muito diferente. Em primeiro é preciso mencionar que as conclusões que se apresentam referentes à empresa Galp poder-se-ão aplicar, com a devida precaução que as transposições representam, às outras empresas petrolíferas, pois o seu enquadramento permitiu a visualização da problemática integrada na actividade global petrolífera.

O conceito de RS, compreendido como ponto de partida para a investigação de terreno, realizada em Maio de 2012, em Moçambique, alterou-se, transformando-se num conceito permeável a vários contextos, situações e interpretações dos seus actores. A formulação do

conceito é totalmente díspar da premissa formulada numa base teórica, analisada e contextualizada nos países do Norte.

Demonstrando o processo que envolve a RS da Galp e das outras empresas petrolíferas este inicia-se a par da intenção de investir no país. A empresa é obrigada a pagar contratualmente um imposto denominado de “fundo social”. Ao ser pago, este é naturalmente entregue ao governo de Moçambique que o administra em projectos intitulados de acção social para as comunidades das províncias onde as empresas operam, coordenado pela comissão interministerial (MIREM, INP e MPD). Em primeiro, em termos contratuais este fundo corresponde à cláusula – artigo 18º do contrato de pesquisa e exploração, (modelo de contrato disponível no INP) porém esta específica cláusula é negociada sigilosamente, sem que a sua decisão final seja divulgada, numa total omissão à sociedade civil. Em segundo, a gestão dos fundos sociais, que têm como objectivo a “capacitação institucional e outros projectos sociais”, ao estarem envoltos em secretismo leva ao condicionando da informação: valores do imposto, forma de gestão, critérios de aplicação. Ou seja, inexistência de regulamentos públicos gera o desconhecimento da forma como a comunidade intervém no poder de decisão sobre as prioridades de investimento e nas percentagens das receitas fiscais que retornam à comunidade. Embora, em contexto de entrevista com o INP, tenha sido explicitado o *modus operandi* do processo e quais os seus parâmetros torna-se muito pouco clara a linha estratégica adoptada e os verdadeiros benefícios para a comunidade.

Na esfera privada, no que respeita ao estudo da Galp, várias questões foram-se formulando, em torno do conceito de RS que transmite, *à priori* a ideia de uma acção voluntária, não estipulada pela legislação. Assim, qual o motivo da Galp indicar no seu relatório de sustentabilidade, acções de RS quando, na realidade, é um imposto obrigatório pago ao Estado?

A primeira conclusão que se pode retirar do estudo da Galp é a brutal transformação de gestão, não declarada e encoberta pelos relatórios de sustentabilidade. A estratégia da Galp sediada em Portugal funde-se em grande parte com a actividade social, com um departamento específico e com uma fundação que gere e implementa os projectos de RS, porém aquando da actividade em Moçambique a realidade é totalmente diferente. A análise ao relatório de sustentabilidade por eles disponibilizado comprova esta evidência. Não faltam referências a projectos de actuação socialmente responsável nos países em que operam, numa primeira análise, compreendendo-se a preocupação para com as populações envolvidas, bem como ao nível nacional, incluindo parcerias com o Estado. Porém, durante a investigação de terreno descobre-se, que estas referências, que todos estes projectos, não são mais que o exigido na legislação: ou enquadradas no âmbito do fundo social ou nas actividades relacionadas com o AIA.

A situação complica-se um pouco mais quando a empresa refere que estes projectos são da sua autoria e realizados em parceria com o Governo quando, na realidade, isto não se verifica

no terreno. Este fundo é um imposto e como tal, a sua gestão fica a cargo do estado. A Galp não tem a priori autoridade na escolha dos projectos, gestão ou monitorização, sendo-lhe enviado, unicamente, um relatório anual com uma descrição superficial do decorrer dos projectos, informação essa compatível com a informação presente nos relatórios de sustentabilidade.

Uma multinacional, à partida, actua com uma mesma linha estratégica e operacional, não descurando claro, o facto da autonomia das filiais contudo, compreende-se estranho que esta empresa empregue inúmeros esforços e capital financeiro em actividades de RS, no local onde estão sediada no hemisfério Norte e que se verifique uma alteração e desproporção brutal de estratégia quando se analisa a empresa em países do hemisfério Sul. Conclui-se assim que:

1ª - Se no primeiro caso, a pressão exercida pela opinião pública, mercados comerciais, importância de reputação com os seus stakeholders e agentes fiscalizadores das acções exige um comportamento mais ético, compreendido em termos de risco de descoberta de acções que possam manchar a imagem, no segundo caso, a falta de controlo e com a maior influência dos lobbys irá permitir o desfasamento do que é divulgado e o que é praticado. O controlo fiscalizador sobre as empresas poderá estar na origem do grau de actuação ética e responsável para com a sociedade e ambiente.

2º - Ausência de uma estratégia que oriente os métodos e práticas da conduta socialmente responsável por parte do governo moçambicano, deixando um campo aberto de actuação e utilização do conceito por cada um dos seus actores. É preciso realçar, contudo, que existe a consciência por parte do governo, da lacuna sobre a forma como as empresas devem e podem actuar na esfera social, estando a decorrer um estudo, financiado pela embaixada do Canada, com o intuito de modelar e definir o caminho sobre a RSE.

3º - A acção de RSE em Moçambique é um tema com diferentes características mediante o seu contexto e interpretação. Se a um nível teórico a RSE é um conceito permeável a vários significados, subsiste uma outra dimensão: o lado prático da questão, abandonando a esfera da semântica, tornando a sua utilização flexível mediante o enquadramento da sua aplicação.

Bibliografia:

Anon, (1959) "O segundo Plano de Fomento: 1959-1964". *Insp. Sup. do Plano de Fomento*, Lisboa.

Anon (1968), "III plano de fomento para 1968-1973: Moçambique." Presidência do Conselho, Lisboa

Anon, (1958) "Acordo colectivo de trabalho entre as empresas, Companhia Portuguesa dos Petróleos B.P., Shell Portuguesa, Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal - Sacor, Sociedade Nacional de Petróleos - Sonap, Mobil Oil Portuguesa e os Sindicatos das seguintes profissões Empregados de Escritório, Cobradores, Telefonistas, Contínuos, Porteiros de Escritório, Paquetes." (s.n.), Lisboa

Barnes S. T. (2005), "Global Flows: Terror, Oil & Strategic Philanthropy", *Review of African Political Economy*, 32, nº104-105, pp. 235-252

Banerjee, Subhabrata Bobby, (2007), *Corporate Social Responsibility. The Good, the Bad and the Ugly*, UK, Edward Elgar Publishing Limited

Benchimol, Jaime (1994) "Missionaries of Sciences: The Rockefeller Foundation and Latina America", *Manguinhos*, Vol II (1) pp. 160 -164

Beyer J; A; and alii,(2000). "The role of the World Bank in international health: renewed commitment and partnership", *Social Science&Medicine*, 50 pp.169-176

Bhinda, Nils, Jonathan Leape, Matthew Martin, and, Stephany Griffith-Jones, (1999) "Private Capital Flows to Africa: Perception and Reality", *The Hague: Forum on debt and Development*.

Boletim da República Decreto nº 11/2005, de 10 de Abril – I Série – Número 23 - Conselho de Ministros – Regulamento da Lei dos Órgãos Locais Estados

Blowfield, Michael (2005) "Corporate Social Responsibility: reinventing the meaning of development?", *International Affairs* 81, pp. 515 - 524

Browne, Katherine. B. Lynne Milgram (2009) *Economics and Morality – Anthropological Approaches*. New Release January

Bruno, K. and Karliner, J. (2002). *Marching to Johannesburg*. Corpwatch, 21 August, Disponível em: www.corpwatch.org/campaigns/PCD.jspa?articleid=3588.

Buss, M. P., Ferreira, J.R., (2010) "Diplomacia da Saúde e cooperação Sul-Sul: as experiências da Unasul saúde e do Plano Estratégico de cooperação em saúde da Comunidade de Países de

Língua Oficial Portuguesa (CPLP)”, *Revista Electrónica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 4, (1), Rio de Janeiro, Março, pp.106-118

Buss, M. P., Ferreira, J.R.(2007), “Ensaio Crítico sobre a cooperação internacional em saúde”, *Revista Electrónica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 4, (1), Rio de Janeiro, Março 2010, pp. 93-105, Evaluation of UNDP Contribution to South-South Cooperation: Chapter2 : “UNDP and South- South Cooperation since 1996”

Carroll, Archie. (1991). “The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders.” *Business Horizon*, pp. 39-48

Carroll, Archie. (1999), “Corporate Social Responsibility – Evolution of a Definitional Construct”, *Business & Society*, (38); pp. 268 – 295 Disponível em: <http://bas.sagepub.com/cgi/content/abstract/38/3/268>

Castel-Branco, Carlos (2008) “Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?”, *Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva*, Maputo, Museu de História Natural;

Castel, Robert(2003) *From manual workers to wage laborers: transformation of the social question*. New Jersey: Transaction.

CIP, (2010), “Moçambique deve adoptar melhores práticas de gestão de recursos petrolíferos”, *Nota de imprensa nº 10/2010*, Maputo

CIP, (2010) “Newsletter nº 4”, Fevereiro, Maputo

Clarkson, M. B. E. (1995), “A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance”, *Academy of Management Review*, 20(1), pp. 92-117

Castro, Francisco de Almeida e (1919), “A tracção Diesel no II Plano de Fomento”, em F. Almeida e Castro, *Centro de Estudos de Estatística Económica*, [D.L. 1963], in Sep. Colectânea de Estudos, 16. Lisboa.

CIA – The World FactBook (2010). Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Coca-Cola (2010/2012) “Sustainability Report”, s.l, s.n, Disponível em: http://www.thecocacola.com/sustainabilityreport/TCCC_2010_2011_Sustainability_Report_Full.pdf

Colin, Jeremy (2002) “Programa Nacional de Saneamento em Moçambique: Pioneiro no Saneamento Suburbano”, Nota nº 9, *Water and Sanitation Program-Africa Region (WSP-AF)*.Correia, A. A. Mendes (1959), *A base científica do II Plano de Fomento (Ultramar) / António Augusto Esteves Mendes Correia*. Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa.

- Comaroff J.(1993), "The diseased Heart of Africa. Medicine, Colonialism and the black body", pp.305-329 in Knowledge, power and practice. The anthropology of medicine and everyday life, Lindenbaum S. and Lock M. (eds)
- Comissão Europeia COM (2001), *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, 366 Final s.l, s.n Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf
- Comissão Interministerial, (2011) Relatório de Projectos Sociais (disponibilizado no âmbito de entrevista e de carácter privado)
- Corporate Watch (2006). Corporate Watch CSR report 2006. Disponível em: <http://www.corpwatch.org>.
- Correia, Abel Pinto Repolho (1958), "Notas sobre o II Plano de Fomento" Abel Pinto Repolho Correia, Sep. *Economia e finanças*, 26. Lisboa.
- Costa, Maria Alice Nunes. (2005) "Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73 (2) Portugal
- Crozier, M. Friedberg, E.(1977) *L'acteur et el système: les contraintes de l'action collective*. Seuil, Paris
- Dartey-Baah, Kwasi (2011) "Exploring the limits of Western Corporate Social Responsibility Theories in Africa", *International Journal of Business and Social Science*, 2 (18), Outubro. Disponível em:www.ijbssnet.com
- Dias, Jorge (1961) "A Expansão Ultramarina Portuguesa à Luz da Moderna Antropologia", *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, 52
- Duarte, Gleuso e Dias, José, (1986) *Responsabilidade social: a empresa hoje*, Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro
- Durrant, Ann, (s.a) Corporate Social Responsibility – Why bother? – Disponível em: <http://www.m4c-sustainability.co.uk/documents/essay-csrwhybother.pdf>
- Eftimie, Adriana, et al. (2009) *Gender Dimensions of the Extractive Industries, in Extractive Industries and Development*, World Bank, 8, Agosto
- Elkington, J. (1999). "Triple bottom-line reporting: Looking for balance", *Australian CPA*, 69(2), Melbourne, Australia.
- Ethos Valor (2006) "Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades", Editora Fundação Peirópolis Ltda, 5, Brasil

- Faria & Sauberbronn. (2008) “A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica” *RAP — RIO DE JANEIRO*, 42(1), pp.07-33, JAN./FEV.
- Ferguson, James. (2006) *Global Shadows – Africa in the Neoliberal World Order*, Durham and London, Duke University Press
- Firmino, Gregório (2002). A “*questão linguística*” na *África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones de Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Forquilha, S.C. (2008) “O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: Do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 16/17, pp. 89-114. Disponível em: <http://cea.revues.org/187>
- Foster G., (1999) “Bureaucratic Aspects of International Health Programs”, *Anthropology in Public Health*. Bridging Differences in Culture and Society, Hahn R. pp. 345-364
- Friedman, Milton (1970) *The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits*, The New York Times Magazine, Setembro. Disponível em: <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>
- Fodisck, Raymond (1988), *The Story of the Rockefeller Foundation*, New York, Transaction Publisher.
- Frynas, Jedrzel George. (2005) “The false development promise of Corporate Social Responsibility: evidence from multinational oil companies.” *International Affairs* 81 (3),
- Frynas, Jedrzel George (2005). “The False Developmental Promise of Corporate Social Responsibility: Evidence from Multinational Oil Companies”. *International Affairs*, (81), Issue 3, pp. 581-598.
- Frynas, Jedrzel George (2009). *Beyond corporate social responsibility, oil multinationals and social challenges*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gago, Carlos Corrêa. Responsabilidade Social das Empresas: 25 casos de referência, (s.l), (s.n)
- GALP, Energia (2009) Relatório & Contas. Disponível em: [\[http://www.relatorioecontas.galpenergia.com/funda%C3%A7%C3%A3o-galp-energia-179.aspx\]](http://www.relatorioecontas.galpenergia.com/funda%C3%A7%C3%A3o-galp-energia-179.aspx)
- GALP, Energia, (2009) Relatório de Sustentabilidade. Disponível em [\[http://www.galpenergia.com/PT/Media/Publicacoes/Documents/Galp_Sustentabilidade_PT_2010.pdf\]](http://www.galpenergia.com/PT/Media/Publicacoes/Documents/Galp_Sustentabilidade_PT_2010.pdf)
- Garret L. (2007), “The Challenge of Global Health”, *Foreign Affairs*, January-February

Gary, Ian and Karl Lynn Terry (2003) *O Fundo do Barril: O 'Boom' do Petróleo em África e os Pobres*, Catholic Relief Services. Disponível em: http://crs.org/publications/showpdf.cfm?pdf_id=185

Giddens, A. (1998). *The third way: The renewal of social democracy*. Cambridge: Polity Press.

Godfrey N. and Mursal H., (1990), "International Aid and National health Policies for Refugees: Lessons from Somalia", in *Journal of Refugee Studies*, 3 (2) pp. 110-134

Goyens Ph and alii, (1996), "Humanitarian Aid and Health services in Eastern Kivu, Zaire: collaboration or competition?", pp. 268-280 in *Journal of Refugee Studies*, vol. 9, nº3

Gómez, M. e Sanahuja, J. António, (1999), *El sistema internacional de Cooperación al desarrollo*, Madrid, CIDEAL

Green, Edward, (1999), "Engaging Indigenous African Healers in the Prevention on AIDS and STDs", pp.63-80 in *Anthropology in Public Health*. Bridging Differences, Culture and Society, Hahn R.

Hartwig K. and alii, (2006), "Corporate citizenship Aids and Africa. Lessons from Bristol-Myers Squibb company's secure the future" in *Corporate Citizenship in Africa*. Lessons from the past; paths to future, Visser W. and alii (eds)

Hartwig K; and alii, (2005), "Administering the Epidemic: HIV/AIDS and "shares sovereignty" in Tanzania from 1987 to 2000: a case study", *Social Science and Medicine*, 60, pp. 1613-1624

Held, D., McGrew, A., (2007) *Globalization, anti-globalization: Beyond the Great divide*, Cambridge, UK, Polity Press

Igoe, Jim and Kelsall, Tim (2005) *Between a Rock and a Hard Place: African NGOs Donors and the State*, (s.n.) Jim Igoe and Tim Kelsall,

InterPraxis e Do it. (2012) "Corporate Social Responsibility (CSR) in the Extractive Industry in Mozambique" – Interim Report, entregue no âmbito de uma reunião, mas de carácter não oficial.

Lele, Dorothy, et al. (2011) *Building Capacity for Gender Mainstreaming of Energy Sector Cooperation in Mozambique - Proposed Gender Mainstreaming Support Programme*, Setembro, ETC.

Lessard-Hebert, Michelle; Goyette, Gabriel; Boutin, Gérald (2005). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. 2a ed. Lisboa, Instituto Piaget.

- Macpherson, C. B. (1978) *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro, Zahar,.
- McIntosh, Thomas, Leipziger and Coleman. (2003) *Living Corporate Citizenship: Strategic Routes to Socially Responsible Business*, Great Britain, Pearson Education Limited
- Milando, João, (2005) *Cooperação Sem Desenvolvimento*, Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais
- Lupton D. (1995), “Governing the masses: the emergence of the Public Health Movement”, *The imperative of health*. Public health and the regulated body, London and California, Sage. pp. 16-47
- Mbembe, Achille (1992), “Provisional Notes On The Postcolony”, *Africa: Journal os the international African Institute* 62(1)
- Moçambique, (2004). *Constituição da República*, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique.
- Moreira, Adriano (1960) “Política Ultramarina”, *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, 1, 3ª ed
- Moreira, Manuel José, (2004), “Responsabilidade Social das Empresas: Valores, limites, desafios e falsas noções”, *Revista Brotéria* 159, pp. 385 – 405
- Moura, Rui (s.a) “Responsabilidade Social das Empresas – Mudar o registo da gestão empresarial”, *Revista Sociedade e Trabalho*, 27, Portugal.
- Murteira, Mário. (1997), “Economia Colonial Portuguesa em África” (1930-1975) “. *Economia Global e Gestão*, Lisboa, ISCTE. 2 (2), pp. 31-63, UNIDE-RN
- Nipassa, Orlando (2009), “Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique : Uma Prespectiva Crítica.” – Conference Paper nº 36 – IESE – II Conferência do IESE, “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique” – 22 e 23 de Abril
- Packard R, (s.a.) “Visions of Postcar Health and Devolepment and their impact on Public Health Interventions in the Developing World”, *International Development and Social Sciences*. Essays on the History and Politics of Knowledge, Cooper F. and Packard R. pp. 93-115
- PARPA III, (2011-2014), Conselho de Ministros Maio 2011, (s.l.), (s.n)
- Petrogal, Jornadas do Petróleo (1989), *50 anos de refinação de petróleo em Portugal : comunicações / Jornadas do Petróleo*, Petrogal, Lisboa, Petrogal.
- Pfeiffer J, (2003), “International NGOs and primary health care in Mozambique: the need for new model of collaboration”, *Social Science and Medicine*, 56, pp. 725-738

- Pfeiffer, J. et al (2007), "The Holy Spirit in the Household: Pentecostalism, Gender, and Neoliberalism in Mozambique" in *American Anthropologist*, 109 (4)
- Pitcher, M. Anne (2003) "Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique", *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), pp. 793-820
- Portugal (1995), *Plano de fomento: revisão de 1955: programas gerais dos investimentos e seu financiamento aprovados pelo Conselho Económico em sessão de 27 de Maio de 1955 : leis no 2058 e no 2077*, Lisboa, Fundo de Fomento Nacional
- Portugal, Ministro do Ultramar, 1968-1974 (Silva Cunha) (1967), *O Ultramar no III Plano de Fomento / J. M. da Silva Cunha*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros (1959), *Relatório final da execução do I Plano de Fomento 1953-1958 / Inspeção Superior do Plano de Fomento*, Lisboa, Imprensa Nacional
- Quivy, Raymond and Campenhoudt, LucVan, (1992), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Gardiva – Publicações, Lda. 1ª edição.
- Rajak, Dinah (2006), "The gift of CSR – Power and the pursuit of responsibility in the mining industry" in *Corporate Citizenship in Africa. Lessons from the past; paths to future*, Visser W. and alii
- Reichardt, Markus; Reichardt, Cathy (2006), "Tracking sustainability performance through company reports – A critical review of the South African Mining Sector" in *Corporate Citizenship in Africa. Lessons from the past; paths to future*, Visser W. and alii
- Reis, Elizabeth et al. (1996), *Estatística aplicada*, Lisboa, Sílabo;
- Ribeiro, José e al (1984) "Grande indústria, banca e grupos financeiros – 1953-73", *Análise Social* XXIII(99), pp. 945-1018
- Richardson, Roberto (2008), *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. rev e ampliada. São Paulo, Atlas.
- Santana, J. P.(2010), "Um olhar sobre a Cooperação Sul-Sul em Saúde", *Revista Ciência e Saúde Colectiva*, art., 285;
- Santos, Beja.(2004) "Responsabilidade Social das Empresas (RSE): empresa-cidadã ou mera operação de cosmética". *Revista Vértice*, 116, Março-Abril
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), "A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume I]", Porto, Edições Afrontamento;

- Santos, Boaventura Sousa, (1999), “A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença”, *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- Santos, Boaventura. Trindade, JC (2003) “Conflito e transformação social: uma paisagem das justças em Moçambique”, Edições Afrontamento (I)
- Schiefer, Ulrich (2008), *Integrated evaluation of change: A new perspective for planning and evaluation in multiple intervention environment*, Periploi, Instituto de Investigação Aplicada.
- Sigerist, H. E. (1999) "From Bismarck to Beveridge: developments and trends in Social Security legislation. 1943." *J Public Health Policy* 20(4), pp. 474-496
- Silva, Lourenço (2009) *Responsabilidade Social Corporativa como Factor de Vantagem Competitiva e do Desenvolvimento Sustentável*, Dissertação em tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE Business School
- Silva, Teresa da Cruz (s.n) *Moçambique um Perfil in “Reinvenção da Emancipação Social”*, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>
- Sítima, Luís, (2002), *A Mudança Estratégica e Impacto ao Nível da Cultura e Clima Organizacional (O Caso da Galp)*.Dissertação de tese de mestrado, Lisboa, ISCTE, Indeg.
- Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal Sacor (19--), *Alvará de concessão / Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal, SACOR*, Lisboa, Of. Gráfica.
- Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal Sacor (1947), *Relatório e contas de 1946 / Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal SACOR*, Lisboa, Of. Gráfica.
- SSWEN. (2011) “Mainstreaming Women’s Agenda in the Post-Referendum Arrangements” - *Report from the Working Group of Natural Resources*, Sudan, Fevereiro. Disponível em: <http://www.worldbank.org/eigender>
- Stolke, Verena (1980) *Mulheres e Trabalho*, Estudos Cebrap nº 26, 83-117. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/mulheres_e_trabalho.pdf
- Stoner, James A. F., Freeman, R. Edward (1985). *Administração*. 5ª, Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil.
- Tokar, Brian (1997) *Earth for sale: reclaiming ecology in the age of corporate greenwash*, (s.l) South End Press

UN Global Compact Report. (2007) *Country Report Mozambique, Corporate Social Responsibility*, (s.l), UNDP

UN, (2007) Boletim do Pacto Global. Disponível em:
http://www.unglobalcompact.org/docs/networks_around_world_doc/6.6/Pacto_Global_Boletim0_Agosto_2007.pdf

Visser, Wayne.(2005). "Revisiting Carroll's Corporate Social Responsibility Pyramid: An African Perspective", *The University of Nottingham*, United Kingdom. Disponível em:
http://www.waynevisser.com/chapter_wvisser_africa_csr_pyramid.pdf .

Walte, G., (1992), *Public Health and Healing in Africa*, (s.l), Feierman S. and Jazen J.

Walle, N., (2001) *African Economies and the Politics of Permanent Crisis*, Cambridge University Press.

WBCSD (World Business Council for Sustainable Development). (2010). Document details, New Business–NGO Partnerships Help the World's Poorest. Também disponível:
<http://www.wbcsd.org/Plugins/DocSearch/details.asp?DocTypeId=32&ObjectId=MjY0MDY&URLBack=/templates/TemplateWBCSD2/layout%>

Windsor, Duane. (2006). "Corporate Social Responsibility: Three Key Approaches". *Journal of Management Studies*, 43, pp.93-114, Texas.

WWF, (2010), "Training Manual for Civil Society Organizations in the Albertine Area", (s.l.) Pila Consultations

Yates, Robert, Zorzi, Nathalie (1999), "Expenditure Review Mozambique" in Who Relatory, (s.l), (s.n)

Zarpon, Márcio Ivanor. (2006) *Gestão e Responsabilidade Social*, Rio de Janeiro, Qualitymark.

Consulta a sites no sítio da Internet:

<http://www.ine.gov.mz>

<http://who.int>

<http://mozambique.mz/governo>

<http://www.scielosp.org>

<http://www.itie-mozambique.org/index.html>

<http://www.ipad.mne.gov.pt/Paginas/default.aspx>

<http://www.clintonfoundation.org/>

<http://www.worldbank.org/privatesector/csr/>.

<http://www.globalreporting.org>

ANEXOS

ANEXO A

Questionário GalpEnergia

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1. Nome: _____
2. Endereço: _____
3. Código Postal: _____ 4. Localidade: _____
5. Sector de Actividade: _____

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome _____
2. Cargo _____
3. Antiguidade na empresa _____
4. Habilitações _____

Questões:

a) Gerais

- 1 - Quais as condições da fundação da empresa? (quem foi o fundador, objectivos da empresa naquela época)?
- 2 - Pode caracterizar de uma forma resumida a empresa na actualidade? (sector, numero de trabalhadores, dimensão, idade, etc.) Constituição da empresa em termos de recursos humanos. Cargos expatriados e moçambicanos.
- 3 - Quais são os princípios e missão da empresa?
- 4 - Quais os objectivos e prioridades da empresa?

b) Responsabilidade Social

- 5 - A empresa aposta na dimensão interna e externa da Responsabilidade Social? Quais as acções que a empresa realiza?
- 6 - A empresa encontra-se certificada? Se sim, quais as certificações da empresa?
- 7 - De que forma são ouvidas as expectativas, interesses, e necessidades dos stakeholders?
- 8 - A empresa já elaborou e implementou um Código de ética? Deu-o a conhecer a todos os trabalhadores?
- 9 - Como classifica o nível de intervenção da empresa ao nível da Responsabilidade Social. Como é definido o conceito de responsabilidade da empresa e de que forma é que integra a gestão estratégica? O que motivou? Vantagens e desvantagens?
- 10 - O que levou a empresa interessar-se pela Responsabilidade Social?
- 12 - A empresa tem alguma estrutura apropriada para a gestão da Responsabilidade Social? (Como surgiu? Porque foi criado? Quem é responsável pela administração? Tem orçamento próprio? Quem é responsável pelo orçamento? Quais os objectivos do Departamento? Caso não exista Departamento qual o porquê? Quem gere em termos de recursos humanos a parte dos projectos de RS?)

c) Moçambique

13 - Quais os projectos de RSE que desenvolvem em Moçambique?

14 - Quais as zonas do país em que actuam?

15 - Como são seleccionados os locais de actuação socialmente responsável?

16 - Quais as parcerias que estabeleceram no âmbito dos projectos de RSE?

17 – Esclarecimentos: Entidades privadas: Moçamgalp (empresa conjunta com a Petromoc e a Ecomoz); GalpBuzí (Buzí); CPI

Entidades da Sociedade Civil:

Entidades públicas (MISAU; MIREM; Autoridades Regionais e Locais)

“Os projectos de investimento das empresas Galpbúzi e Moçamgalp foram submetidos à aprovação do Centro de Promoção do Investimento (CPI) em Moçambique, e incluem várias iniciativas sociais e ambientais. Ambos receberam os termos de aprovação em Setembro de 2010.” (Relatório de Sustentabilidade, pp. 184)

18 - Quais são então as iniciativas sociais e em que moldes são formuladas? Com que entidades? Qual o sector responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento? Qual o perfil dos recursos humanos? Quais as entidades parceiras?

“Contribuindo para as necessidades das populações Os projectos prevêm iniciativas em parceria com as autoridades locais, regionais ou nacionais. Está a decorrer um levantamento das necessidades locais de escolas, centros de saúde, furos de captação de água, estradas e pontes, bem como de estruturas locais de apoio e de aconselhamento técnico-agrícola às populações residentes nas áreas envolventes.”

19 - Quais as entidades que estão a realizar o levantamento de necessidades e de que forma se tem acesso a esse levantamento?

“Responsabilidade social: No plano da responsabilidade social, a Galpbúzi tem desde o início uma orientação clara de protecção dos colaboradores e das suas famílias contra a insegurança alimentar. Plantam-se áreas para a produção de produtos alimentares em colaboração com os colaboradores que residem na envolvente do projecto.”

20 - RS em Moçambique uma actuação mais a nível interno? Ou seja, projectos de protecção de trabalhadores ou envolvem também as comunidades locais? Como são geridos e por quem os projectos de apoio social ao trabalhador e as suas famílias? Em termos de cuidados de saúde, como é feito o levantamento, por quem, como, com que fim?

21 - Os projectos de RSE só têm actuação nas zonas de influência da Galp ou são seleccionados mediante o conhecimento ou candidatura de situações de risco?

“A Petrogal Moçambique, em parceria com a Unidade de Desenvolvimento de Biocombustíveis, iniciou em 2010 o apoio ao projecto ESMABAMA, liderado pelos Padres Combonianos, com o fornecimento de 1.200 litros/ano de combustível, melhorando a autonomia desta instituição importante para Moçambique. O seu projecto nas escolas das quatro missões situadas na área de influência dos projectos da Galp Energia apoiam mais de 6.500 alunos, dos quais mais de 3.000 são internos nos lares de cada missão. Além do ensino, os alunos recebem atendimento de saúde e aprendem a cultivar hortícolas e a lidar com animais de pequeno porte.”

22 - Este projecto é mencionado no relatório de sustentabilidade da Galp, mas indica que foi a Petromoc a desenvolvê-lo, qual a ligação da Galp, financiamento, em termos de capital humano, é o precursor?

“Relativamente às acções de responsabilidade social pelo consórcio na Área 4 offshore do Bloco de Rovuma, salientou-se em 2010:

- Continuação da implementação de um plano de emergência médica a nível nacional em Moçambique;
- Continuação da implementação de projectos sociais na província de Cabo Delgado, em colaboração com o Ministério de Minas (MIREM-INP) e as autoridades locais, para a reabilitação de infra-estruturas de abastecimento de água às populações dos distritos de Palma, Mocímboa da Praia e Macomia;

Realização de um estudo prévio de exequibilidade de saúde (health pre-feasibility study) na província de Cabo Delgado, com o objectivo de criar uma lista de prioridades nas intervenções que melhorem o serviço de saúde no distrito de Palma (relatório final em fase de preparação);”

23 - Que tipo de plano de emergência médica estão a implementar? Quais os grupos que abrange? Quais as autoridades responsáveis? Quais as zonas privilegiadas? É desenvolvido em conjunto com o MISAU?

24 - Quais as infra-estruturas humanas e físicas existentes na Área 4?

25 - Quais as pessoas responsáveis pela actuação social no terreno? Quais as características curriculares da equipa técnica

26 - Além da sede principal em Maputo quais as outras estruturas físicas da GALP em Moçambique?

27 - A empresa tem procedimentos de avaliação de retorno dos investimentos na Responsabilidade Social? Se Sim, quais?

28 - O que a empresa pretende fazer mais na área da Responsabilidade Social?

ANEXO B

Questionário Empresas

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1. Nome: _____
2. Endereço: _____
3. Código Postal: _____ 4. Localidade: _____
5. Sector de Actividade: _____

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome _____
2. Cargo _____
3. Antiguidade na empresa _____
4. Habilitações _____

Questões:

a) Geral

- 1 - Quais as condições da fundação da empresa? (quem foi o fundador, objectivos da empresa naquela época)?
- 2 - Pode caracterizar de uma forma resumida a empresa na actualidade? (sector, numero de trabalhadores, dimensão, idade, etc.) Constituição da empresa em termos de recursos humanos. Cargos expatriados e moçambicanos.
- 3 - Quais são os princípios e missão da empresa?
- 4 - Quais os objectivos e prioridades da empresa?

b) Responsabilidade Social

- 5 - A empresa aposta na dimensão interna e externa da Responsabilidade Social? Quais as acções que a empresa realiza?
- 6 - A empresa encontra-se certificada? Se sim, quais as certificações da empresa?
- 7 - De que forma são ouvidas as expectativas, interesses, e necessidades dos stakeholders?
- 8 - A empresa já elaborou e implementou um Código de ética? Deu-o a conhecer a todos os trabalhadores?
- 9 - Como classifica o nível de intervenção da empresa ao nível da Responsabilidade Social. Como é definido o conceito de responsabilidade da empresa e de que forma é que integra a gestão estratégica? O que motivou? Vantagens e desvantagens?
- 10 - O que levou a empresa interessar-se pela Responsabilidade Social?
- 12 - A empresa tem alguma estrutura apropriada para a gestão da Responsabilidade Social? (Como surgiu? Porque foi criado? Quem é responsável pela administração? Tem orçamento próprio? Quem é responsável pelo orçamento? Quais os objectivos do Departamento? Caso

não exista Departamento qual o porquê? Quem gere em termos de recursos humanos a parte dos projectos de RS?)

13 - Qual o quadro jurídico da RS no país? E de que forma está contemplada?

14 - Qual a interligação da empresa com o sector público?

15 - Quais os indicadores que se regem ao desenharem os projectos de RSE?

16 - Como é feita a articulação com as autoridades locais onde os projectos são aplicados?

17 - Como é gerido o processo de participação das populações nos projectos de RS?

18 - Quais as implicações e efeitos que os projectos implementados têm tido nas comunidades bem como a nível local. Quem faz o acompanhamento dos projectos? Evita conflitos?

19 - Quais os impactos da RS no *core business* da empresa?

20 - Financiamento e patrocínio das actividades relacionadas com a prestação de serviços básicas do governo, saúde, educação.

21 - Monitorização, avaliação e acompanhamento das actividades.

22 - Plano a curto, médio e longo prazo da visão de RS?

23 - Como fazem a divulgação da actividade ética: relatórios? Como é que a população tem acesso a essa informação? A empresa já elaborou um relatório de responsabilidade ou um relatório de sustentabilidade?

24- Avaliação dos impactos ambientais? Quais as principais preocupações sobre desenvolvimento sustentável?

25 - A empresa tem procedimentos de avaliação de retorno dos investimentos na Responsabilidade Social? Se Sim, quais?

26 - A empresa pertence a algum grupo de Responsabilidade Social? Se sim, qual?

27 - A empresa tem procedimentos de avaliação de retorno dos investimentos na Responsabilidade Social? Se Sim, quais?

28 - O que a empresa pretende fazer mais na área da Responsabilidade Social?

ANEXO C

Questionário ao MIREM - INP – MPD -CIP⁹²

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Nome: _____
2. Endereço: _____
3. Código Postal: _____ 4. Localidade: _____
5. Sector de Actividade: _____

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome _____
2. Cargo _____
3. Antiguidade na empresa _____
4. Habilitações _____

- 1 - Qual é a missão do INP? Qual a linha estratégica e prioridades do INP?
- 2 - De que forma opera no terreno?
- 3 - Os contratos de concessão são públicos?
- 4 - Legislação sobre o petróleo foi alterada em 2007 aumento as cargas fiscais e diminuindo as isenções fiscais às empresas. Quais foram os efeitos dessa alteração?
- 5 - De que forma é que poderia ser melhorado?
- 6 - Está previsto alguma alteração legislativa?
- 7 - Os impactos socio económicos da descoberta de gás e petróleo na Bacia de Rovuma?
- 8 - A avaliação do impacto é realizado por quem? Quais os impactos para as comunidades envolventes?(ambientais de saúde?) Por exemplo para os pescadores?
- 9 - Como funciona a responsabilidade social das empresas do sector petrolífero?
- 10 - Qual a interligação entre as empresas e o sector público?
- 11 - As empresas são incentivadas a contribuírem com capital para os chamados “fundos sociais”, quem gere e define as prioridades estratégicas de investimento?
- 12 - Casos específicos de aplicação dos fundos? E de que forma é divulgado?
- 13 - Monitorização, avaliação e acompanhamento das actividades?
- 14 - De que forma a comunidade é consultada para participar na escolha estratégica de investimento? Como é realizada a ligação com as autoridades locais?
- 15 - Qual a ligação do INP com as organizações da sociedade civil? E com os restantes ministérios?
- 16 - Em que ponto se encontra a candidatura ao ITIE? Os motivos de não ter sido aceite?

⁹² O questionário foi o mesmo, alteração das siglas aquando da entrevista

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE - GALP

“Mozambique – Key Sustainability Actions 2010

- Update of Emergency Health Plan (MERP – Medical Emergency Response Plan) in Mozambique (ongoing).

- Studies for Environmental Impact Analysis for Drilling campaign 2011 (under finalization).

- Performed a Health Pre-Feasibility Study on the Cabo Delgado province with the objective to identify and prioritize the interventions to improve the health care system in the Palma district (final report under preparation).

- Social projects being implemented in the Cabo Delgado province in cooperation with Ministry of Mines (MIREM-INP) and local authorities (ongoing) :
 - o Re-abilitation of water infrastructure in the districts of Palma, Mocimboa da Praia and Macomia.
 - Training and institutional support for INP and ENH personnel
 - o Most recent activity : 2nd Geophysical Workshop in Maputo.

- Participation to the EITI Mozambique initiative (Extractive Industries Transparency Initiative), under the sponsorship of MIREM

Mozambique – Key Sustainability Actions 2011

- Update of Emergency Response Plan (ERP) including the Oil Spill Contingency Plan (OSCP) and Medical Emergency Response Plan(MERP)
- Additional Studies for Environmental Impact Analysis for Drilling campaign 2012 (EIA Amendment).
- Finalization of Social projects being implemented in the Cabo Delgado province in cooperation with Ministry of Mines (MIREM-INP) and local authorities:
 - o Water networks rehabilitation in the province of Cabo Delgado
 - o Water Grid rehabilitation program in the district capitals of Macomia (inhabitants: 2759), Mocimboa da Praia (inhabitants: 3787), Palma (inhabitants: 1396)
 - o Extension on the water network rehabilitation in Macomia

- Training and institutional support for INP and ENH personnel
 - o Integrated Petroleum Geoscience Course in Perugia University (started): 5 Mozambican students fully sponsored by Eni East Africa. Duration: 8 months. Total Budget: 350,000 Euros
 - o Cooperation Agreement with ENH on training activity, signed on June 2011, providing for training funding to ENH up to 200,000 USD/year.

- Participation to the EITI Mozambique initiative (Extractive Industries Transparency Initiative), under the sponsorship of MIREM

- HSE & Sustainability pre-development study

- Implementation of Waste Management Plan for Pemba Offshore and Onshore Operations

“O novo cluster da cooperação: A responsabilidade social como ferramenta comum do sector público e privado.”

- Installation of 2 Water Maker on-board of Saipem 10000 in order to be self-sufficient with fresh water

- Offshore fuel bunkering for the offshore fleet in order to minimize the risk to pollute the delicate coastal environment in case of spill

17 - Abordagem aberta às informações do relatório?

ANEXO D

Questionário MISAU

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Nome: _____
2. Endereço: _____
3. Código Postal: _____ 4. Localidade: _____
5. Sector de Actividade: _____

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome _____
2. Cargo _____
3. Antiguidade na empresa _____
4. Habilitações _____

Questões:

- 1 - Quais as linhas orientadoras de actuação do MISAU e do Departamento de Cooperação Internacional (DC)I?
- 2 - Quais os maiores parceiros da cooperação internacional do MISAU?
- 3 - Como é feita a avaliação de desempenho dos parceiros do MISAU.
- 4 - Quais têm sido as acções desenvolvidas pelo MISAU para o diálogo entre os diferentes actores de cooperação?
- 5 - Quais têm sido os contributos que os mega-projectos no sector das empresas extrativas têm trazido ao país na área da saúde?
- 6 - Como o MISAU compreende a Responsabilidade Corporativa? Quais são os efeitos negativos e positivos? E quais as sugestões para uma melhor acção socialmente responsável?
- 7 - Sabendo que os impactos ambientais das empresas extrativas são nefastas para o ambiente e para as comunidades envolventes, de que forma é que as empresas deveriam actuar de forma mais responsável? A um nível exclusivamente mais legislativo ou complementando com acções de responsabilidade corporativa?
- 8 - Seguidamente às alterações da legislação do petróleo 2007 quais foram os impactos reais em termos de aplicação de capital em projectos desenvolvidos pelo Ministério, com o aumento da carga fiscal e redução de isenções das empresas petrolíferas?
- 9 - Deveria ou não existir reformulações legislativas na área da responsabilidade corporativa?
- 10 - De que forma o MISAU promove a transparência na gestão? De que forma divulga a sua acção?
- 11 - Quais são os maiores financiadores do sector privado em acções de saúde do MISAU? Nacionais e estrangeiros?
- 12 - Os relatórios de impacto ambiental das empresas extrativas estão disponíveis à sociedade civil? Se sim, através de que meios e em que locais (internet, jornais...)?

13 - As empresas extrativas são recomendadas, posteriormente, à aprovação da Lei de Petróleo em 2001 à aplicação de capital nos chamados “fundos sociais”. Por exemplo, em Cabo Delgado a Eni, na Bacia do Rovuma, tem transferido 500mil dólares/ano para “fundos sociais”. No relatório da empresa informa que têm sido aplicados em:

1. Update of Emergency Health Plan (MERP – Medical Emergency Response Plan) in Mozambique (ongoing).
2. Performed a Health Pre-Feasibility Study on the Cabo Delgado province with the objective to identify and prioritize the interventions to improve the health care system in the Palma district (final report under preparation).
3. Water networks rehabilitation in the province of Cabo Delgado
4. Water Grid rehabilitation program in the district capitals of Macomia (inhabitants: 2759), Mocimboa da Praia (inhabitants: 3787), Palma (inhabitants: 1396)
5. Extension on the water network rehabilitation in Macomia

14 - Como consigo ter acesso aos dados e relatórios destas actividades? Em que ponto de implementação de encontram. Quais as autoridades locais que estão envolvidas? Ongs? Associações da Sociedade Civil?

15 - De que forma o MISAU promove a participação das comunidades locais da definição das prioridades de investimento?

Género

16 - Sabendo que as questões de género têm sido uma das prioridades do MISAU, como por exemplo a integração do conceito de equidade na saúde, em especial do género, em processos chave, políticas, estratégias e programas dentro do contexto do Plano de Acção Pós Beijing, SWAP (Termos de Referencia da Abordagem Sectorial Ampla) e PESS (Plano estratégico para o Sector de Saúde), de que forma os projectos de responsabilidade social das empresas em parceria com o MISAU têm sido sensíveis à questão.

17 - Exemplos de projectos.

18 - As empresas são sensíveis ao tema ou esta questão fica exclusivamente a cargo do ministério?

19 - De que forma os projectos implementados pelos fundos sociais das empresas dão possibilidade à participação das mulheres na escolha das linhas de actuação?

20 - Acreditando que para se atingir o objectivo da igualdade de género e autonomia, as políticas e programas devem levar em consideração as necessidades e interesses das mulheres e homens para se atingir uma equidade de género; a outra é apoiar programas que tenham como objectivo o fortalecimento do poder das mulheres ou seja o seu empowerment. Qual tem sido a estratégia do MISAU para alcançar estes objectivos. Que tipo de reformas no sector da saúde pública têm sido preconizadas. E de que forma o investimento do sector privado tem apoiado estas alterações.

21 - Que modelos estão a ser construídos para institucionalizar efectivamente a integração de género?

22 - Que condições e estruturas foram ou estão a ser criadas de forma a que questões de género tenham impacto?

23 - Que indicadores-chave são desenhados, permitindo avaliar e monitorar os processos e impactos da integração de género?

24 - Que mecanismos foram ou estão a ser criados para a ligação institucional e estrutural com as províncias até ao nível das comunidades?

25 - Que acções de consulta junto das comunidades estão a ser empreendidas com vista a integrar o conhecimento e as práticas locais nos mecanismos que permitem inverter a situação actual e caminhar para uma equidade de género?

ANEXO E

Questionário Sociedade Civil

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Nome: _____
2. Endereço: _____
3. Código Postal: _____ 4. Localidade: _____
5. Sector de Actividade: _____

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome _____
2. Cargo _____
3. Antiguidade na empresa _____
4. Habilitações _____

Questões:

- 1 – Como, quando, porquê é que foi fundado esta organização?
- 2 – Qual a constituição da organização em termos estruturais?
- 3 - Quais são os princípios e missão da organização?
- 4 - Quais os objectivos e prioridades desta?
- 5 - Quais são para as principais questões de pobreza em Moçambique?
- 6 – Formato da cooperação internacional em Moçambique? Quais os efeitos mais relevantes que têm tido no país?
- 7 - Quais os efeitos de metade do orçamento de estado depender da dívida externa? Quais as soluções que o movimento da sociedade civil tem tido na solução deste problema? Como se poderia ultrapassar esta realidade?
- 8 – Como caracteriza a participação da comunidade moçambicana? Qual o nível de tomada de decisão destes? Diferenciações ao nível de localização?
- 9 - Quais têm sido os efeitos positivos e negativos das ONGs internacionais no país?
- 10 - Como tem evoluído historicamente a posição das organizações da sociedade civil no país?
- 11 - Quais as próximas etapas (legislativo? Mudança de actuação?) para um futuro recente?
- 12 - Em termos legislativos de que forma estão consagradas? O que se deveria alterar na legislação para que o papel das ONGs tivessem uma actuação mais frutuosa?
- 13 - De que forma o sector privado entra em Moçambique no panorama da acção social e qual a sua influência?
- 14 - Caracterização da RSE em Moçambique

15 - Como é que as ONGs intervêm nos projectos de responsabilidade social das empresas? Em termos de acção, apoio e consultadoria na implementação de projectos ou mais em termos de sensibilização e de criação de espaços de diálogo?

16 -Quais as estratégias realizadas pelas empresas de recursos minerais no que respeita a acções de RS? Visualizam-se acções de compensação pelos impactos ambientais? Os projectos têm em consideração a problemática das comunidades envolventes?

17 - Existe uma articulação com os outros actores de cooperação, ONGs, entidades religiosas?

18 - Como é feita a participação das autoridades tradicionais na escolha das linhas de investigação?

19 - Existe cruzamento de dados para que não haja sobreposição de papéis?

20 - Pensa que existe um aproveitamento das empresas em termos da selecção dos projectos indicados como RS? Como está a ser gerida a RSE? Tem criado desenvolvimento aos beneficiários? Qual a posição das ONGs sobre estas questões?

21 - Antes de ter vindo para Maputo mencionaram que RSE em Moçambique é mais “uma lista de intenções que uma acção concreta”. O que pensa desta afirmação?

22 - De que forma são encaradas as questões de género em Moçambique e o que tem sido feito para a equidade de género? Verifica-se projectos de RS com esta vertente?

23 –Verifica-se a actuação das organizações locais nomeadamente as associações de reassentados, as plataformas distritais e provinciais da sociedade civil, as coligações da sociedade civil etc. nos assuntos que envolvem as empresas petrolíferas e a actividade desta?

24 - Qual a posição das ONGs no sentido de melhorar a boa governação empresarial? Vertente jurídica ou mais em termos de sensibilização?

25 – Conhecimentos sobre os contratos de concessão das empresas petrolíferas? (Clausula nº18)

26 - Sabendo que os projectos de RSE no sector petrolífero corresponde a uma entrega anual financeira denominada de “fundos sociais” ao governo, de que forma é que tem sido publicado o investimento deste capital em projectos sociais? Acredita que a comunidade teve participação? E as ONGs?

27 – Descrever a actuação de RSE da GalpEnergia no país?

28 - O que se poderia fazer de mais premente para melhorar ou alterar o cenário de RSE no país?

ANEXO F

Questionário Embaixada Canada

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Nome: _____
2. Endereço: _____
3. Código Postal: _____ 4. Localidade: _____
5. Sector de Actividade: _____

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome _____
2. Cargo _____
3. Antiguidade na empresa _____
4. Habilitações _____

Questões:

1 -São financiados dois estudos um para o governo e o outro para a Sociedade Civil. Quais as características destes dois estudos? There are being funded two different studies, one to the Government, and the other to Civil Society, What are the characteristic of those studies?

2 - Em que fase se encontram? In wich phase are they?

3 - Quais os objectivos? What's the goals?

4 - Quais os moldes da investigação? How are they projected?

5 - Até ao momento quais os resultados que têm obtido? What's the results untill now?

6 - O estudo é realizado por consultores, qual o perfil destes? Whats the profile of the consultants?

7 - Quais os actores de cooperação. Who are the major intervenientes?

8 - Maiores lacunas do sistema legislativo em termos de RS? Como se poderia melhorar? Whats the major gap between the Social Projects and the legislative system? What would be the best way to fill this gap?

9 - Quais as perspectivas para o futuro com a descoberta de petróleo e gás natural em Moçambique? In the future what are the perspectives with the discovery of oil.

10 - Em Cabo Delgado quais têm sido os maiores problemas com o processo de estabelecimento das empresas. In Cabo Delgado what are the biggest problema with the oil companies establishment processe?

11 - Áreas principais de actuação dos projectos de RS? Maior preocupação, Género, Saúde, Educação? What are the main áreas where the social responsibility projects acts? The biggest concern, gener, health or education?

12 - Como tem sido realizado o diagnóstico de necessidades da populações? Através das autoridades locais e lideres locais ou também em parceria com ONGs? How has been made the conection with the needs of the population?

13 - ONGs e os contributos ao estudo? What has been the contribution of NGOs to the study?

14 - Como tem sido o trabalho directo com o Governo, barreiras ou abertura? What has been the position of the Government to the study, have they lifted some barriers, or are they easing the process?

15 - Impactos com a alteração da lei do petróleo 2007 o que deveria ser melhorado? With the change of the oil legislation in 2007, what have been the developments for the sector and what should be made to improve?

16 - As empresas fazem projectos paralelos de RS? Do the companies make parallel projects of SR?

ANEXO G

Caracterização de Económica de Moçambique

Pescas

O sector das pescas, embora num patamar diferente do da agricultura, era o maior alicerce da economia de Moçambique correspondendo a 5% do PIB (antes do investimento no sector do alumínio em termos de exportação para o estrangeiro), especialmente de camarão (2% das exportações totais). Note-se que, embora seja feito através da frota nacional, muito do investimento é de capital estrangeiro. Em 2011 foi assinado um acordo entre Moçambique e a União Europeia concedendo à frota europeia pescar nas suas águas, essencialmente atum. No que toca à pesca artesanal, o seu peso é considerável ao nível do mercado interno, envolvendo alguma exportação para a África do Sul.

Florestas

Moçambique é um país rico em recursos madeireiros, com a presença de espécies raras e preciosas como o sândalo, umbila, jambirre, entre outras, tendo um superfície total florestal de 22%, equivalendo a aproximadamente a 20 milhões de hectares. Se antigamente este sector funcionava a um nível mais interno, actualmente está em franca expansão, o que se tem traduzindo no abate descontrolado de milhares de hectares por parte das empresas concessionárias sem qualquer precaução pela sustentabilidade deste recurso.

Derivado ao facto de o sector da indústria de transformação se encontrar pouco desenvolvido, existem algumas barreiras ao crescimento da actividade florestal, embora existam quatro projectos interligados de fabrico de papel e pasta.

Serviços - Transportes

Moçambique encontra-se numa posição estratégica devido a sua localização, o que fomenta o desenvolvimento da construção de infra-estruturas de transportes e comunicações no país. Em termos rodoviários e ferroviários, Moçambique permite a países sem fronteiras marítimas o acesso ao mar. Historicamente, o desenvolvimento deste sector esteve ligado a esta questão, daí a importância dos corredores: Nacala (ligação ao Malawi), corredor da Beira (Zimbabwe) e por último, o de Maputo (com ligação à zona noroeste da África do Sul). Não desvalorizando o desenvolvimento destas infra-estruturas, que tem sido alvo de grandes injeções de capitais (Banco Africano de Desenvolvimento), sendo as grandes concessionárias de origem americana e portuguesa, a circulação dentro do país é deficitário, com estradas em elevado estado de degradação, tanto principais como secundárias.

Em termos de **transportes marítimos**, o maior porto de Moçambique é o de Maputo, sendo o único com capacidade de receber navios de maior porte. Além deste, importa referir os portos

de Beira, Quelimane, Nacala e Pemba, que começam a aumentar os índices de actividade no sector por concessões de empresas privadas.

O **transporte aéreo** é realizado por uma única operadora pública - Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), porém tem perdido cada vez mais a preponderância como meio de transporte, em comparação com o período em que o país estava em plena guerra civil. Com a instabilidade sentida (os conflitos armados, as barricadas na estrada, os campos de minas) o transporte via terrestre era extremamente complicado quando não impossível, assim a forma de transporte de pessoas, bem como de mercadorias era feito pelo ar.

Comunicações

As telecomunicações da rede fixa, a par do transporte aéreo, é também um monopólio do governo com uma única operadora - a Telecomunicações de Moçambique (TDM). Neste ponto, importa referir que Moçambique é dos países com menor percentagem de incidência de rede fixa da África Subsariana com apenas 0.4%, ao contrario da rede móvel que atinge grande picos de desenvolvimento, com a operador nacional pública com 65% do mercado total. A privatização concretizou-se com a entrada no mercado da Vodacom Moçambique – empresa de comunicações sul-africana.

Considero esta sucinta apresentação suficiente para enquadramento do contexto em análise embora existam inúmeros factores associados que foram postos de parte. Mais se indica que todos os dados presentes foram recolhidos através do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique e do Dossier de Mercado da AICEP (2010).

ANEXO H

Relatório de sustentabilidade extraído de e-mail recebido do Departamento da Galp Internacional (dia 10 de Abril de 2012)

“Mozambique – Key Sustainability Actions 2011

- Training and institutional support for INP and ENH personnel
- Re-abilitation of water infrastructure in the districts of Palma, Mocinboa da Praia and Macomia.
- Most recent activity : 2nd Geophysical Workshop in Maputo.
- Participation to the EITI Mozambique initiative (Extractive Industries Transparency Initiative), under the sponsorship of MIREM
- Update of Emergency Response Plan (ERP) including the Oil Spill Contingency Plan (OSCP) and Medical Emergency Response Plan (MERP)
- Additional Studies for Environmental Impact Analysis for Drilling campaign 2012 (EIA Amendment).
- Finalization of Social projects being implemented in the Cabo Delgado province in cooperation with Ministry of Mines (MIREM-INP) and local authorities :
 - Water networks rehabilitation in the province of Cabo Delgado
 - Water Grid rehabilitation program in the district capitals of Macomia (inhabitants: 2759), Mocimboa da Praia (inhabitants: 3787), Palma (inhabitants: 1396)
 - Extension on the water network rehabilitation in Macomia
 - Integrated Petroleum Geoscience Course in Perugia University (started): 5 Mozambican students fully sponsored by Eni East Africa. Duration: 8 months. Total Budget: 350,000 Euros
 - Cooperation Agreement with ENH on training activity, signed on June 2011, providing for training funding to ENH up to 200,000 USD/year.
- Performed a Health Pre-Feasibility Study on the Cabo Delgado province with the objective to identify and prioritize the interventions to improve the health care system in the Palma district (final report under preparation)..
- Participation to the EITI Mozambique initiative (Extractive Industries Transparency Initiative), under the sponsorship of MIREM
- HSE & Sustainability pre-development study
- Implementation of Waste Management Plan for Pemba Offshore and Onshore Operations

- Installation of 2 Water Maker on-board of Saipem 10000 in order to be self-sufficient with fresh water
- Offshore fuel bunkering for the offshore fleet in order to minimize the risk to pollute the delicate coastal environment in case of spill